



PÓSGRADUAÇÃO
históriaufmg

Thiago Veloso Vitral

**CORRENTE REVOLUCIONÁRIA DE MINAS GERAIS:
RESISTÊNCIA ATIVA À DITADURA CIVIL MILITAR EM MINAS GERAIS
(1967-1969)**

Dissertação de Mestrado

Belo Horizonte
2013

Thiago Veloso Vitral

**CORRENTE REVOLUCIONÁRIA DE MINAS GERAIS:
RESISTÊNCIA ATIVA À DITADURA CIVIL MILITAR EM MINAS GERAIS
(1967-1969)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, na área de concentração **História, Tradição e Modernidade: Política, Cultura e Trabalho**, linha de pesquisa **História e Culturas Políticas**, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Dra. Priscila Carlos Brandão
Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte
2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PÓS GRADUAÇÃO
historiaufmg

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação defendida pelo aluno **Thiago Veloso Vitral**, intitulada: **Corrente revolucionária de Minas Gerais: resistência ativa á ditadura civil militar em Minas Gerais (1967-1969)** no dia 18 de outubro de 2013 e **aprovada**, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. **Priscila Carlos Brandão** – Orientadora
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. **Miriam Hermeto de Sá Motta**
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. **Samantha Viz Quadrat**
Universidade Federal Fluminense

Dedicatória:

Aos militantes de esquerda que lutaram contra a ditadura, sem os quais não poderíamos “botar nosso bloco na rua” em um momento de insatisfação política.

Em memória dos militantes assassinados e desaparecidos durante a ditadura civil-militar no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à minha orientadora, professora Priscila Carlos Brandão, pela atenção, pela compreensão das minhas dificuldades, pelos questionamentos, indagações e pelas sugestões feitas durante todo o curso. Suas leituras e intervenções, sempre pertinentes, foram fundamentais para a conclusão deste trabalho. Deixo registrados minha admiração e respeito intelectual e pessoal.

Às valiosas sugestões da banca de qualificação, integrada, além da orientadora, pelo professor Rodrigo Patto Sá Motta e pela professora Miriam Hermeto. Desde o início pensei nesta formação, uma banca serena.

À Professora Carla Ferreti, pelos conselhos que me levaram ao mestrado, e pelas sugestões desde a graduação, nos bons tempos de Puc - Minas.

Aos professores do Mestrado em História da UFMG e aos colegas de curso que fizeram sugestões a esta pesquisa.

Aos militantes da CORRENTE, que um dia lutaram para que hoje tivéssemos a liberdade de escrever um trabalho com esta temática. Em especial à Gilney Amorim Viana e Conceição Imaculada de Oliveira que contribuíram carinhosamente com essa pesquisa, sempre preocupados com o desenvolvimento do trabalho e o resultado final.

Ao Arquivo Público Mineiro, que me amparou em todo o período de graduação e mestrado. Com certeza minha segunda casa. Aos amigos e colegas do APM, companheiros de tantos momentos inesquecíveis. Em especial à Ana Maria de Souza e Christiane Laís Fonseca da Costa. A primeira, pela preocupação carinhosa com a minha trajetória acadêmica e por ter flexibilizado o horário para eu poder cumprir meus créditos. A segunda - valiosa parceira e amiga - pela paciência nos meus momentos de estresse e pela opinião nos parágrafos ainda em construção.

À Lays Silva de Souza, linda, companheira maior, presente nos momentos bons e ruins, sem a sua companhia tudo seria mais difícil.

Ao amigo Júlio César Pires Pereira (Joca), pela força ainda no processo de seleção do mestrado.

À Isabel Cristina Leite e Farley Bertolino, pela troca de ideias e materiais (entrevistas, documentos, referências) sobre o assunto desta pesquisa.

À colega Silvia Coelho e Débora Raiza Rocha, a primeira pela revisão atenciosa e a segunda pela ajuda com as transcrições das entrevistas.

Aos meus familiares, que criaram condições para a realização deste trabalho. Em especial, ao meu avô Zeuxis Veloso (*in memorian*), pessoa que me ensinou a viver, respeitando a tudo e a todos. Obrigado vô, faço do seu comportamento minha teoria de vida, sempre.

*“Liberdade:
E que eu por ti,
se torturado for,
possa feliz,
indiferente à dor,
morrer sorrindo
a murmurar teu nome.”*

Carlos Marighella

Resumo

O presente trabalho enfoca a criação, existência e extinção da Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE), dissidência mineira do Partido Comunista Brasileiro, que atuou como resistência (ativa) armada à ditadura civil-militar entre os anos de 1967 e 1969. O objetivo principal da pesquisa é recuperar, por meio de fontes históricas, a trajetória da organização, identificando e descrevendo os aspectos que a caracterizaram como parte da *Nova Esquerda (NE)* atuante no período. Para integrar as análises desta pesquisa, dois conceitos fundamentais foram utilizados: *Nova Esquerda* e resistência.

Palavras Chaves: Corrente Revolucionária de Minas Gerais, *Nova Esquerda*, Ditadura Civil Militar, Resistência, Luta Armada, Movimento Operário, Movimento Estudantil.

Abstract

This research skips the creation, existence and extinction from Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE), dissidence from Minas Gerais to Brazilian Communist Party, that act as a resistance (active) armed against dictatorship civil-military between 1967 and 1969. The main goal of this rummage is to recover, by historical sources, the trajectory of the organization, identifying and describing the aspects that characterize it as *New Left (NL)* member active at that period. To compose the analyses of this research, two fundamental concepts were used: *New Left* and *resistance*.

Keywords: Corrente Revolucionária de Minas Gerais, *New Left*, Civil Military Dictatorship, Resistance, Gunfight, Labor Movement, Student Movement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Capa da edição 27 do jornal <i>1º de Maio</i> , apreendidos pelo DOPS/MG.....	51
FIGURA 2 – Panfleto distribuído pelos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira em campanha para paralisação das atividades nas indústrias da Cidade Industrial...56	
FIGURA 3 – Ficha de identificação de Conceição Imaculada de Oliveira no DOPS/MG.....61	
FIGURA 4 – Fotografia do embarque ao Chile dos presos políticos que foram trocados pelo embaixador Suíço. Conceição Imaculada de Oliveira é a primeira agachada da esquerda para direita.....66	
FIGURA 5 – Estudantes presos em Ibiúna.....71	
FIGURA 6 – Estudantes presos em Ibiúna.....71	
FIGURA 7 – Relação dos alunos enquadrados no Decreto – Lei 477.....73	
FIGURA 8 – Relação nominal dos estudantes que figuraram como indiciados nos inquéritos policiais militares referentes à CORRENTE.....75	
FIGURA 9 – Ficha de identificação de Hécio Pereira Fortes no DOPS/MG.....76	
FIGURA 10 – Capa da edição Nº 2 do jornal <i>Faísca</i> , apreendido pelo DOPS/MG.....81	
FIGURA 11 – Relação nominal dos funcionários públicos que figuraram como indiciados nos inquéritos policiais militares referentes à CORRENTE.....85	
FIGURA 12 – Ficha de identificação de Gilney Amorim Viana no DOPS/MG.....87	
FIGURA 13 – Veículo utilizado na ação expropriatória da Drogaria São Felix. Fotografia do veículo utilizado na ação expropriatória da Drogaria São Felix.....95	
FIGURA 14 – Placas que estavam superpostas às originais do veículo utilizado na ação expropriatória da Drogaria São Felix.....95	
FIGURA 15 – Cofre da Drogaria São Felix.....96	
FIGURA 16 – Antônio José de Oliveira (Tonhão).....100	
FIGURA 17 – Armas e munições utilizadas na ação da Agência Bancária Minas Gerais em Ibirité, apreendidas pelo DOPS/MG.....100	
FIGURA 18 – Arma utilizada na ação da Agência Bancária Minas Gerais em Ibirité, apreendida pelo DOPS/MG.....101	
FIGURA 19 – Capa do Relatório Final do IPM – CORRENTE.....111	

FIGURA 20 – Prédio onde funcionava o antigo DOPS/MG, localizado na Avenida Afonso Pena, região centro-sul de Belo Horizonte.....	113
FIGURA 21 – Notícia do <i>Estado de Minas</i> de 27 de outubro de 1968 referente à fuga dos assaltantes da Drogaria São Félix.....	122
FIGURA 22 – Manchete de Capa do <i>Diário da Tarde</i> de 02 de dezembro de 1968 referente ao assalto a Boate 6 as 6.....	125
FIGURA 23 – Presos políticos trocados pelo resgate do embaixador estadunidense no Brasil, Charles Burke Elbrick.....	150
FIGURA 24 – Jornal <i>1º de Maio</i> , edição n.10, p.1, apreendido pelo DOPS/MG.....	151
FIGURA 25 – Jornal <i>1º de Maio</i> , edição n.10, p.2, apreendido pelo DOPS/MG.....	152
FIGURA 26 - Carta escrita por presos políticos da Penitenciária de Linhares (Juiz de Fora) em denúncia às más condições carcerárias da instituição prisional, p.1.....	153
FIGURA 27 - Carta escrita por presos políticos da Penitenciária de Linhares (Juiz de Fora) em denúncia às más condições carcerárias da instituição prisional, p.2.....	154
FIGURA 28 - Carta escrita por presos políticos da Penitenciária de Linhares (Juiz de Fora) em denúncia às más condições carcerárias da instituição prisional, p.3.....	155
FIGURA 29 - Carta escrita por presos políticos da Penitenciária de Linhares (Juiz de Fora) em denúncia às más condições carcerárias da instituição prisional, p.4.....	156

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC/SP – Agrupamento Comunista de São Paulo
AI-5 – Ato Institucional N° 5
ALCAN – Alumínios Canadenses S.A.
ALN – Ação Libertadora Nacional
AP – Ação Popular
APM – Arquivo Público Mineiro
APML – Ação Popular Marxista-Leninista
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BNM – Brasil Nunca Mais
CAEM – Centro Acadêmico de Escola de Minas
CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CIA – Central Intelligence Agency
CIE – Centro de Informações do Exército
CIPAS – Comissões Internas de Prevenção de Acidentes
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COLINA – Comando de Libertação Nacional
COSEG – Coordenação Geral de Segurança
CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva

CORRENTE – Corrente Revolucionária de Minas Gerais
DA – Diretório Acadêmico
DCE – Diretório Central Estudantil
DDD – Dissidência da Dissidência
DEM – Democratas
DF – Distrito Federal
DI – Dissidência
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
DOP – Delegacia de Ordem Pública
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
DVS – Delegacia de Vigilância Social
EUA – Estado Unidos da América

FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FDLN – Frente Democrática de Libertação Nacional
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GB – Guanabara
GLTA – Grêmio Literário Tristão de Ataíde
IC – Internacional Comunista
IPEG – Instituto de Previdência do estado da Guanabara
IPM – Inquérito Policial Militar
MEB – Movimento de Educação de Base
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MG – Minas Gerais
MIA – Movimento Intersindical Antiarrocho
MIMO – Minas Instituto de Medicina e Odontologia
MNR – Movimento Nacional Revolucionário
MO – Movimento Operário
MOLIPO – Movimento de Libertação Popular
MPL – Movimento Popular de Libertação
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRM – Movimento Revolucionário Marxista
MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes
MT – Mato Grosso
NE – *Nova Esquerda*
OBAN – Operação Bandeirante
OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade
ONG – Organização Não Governamental
ORM-POLOP – Organização Revolucionária Marxista - Política Operária
OCML-PO – Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária
PBH – Prefeitura de Belo Horizonte.
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCR – Partido Comunista Revolucionário
PCUS – Partido Comunista da URSS
PFL – Partido da Frente Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PM/MG – Policia Militar do Estado de Minas Gerais
POC – Partido Operário Comunista
POC – Combate - Partido Operário Comunista - Organização de Combate
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
REMOP – Restaurante da Escola de Minas de Ouro Preto
RJ – Rio de Janeiro
RS – Rio Grande do Sul
SBE – Sociedade Brasileira de Eletrificação
SEDESE – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social
SNI – Serviço Nacional de Informação
SP – São Paulo
TL – Tendência Leninista
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UCO – União Colegial Ouro-Pretana
UEE – União Estadual dos Estudantes
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNETI – União Nacional dos Estudantes Técnicos e Industriais
URSO – União das Repúblicas Socialistas Ouro-Pretanas
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VAR- Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. O PCB E OUTRAS MATRIZES E INFLUÊNCIAS DA NOVA ESQUERDA BRASILEIRA	27
1.1. Partido Comunista do Brasil (PC do B), a dissidência pré-golpe.....	31
1.2. O VI Congresso do PCB e as dissidências pós-golpe, em luta contra o regime civil-militar.....	33
1.3. Outras matrizes da <i>Nova Esquerda</i> (armada).....	38
1.3.1. Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM - POLOP).....	38
1.3.2. Ação Popular (AP).....	41
1.3.3. Os Movimentos nacionalistas.....	43
2. RESISTÊNCIA ATIVA EM OPOSIÇÃO À DITADURA NO ESTADO DE MINAS GERAIS	45
2.1. Movimento de Massa.....	48
2.1.1. Piquetes, Panfletos e Comissões de Fábricas: A participação da CORRENTE no movimento operário.....	49
2.1.1.1. A Greve de Contagem (1968).....	51
2.1.1.2. Perfil de uma operária guerrilheira: Conceição Imaculada de Oliveira.....	61
2.1.2. A CORRENTE estudantil.....	66
2.1.2.1. Perfil de um estudante guerrilheiro: Hélcio Pereira Fortes.....	76
2.1.3 Servidores públicos unidos em CORRENTE.....	80
2.1.3.1. Perfil de um servidor guerrilheiro: Gilney Amorim Viana.....	87
2.2 Luta armada – A CORRENTE com armas na mão.....	90
3. RESERVADO; MANCHETE: A CORRENTE REVOLUCIONÁRIA DE MINAS GERAIS SOB A ÓTICA DA POLÍCIA POLÍTICA E DA IMPRENSA	105
3.1. O anticomunismo e a polícia política em ação.....	105
3.2. Reservado: o policiamento político sobre a CORRENTE.....	109
3.3. Manchete: A CORRENTE nas bancas de jornal.....	121
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	136

FONTES.....143

ANEXOS.....147

INTRODUÇÃO

Pacifismo *versus* radicalismo. Esse foi o grande embate que marcou os partidos tradicionais de esquerda pelo mundo – comunistas ou socialistas – durante as décadas de 1950 e 1960. De um lado, os líderes comunistas e socialistas tratavam os militantes jovens como inconvenientes e não cooperadores com o partido. Em contrapartida, os jovens radicais acusavam esses líderes de conservadores, pacifistas e excessivamente cautelosos (ARAÚJO, 2000, p.36). Embate que suscitou inúmeras dissidências, por expulsão ou vontade própria, nos partidos de esquerda pelo mundo.

Na década de 1960, nos Estados Unidos da América, em alguns países europeus (França, Itália, Alemanha, entre outros), em países sul-americanos e também no Brasil, as esquerdas dissidentes buscaram uma nova forma de fazer política. Esta configuração evidencia a emergência da *Nova Esquerda* – ou *new left* –, conceito que remonta aos historiadores ingleses oriundos do Partido Comunista Britânico, dentre os quais figuravam Edward P. Thompson, Christopher Hill, Perry Anderson e Maurice Dobb.

Tais historiadores buscaram uma releitura crítica de vários entendimentos e conceitos marxistas. Por exemplo, o conceito de luta de classe passou a ser visto sob uma nova perspectiva, sendo reconhecido também no interior de uma mesma classe e não somente entre classes antagônicas. Também foram colocados em evidência outros fenômenos políticos, como organizações e partidos, movimentos sociais e vários tipos de associações, ensejando a construção de uma história “de baixo para cima” (ARAÚJO, 2000, p. 12).

Outro ponto fundamental na discussão destes autores foi o retorno da teoria marxista atrelada à prática política. Segundo Perry Anderson, essa premissa foi deixada de lado na representação da corrente marxista ocidental que predominou na Europa Ocidental entre os anos de 1920 a 1968¹. Entretanto, esta retomada ao debate teórico pelos marxistas ingleses oriundos do PC Britânico acerca da prática política combativa e imediata trouxe à tona um

¹ O marxismo ocidental surgiu no começo da década de 1920 como uma crítica ao marxismo soviético vinda do Ocidente. Seus principais fundadores – Geoge Lukács, Ernst Bloch, Galvano Della Volpe, Louis Althusser, Karl Korsch e Antonio Gramsci – estavam em desacordo com o materialismo histórico determinista da filosofia bolchevique, tal como definida por Lenin ou Bukharin. Logo, o marxismo ocidental desloca seu enfoque dos partidos operários para uma reflexão mais acadêmica e solitária, transgredindo os temas políticos, econômicos, estratégicos e táticos, para as esferas metodológicas, literárias e estéticas. Para mais informações a respeito do tema ver: ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o Marxismo Ocidental**. Porto: Afrontamento, 1976. (Coleção Crítica e sociedade 10).

anseio revolucionário, desvinculado do conservadorismo dos tradicionais partidos comunistas e socialistas. A Rebelião de Maio de 1968 em Paris e a greve dos mineiros na Inglaterra – que derrubou o governo conservador em 1974 – são exemplos de movimentos em que o ímpeto da rebelião popular não derivava de partidos de esquerdas estabelecidos, fossem social-democratas ou comunistas.

No Brasil o conceito *Nova Esquerda (NE)* é utilizado pela historiografia que discute o regime civil-militar brasileiro para caracterizar e abranger as organizações e partidos políticos clandestinos que surgiram em oposição e/ou alternativa ao PCB na década de 1960. A expressão “nova” quer dizer, neste contexto, diferente, e não deve caracterizar as forças políticas até então existentes como velhas, no sentido de ultrapassadas.

Tal como a *nova esquerda* internacional, a *Nova Esquerda* brasileira pregava o radicalismo e valorizava a luta política imediata através da luta armada. Outro ponto em comum entre a *nova esquerda* internacional e a *Nova Esquerda* brasileira foi a influência teórica produzida por militantes e ativistas políticos, dentre os quais figuravam Mao Tsé Tung, Ho Chi Minh, Régis Débray e Ernesto Che Guevara, sem contar o exemplo das revoluções anteriores (chinesa e cubana), referenciadas por ambas.

Logo nas décadas de 1960 e 1970 a esquerda brasileira crítica ao PCB passou a definir novas teorias explicativas para realidade brasileira, assim como um novo plano de ação. Os debates em torno da especificidade do capitalismo brasileiro (“dependente”, “tardio”, “autoritário”); a definição do modelo da ditadura civil-militar no Brasil (estrutural ou conjuntural); o caráter da revolução (nacional-democrática ou socialista); e, sobretudo, as formas de luta revolucionária (maior ou menor peso das massas - urbanas ou rurais - na luta armada, desenvolvida em moldes que se aproximava mais do modelo chinês ou cubano), configuraram a realidade dos inúmeros partidos e organizações clandestinas que surgiram no país naquele momento.

O projeto *Brasil: Nunca Mais*, obra de denúncia à tortura ocorrida no regime civil-militar brasileiro, elaborada sob a coordenação de Dom Paulo Evaristo Arns e publicada em 1985, contabilizou aproximadamente 40 grupos clandestinos de esquerda armada pós-golpe de 1964, que se originaram basicamente das seguintes matrizes: Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), Ação Popular (AP), Movimentos Nacionalistas,

organizações trotskystas² e, principalmente, o Partido Comunista Brasileiro, que foi o principal tronco das organizações clandestinas de esquerda armada que atuaram no período da ditadura civil-militar, a exemplo da Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE). Segundo Marcelo Ridenti, esses grupos se diferenciavam a partir de três aspectos:

(...) o caráter da revolução brasileira (nacional-democrática ou socialista), as formas de luta revolucionária (maior ou menor pesos das massas – urbanas ou rurais – na luta armada, desenvolvida em moldes que se aproximava mais do modelo soviético, chinês ou cubano), e o tipo de organização necessária ao processo revolucionário (no modelo partidário marxista-leninista clássico ou com flexibilidade organizacional inspirada no exemplo da guerrilha cubana). (RIDENTI, 2007, p.29).

Para Daniel Aarão Reis (2006), a multiplicidade das organizações de esquerda pôs fim ao monopólio representativo pretendido pelo PCB desde sua criação em 1922 e inaugurou uma nova proposta de postura e comportamento para a esquerda brasileira, especialmente no que diz respeito à forma de atuação. O exército revolucionário, bem como a política independente em relação à burguesia, são características que refletem claramente a postura da *Nova Esquerda* brasileira.

Sendo assim, cabe adiantar que as questões centrais que ocasionaram as dissidências armadas do PCB na segunda metade da década de 1960 giravam principalmente em torno da tensão entre tática (luta armada ou via pacífica) e estratégia (revolução em duas etapas ou tática política imediata). A *NE* que oferecia resistência à consolidação do regime civil-militar brasileiro surgiu com uma postura revolucionária, crítica ao discurso moderado do PCB.

Contudo, não podemos negligenciar alguns períodos em que o PCB propôs a luta revolucionária por meio de um movimento armado. Como exemplo, podemos citar o *Manifesto de Agosto de 1950*, cujo programa pregava a violência revolucionária imediata. Porém, a proposta de luta armada caiu quase por inteiro no vazio, salvo as ações isoladas, como as revoltas de Porecatu, no Paraná, e de Trombas e Formoso, em Goiás.

² As organizações trotskystas, existentes no Brasil desde 1929, consistem em agrupamentos políticos adeptos e influenciados pelas ideias de Leon Trotsky (1879-1940), intelectual marxista e um dos líderes da revolução Russa de 1917. Em oposição a Josef Stálin, Trotsky lançou a *Teoria da Revolução Permanente*, na qual defendia a degeneração do burocrático Estado soviético, a internacionalização da Revolução Socialista e a recusa da etapa democrático-burguesa para a revolução. Com a morte de Lênin, em 1924, Stálin assumiu o poder e enviou Trotsky para o exílio. Em 1930, o líder revolucionário foi expulso definitivamente da Rússia e dez anos depois foi assassinado no México, a mando do próprio Stalin. Pela condenação enérgica e contundente à luta armada – característica essencial da *Nova Esquerda* brasileira – não consideramos as organizações trotskystas como parte da *nova esquerda* resistente ao regime civil-militar.

As Revoltas de Porecatu e Tromba e Formoso foram movimentos de resistências articulados por camponeses em defesa da posse da terra nos estados do Paraná e Goiás, nas décadas de 1940 e 1950. A ajuda do PCB se estabeleceu com mais precisão na articulação dos camponeses para a luta, no fornecimento de infra-estrutura (armas, alimentos, remédios, roupas, dinheiro etc.), e no envio de quadros profissionais, inclusive de alguns dirigentes do Comitê Central. Dessa forma, a união entre os posseiros e o PCB foi vista com bons olhos por ambos: enquanto os camponeses precisavam de uma base fortificada para manter o movimento, o PCB necessitava de um palco para colocar em prática a sua linha política vigente. No entanto, vale ressaltar que, o PCB só adentrou em Porecatu e em Trombas e Formoso devido a um cenário já instaurado de insatisfação e intensa mobilização dos camponeses em defesa da terra ocupada, ou seja, um terreno propício para aplicar as posições políticas expressa no *Manifesto de 1950* e ratificada no IV Congresso (1954). Para Ângelo Priori, em Porecatu, essa combinação permitiu, entre os posseiros e os comunistas, uma “aproximação, momentânea, conjuntural, pragmática” (PRIORI, 2009, p.11), ponderação que cabe também ao caso de Trombas e Formoso.

O fato é que, na prática, o PCB não implementou efetivamente a política estipulada no *Manifesto de Agosto de 1950* e no Programa do IV Congresso, e aos poucos foi retornando de uma proposta revolucionária para um plano moderado de reformas sociais. Esse retorno foi documentado pela *Declaração de Março de 1958*, que propunha a tomada do poder através da vitória eleitoral e da pressão pacífica das massas populares. Em seguida, essas concepções foram reafirmadas e desenvolvidas no V Congresso do partido, realizado no ano de 1960.

A manutenção dessa linha política até o golpe militar de 1964 foi responsável pelo surgimento da *Nova Esquerda* brasileira, que negou, entre outros, o viés pacifista do PCB e adotou a luta armada como forma de combate à violência da ditadura civil-militar³.

Partirmos da perspectiva que o estudo sobre a CORRENTE permitirá aprofundar os conhecimentos sobre o comportamento e o *modus operandi* da *Nova Esquerda* brasileira frente à ditadura civil-militar no Brasil, sobretudo em Minas Gerais.

Outro conceito fundamental para a análise do nosso objeto de pesquisa é o de resistência. Do ponto de vista lexical, o termo trata-se mais de uma reação do que de uma ação, de uma defesa do que de uma ofensiva, de uma oposição do que de uma revolução. Para o *Dicionário de Política*, organizado em conjunto com Norberto Bobbio e Gianfranco

³ Abordaremos mais sobre as dissidências do PCB e o surgimento da *Nova Esquerda* brasileira no capítulo 1.

Pasquino, Nicola Matteucci (1992) elaborou o conceito de resistência inspirado nos movimentos de oposição à ocupação nazi-fascista durante a 2ª Guerra Mundial. Segundo Matteucci, a oposição que se deu na Europa contra a ocupação alemã e italiana tratou-se, antes de tudo, de uma luta patriótica pela libertação nacional contra o exército estrangeiro; em segundo lugar, a resistência objetivava a defesa da dignidade do homem contra o totalitarismo. Houve ainda outro elemento, próprio da resistência comunista, o da construção de uma sociedade socialista.

O autor ainda difere o conceito em oposição passiva e oposição ativa. Para Matteucci, a resistência passiva se limita a não colaboração; a sabotar passivamente, nos ministérios e nas fábricas, as iniciativas do inimigo. Já a resistência ativa estabelece a sua máxima manifestação na guerrilha, de características diversas, conforme se desenvolva na montanha, na planície ou na cidade. Além disso, tal resistência realiza obra de propaganda por meio da imprensa clandestina, organiza greves, sabota a economia, desenvolve atividades de espionagem, cria focos de resistência e comete atentado com o intuito de destruir as infraestruturas logísticas do inimigo. Marcada pela assimetria de poder, trata-se de uma oposição conduzida com insignificante recurso de quadros, de armas e de dinheiro. Em geral, é uma guerra impiedosa e dura, com custos humanos elevadíssimos para os seus militantes.

Portanto, é a partir do entendimento de resistência ativa, tal como elaborado por Nicolas Matteucci, que pretendemos analisar a postura da Corrente Revolucionária de Minas Gerais contra a ditadura civil-militar. O conceito será empregado no sentido de combate ou “grande recusa” à ditadura, mesmo que muitas organizações de esquerda objetivassem ir além da derrubada do regime com o projeto do socialismo. Ademais, vale ressaltar que mesmo com indícios de que os primeiros esboços de guerra de guerrilha no Brasil ocorreram no início da década de 60, com forte respaldo das Ligas Camponesas, foi somente após o golpe militar de 1964 que ocorreu a criação de inúmeros grupos armados, em decorrência da crise na esquerda brasileira pós-64 e da forte repressão imposta pelo governo ditatorial.

Uma vez apresentados os conceitos que serão utilizados para abordar nosso objeto de pesquisa, assinalaremos, a partir de agora, algumas obras que discutem o tema no qual se insere.

Ainda que haja no país um considerável número de obras que analisam a ditadura civil-militar brasileira, a literatura sobre os movimentos de esquerda armada ainda demanda uma série de esclarecimentos – principalmente se considerarmos a abordagem de uma organização mineira.

Dos autores que tratam a esquerda armada de forma ampla, destacam-se Daniel Aarão Reis, Jacob Gorender, Marcelo Ridenti e Denise Rollemberg. Suas obras servirão como ponto referencial e norteador ao debate no qual nosso objeto de pesquisa se insere. No entanto, é preciso ressaltar que alguns destes historiadores, como Daniel Aarão Reis e Jacob Gorender, foram participantes ativos do período e, por mais que tenham realizado um trabalho "científico", o peso da memória e a paixão pelo tema, seja em termos de sensação de fracasso, revolta ou orgulho, imprime um grau de subjetividade um pouco além do esperado em trabalhos de pesquisa acadêmica, exigindo um maior grau de depuração no processo analítico produzido pelo historiador.

Um clássico sobre a esquerda revolucionária pós-64 é o livro *Imagens da Revolução* (1985), organizado por Daniel Aarão Reis e Jair Ferreira de Sá. Trata-se da primeira coletânea que agrupou documentos das importantes organizações de esquerda, em um recorte que abrange dez anos (1961-1971). Na introdução, os autores, ex-militantes políticos marxistas, analisam a transformação da esquerda brasileira, apontando as principais características que a denominaram *Nova Esquerda*. Outra obra referência de Reis Filho é *A revolução faltou ao encontro* (1990), na qual o autor faz uma crítica sobre a atuação da esquerda brasileira, apontando os fatores negativos que inviabilizaram a consecução do processo revolucionário. Seriam exemplos destas deficiências: primarismo teórico; dinâmica excludente e antidemocrática das organizações comunistas; presença majoritária das elites sociais intelectualizadas nos grupos revolucionários; falta de coesão e indisciplina do corpo revolucionário; conhecimento superficial da realidade brasileira; influências das organizações comunistas internacionais; infiltração da pequena burguesia no anseio revolucionário, entre outros.

Em *Combate nas trevas* (1987), Jacob Gorender, combinando tratamento acadêmico com traços autobiográficos, avalia o comportamento e a debilidade da esquerda brasileira pós-golpe de 64. Para o autor, uma das principais falhas da esquerda foi a tardia ação revolucionária contra os golpistas militares. Outro tema que o autor aborda como sujeito ativo é a crise interna do PCB que originou as principais dissidências armadas, assunto fundamental para se entender a origem da CORRENTE. Segundo Gorender, a falência do caminho pacífico, apontada por parte da militância do partido, se junta à crise do stalinismo, para explicar a grande tensão que gerou as dissidências armadas do PCB.

Já Marcelo Ridenti (2007), também reconhecendo a vulnerabilidade da esquerda brasileira e da luta armada perante a ditadura, utiliza o conceito de resistência para

caracterizá-la. Vale ressaltar que o autor também se apoia no termo elaborado por Nicola Matteucci.

No artigo *Esquerda Revolucionária e Luta Armada* (2003), a historiadora Denise Rollemberg explica a derrota da esquerda por dois fatores: ausência de identidade entre a sociedade e o projeto revolucionário, e a violenta repressão com que a esquerda brasileira foi contida. A derrota da esquerda não seria fruto apenas de sua responsabilidade, uma significativa parcela de seu fracasso é creditada à força repressora do regime civil-militar.

Em *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil* (2001), Rollemberg analisa o apoio e a influência de Cuba na guerrilha brasileira. Para tanto, explica a política de propagação da revolução cubana, grande objetivo da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). No Brasil, o grande difusor das ideias pretendidas pela OLAS foi Carlos Marighella, que ao regressar da conferência realizada em Cuba em 1967, procurou difundir a luta guerrilheira armada para toda esquerda brasileira. Dentro do programa de implementação do socialismo na América Latina defendido pela OLAS, Carlos Marighella firmou um acordo de treinamento de guerrilheiros brasileiros com o governo cubano, dentre os quais estavam inseridos alguns militantes da CORRENTE.

Para inserir a CORRENTE na discussão sobre a luta armada em resistência à ditadura civil-militar, propusemos a contraposição de distintas fontes. Utilizamos os documentos elaborados pela organização (panfletos, boletins, jornais, carta de estratégia, entre outros); os documentos produzidos pelo *Departamento de Ordem Política e Social* de Minas Gerais (DOPS-MG) sobre a CORRENTE; o Projeto ORVIL; relatos orais com os principais militantes da organização; e periódicos da época que noticiaram as ações da CORRENTE.

Os documentos elaborados pela organização tinham o objetivo de difundir seus ideais nos movimentos de massa (operário, estudantil e servidores públicos) e, sobretudo, explicitar e nortear a prática da guerrilha armada. Vale ressaltar que grande parte desta documentação foi apreendida pelo DOPS-MG e consta nos Inquéritos Policiais Militares (IPM) referentes à CORRENTE. Contudo, é preciso cuidado com a manipulação dos inquéritos pelo aparelho repressor, pois, não seria espantoso nos deparar com documentação inferida à organização, sem que tivesse sido por ela produzida. Além dos documentos extraídos dos IPM's, contamos também com materiais gentilmente cedidos por ex-integrantes da CORRENTE.

A possibilidade de utilização das fontes produzidas pelo DOPS-MG ocorreu por meio da organização do seu acervo documental e disponibilização para consulta pública pelo

Arquivo Público Mineiro (APM). O acervo encontra-se em formato digital e a consulta é feita por meio de sistema informatizado, que permite a busca por assuntos, datas e nomes.

O DOPS-MG tinha como atribuições gerais a prevenção e repressão dos delitos de caráter político-social do estado. Em seu acervo encontramos, entre outros, documentos que tratam das organizações de esquerda, tais como: relatórios de investigação, mandados de prisão, prontuários de presos políticos, inquéritos policiais militares (IPM's), recortes de periódicos, fotografias, autos de apreensão etc.

Os documentos produzidos pela polícia política sobre a Corrente Revolucionária de Minas Gerais foram fundamentais para analisarmos a investigação e repressão sofridas pelo grupo mineiro. Contudo, devemos estar atentos ao tipo de discurso anticomunista, de forma explícita ou velada, utilizado pelo aparelho repressor em relação àqueles tidos como suspeitos.

Vale ressaltar ainda que, os depoimentos e interrogatórios, muitas vezes, eram realizados sob tortura física e/ou psicológica, o que levanta dúvidas a respeito da veracidade das informações obtidas, já que a coerção física pode levar um interrogado a declarar aquilo que o interrogador deseja ouvir, a fim de cessar os castigos físicos.

Outra fonte importante para o estudo é o projeto ORVIL. O projeto surgiu como uma preocupação do Centro de Informação do Exército (CIE) em relação à literatura bibliográfica que vinha sendo produzida pela esquerda brasileira, denunciando a violação aos direitos humanos no Brasil. Nas concepções dos militares, estas publicações tinham o objetivo de “desqualificar” e “deslegitimar” a atuação do governo, além de fixar uma memória “falsa” a respeito do período. Em contrapartida, em 1984, o CIE propôs ao Ministro do Exército do governo José Sarney, general Leônidas Pires Gonçalves, a elaboração, através de pesquisa detalhada e sigilosa, de um levantamento da atuação das várias organizações de esquerda no Brasil – incluindo ações desencadeadas, suas vítimas, prisões efetuadas, paradeiros de “subversivos” etc ⁴. Em 1985, a pesquisa foi acatada e iniciada dentro e fora dos arquivos do Exército. O projeto tinha o objetivo de reafirmar a imagens dos integrantes de esquerda como “terroristas” e “delinquentes”, além de responder às publicações comunistas, que para os militares, estavam deturpando os “verdadeiros” fatos históricos.

⁴BRANDÃO, Priscila Carlos; LEITE, Isabel. Nunca foram heróis. A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura brasileira, por meio de uma leitura do projeto ORVIL. **Revista Taller**, v. 1, p. 253, 2012.

Visando resguardar o caráter confidencial da pesquisa e elaboração da obra, foi designada uma palavra-código para se referir ao projeto - ORVIL - (livro escrito de forma invertida). Concluída no ano de 1988, a obra, que se chamaria *As quatro tentativas de tomada do poder*, foi proibida de ser publicada. O general Leônidas Pires Gonçalves alegou que a conjuntura política da época era inoportuna, por se tratar de um período de concórdia e conciliação e não de discórdia e desunião. Sendo assim, os resultados da pesquisa ficariam guardados e utilizados apenas em caso de necessidade. Os militares acreditavam que as publicações de livros autobiográficos por militantes da esquerda no início da década de 1980 representavam a quarta tentativa de tomada de poder pela esquerda brasileira, através dos meios de aproximação e conscientização das massas, já que parte da esquerda creditou o fracasso do empreendimento armado ao isolamento perante o resto da sociedade. As três primeiras tentativas de tomadas de poder que, junto com esta, daria nome aos resultados da pesquisa caso fosse publicado, seriam: a insurreição comunista de 1935; os fatos que antecederam o golpe de 1964, como a presença de esquerdistas no governo João Goulart e a configuração de uma esquerda mais combativa; e, a luta armada implantada por organizações guerrilheiras entre 1967 a 1973⁵.

A proposta de utilizar o ORVIL como fonte primária justifica-se pelo grande número de informações filtradas dos arquivos militares a respeito das organizações clandestinas de esquerda, inclusive da Corrente Revolucionária de Minas Gerais⁶.

A quarta tipologia documental refere-se às fontes orais. As entrevistas com ex-integrantes da organização foram divididas em dois grupos: a) as inéditas, coletadas pelo autor; b) as entrevistas oriundas dos projetos “A Corrente Revolucionária de Minas Gerais”; “Reconstrução Histórica das Repúblicas Estudantis da UFOP”; e “A Atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto: entre o desenvolvimentismo e o radicalismo (1956 e 1969)”, ambos realizados pelo Laboratório de Pesquisa Histórica do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto⁷.

⁵ Sobre o processo de elaboração do ORVIL, ver: LEITE, Izabel Cristina. **Comando de Libertação Nacional: oposição armada à ditadura em Minas Gerais (1967 – 1969)**. 2009. 235 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

⁶ No ano de 2007 os jornais *Estado de Minas* e *Correio Brasiliense* publicaram, por um determinado tempo, trechos do ORVIL sob o título “O livro negro do terrorismo no Brasil”. Já em de 2009, Lucas Figueiredo, o jornalista responsável pelas reportagens citadas, lançou o livro *Olho por Olho: os livros secretos da ditadura*, onde defende que o ORVIL surgiu como uma resposta do exército brasileiro ao projeto *Brasil: Nunca Mais*.

⁷ Os endereços eletrônicos das entrevistas se encontram nas referências.

Por meio da metodologia da história oral, ex-integrantes da CORRENTE tiveram a oportunidade de registrar suas lembranças, e assim contribuir para a recuperação da memória social e política do período. Dentre os depoentes destacamos: Mário Roberto Galhardo Zanconato (Xuxu), líder do setor estudantil universitário da CORRENTE; Ricardo Apgaua, quem dirigia o setor estudantil secundarista; Gilney Amorim Viana, responsável pelo setor dos servidores públicos e o Setor de Expropriação; e Conceição Imaculada de Oliveira, militante do setor operário e ex-secretária do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Vale observar que grande parte destes entrevistados também participou ativamente de ações armadas, o que possibilita analisarmos a postura mais revolucionária da organização, assim como seu objetivo, logística e os resultados de tais ações (Ver anexo I).

As entrevistas e os depoimentos abordam assuntos que, em diálogo com as fontes do DOPS-MG e com o ORVIL, muito contribuíram para aprofundar e enriquecer o estudo sobre a organização, a exemplo das questões sobre as cisões no PCB; a formação e desmonte da CORRENTE; o movimento operário, o movimento estudantil e sobre os servidores públicos; as ações e perímetro de atuação do grupo; a aliança e colaborações com outras organizações de esquerda; entre outros.

Já os jornais, que retratam o panorama político da época, serviram para perceber como a imprensa tratava a postura revolucionária e as ações armadas da CORRENTE em oposição ao governo no final dos anos 1960. Sendo assim, utilizamos os jornais mineiros *Estado de Minas* e *Diário da Tarde*, que se encontram sob a guarda do Arquivo Público Mineiro e da Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais. A escolha desses jornais foi feita tendo em vista a maior presença de recortes desses periódicos no acervo do DOPS-MG. Os agentes policiais procuravam se manter informados do que ocorria nos movimentos considerados “subversivos”, também por meio da leitura e posterior recorte de notícias veiculadas pela imprensa.

Por fim, é preciso ressaltar que a utilização dessas fontes não perde de vista as discussões metodológicas e historiográficas específicas a cada uma, fator fundamental para a produção do conhecimento histórico.

Considerada a metodologia e as fontes analisadas, dividimos nossa análise em três capítulos, os quais abordam as seguintes questões.

No primeiro capítulo analisamos as tensões e disputas internas do PCB que suscitaram as dissidências armadas na segunda metade da década de 1960. Em seguida, apresentamos

outras três matrizes da *Nova Esquerda* brasileira: Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), Ação Popular (AP) e Movimentos Nacionalistas.

No segundo capítulo abordamos a CORRENTE sob vários aspectos: formação, teoria, influências doutrinárias, inserção nos movimentos de massa, ações, práticas revolucionárias e extinção, entrelaçadas como algumas histórias de vida.

Finalmente, o terceiro capítulo, o qual foi dividido em duas partes. Na primeira, examinamos criticamente o policiamento político sobre a CORRENTE, assim como a presença do discurso anticomunista que movia as ações da repressão. Na segunda parte, analisamos os jornais mineiros (*Estado de Minas* e *Diário da Tarde*) para perceber a dimensão e a repercussão das ações da CORRENTE por outra ótica, a da imprensa.

Creemos que o conjunto destas análises sobre as tensões e disputas internas do PCB, alguns acontecimentos que influenciaram a luta armada no Brasil, aspectos relacionados à criação, estruturação e extinção da Corrente Revolucionária de Minas Gerais, a repressão sofrida e a imagem produzida pela imprensa, nos permitirá compreender, bem como reproduzir a trajetória da organização mineira, conforme veremos nas páginas que seguem.

1. O PCB E OUTRAS MATRIZES E INFLUÊNCIAS DA NOVA ESQUERDA BRASILEIRA

Criado sob influência da Revolução Socialista (Bolchevique) da União Soviética (URSS) de 1917, o Partido Comunista Brasileiro surgiu em 1922 como um foco catalisador das reivindicações da classe operária – que emergia consideravelmente no país naquele momento.

Desde o final do século XIX, o Brasil vinha substituindo gradativamente a mão de obra escrava pelo trabalho assalariado. As lavouras de café e as indústrias, recém-criadas, recebiam imigrantes, em sua maioria, italianos, portugueses e espanhóis; acompanhando o acelerado crescimento industrial do período, surgiram novas categorias e classes sociais, com destaque para a burguesia e a classe operária⁸.

Foi neste contexto que os trabalhadores começaram a se organizar para resistir às duras condições de vida e de trabalho a que eram submetidos: longa jornada; ausência de descanso semanal remunerado e de férias anuais; admissão e demissão sem contrato; entre outras. As primeiras organizações que apoiaram a classe operária contra tais condições foram as Associações de Socorro Mútuo. O mutualismo consistia em oferecer aos seus associados, proteção e assistência na ausência de políticas públicas de amparo social: pensões, indenizações, remédios, hospitais, funerais, entre outras. Tais associações foram além do caráter assistencialista quando, ao lado dos sindicatos, atuaram de forma política, como reivindicadoras de melhores condições trabalhistas e na organização da classe operária⁹.

A ação dessas Associações seria substituída pela ação do anarcossindicalismo e o socialismo, os quais iriam tomar a frente e orientar o movimento operário no final do século XIX e começo do século XX. Para os socialistas, o movimento operário deveria ser dirigido por um partido institucional. Já os anarcossindicalistas, com sua tendência libertária, privilegiavam a educação da conscientização política de classe e valorizavam a organização independente dos trabalhadores, através de ligas, associações operárias e sindicatos. Suas

⁸ De acordo com José Antonio Segatto (1989), na obra intitulada *Breve História do PCB*, entre os anos 1880 a 1889 foram criadas aproximadamente 400 indústrias no Brasil, chegando a um número de 636 estabelecimentos industriais, com 54.169 operários. No ano de 1907 este número subiu para 3.410 estabelecimentos com 156.250 operários e, em 1920 para 13.336 indústrias com 275.512 operários.

⁹ Sobre a atuação das associações de socorro mútuo no Brasil ver: JESUS, Ronaldo Pereira de; Viscardi, Claudia Maria Ribeiro. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P. 21- 51. (Coleção as esquerdas no Brasil).

manifestações foram marcadas por greves e conscientização de classe, através de uma incisiva imprensa operária¹⁰.

Deste modo, dos anseios das militâncias anarcossindicalistas e socialistas surgiram os primeiros grupos comunistas no Brasil. Uma cisão do movimento anarcossindicalista que simpatizava com a Revolução Russa de 1917, caracterizando-a como um movimento libertário, viria ao lado dos socialistas, formar pequenos partidos comunistas em várias regiões do país, os quais posteriormente realizariam um congresso, formando o Partido Comunista Brasileiro. Portanto, o PCB nascia com as atenções voltadas para a classe trabalhadora, como podemos observar no segundo artigo do seu estatuto de fundação:

O Partido Comunista tem por fim promover o entendimento e a ação internacional dos trabalhadores e a organização política do proletariado em partido de classe para a conquista do poder e conseqüente transformação política e econômica da Sociedade Capitalista em Sociedade Comunista¹¹.

Contudo, no decorrer de sua trajetória o PCB conquistou forte influência no movimento estudantil e contava com ramificações no meio camponês, se tornando, aos poucos, um referencial para a esquerda brasileira.

O PCB teve sua história atrelada à vida política do país. Uma trajetória marcada pela clandestinidade e pelas inúmeras rupturas e transições que em muito refletem as dificuldades vividas pelo partido. Cabe lembrar que, ao longo de sua existência, foram curtos os períodos em que seu registro foi aceito pela Justiça Eleitoral (anos de 1945 a maio de 1947, e a década de 1980 em diante). Ademais, enfrentou com assiduidade inúmeras críticas externas e, sobretudo, internas, quase sempre relacionadas à tática e à estratégia adotadas pelo partido em diferentes conjunturas. Tensões essas que podem ser observadas nos congressos promovidos pelo partido ao longo dos anos.

Creemos que revisitar essas discussões é necessário para promover uma melhor compreensão do processo de surgimento das dissidências armadas ocorridas após o VI

¹⁰ O anarcossindicalismo se diferencia do anarquismo (outra tendência libertária) quanto à proposta de ação política contra o capitalismo. Enquanto o anarcossindicalismo orienta e direciona os trabalhadores a caminho da revolução, os anarquistas se negam a trabalhar na organização do operariado, acreditando na revolução espontânea e independente do proletariado, após o trabalho de educação política. Cf: SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e anarcossindicalismo*. São Paulo: Ática, 1987. 93 p.

¹¹ Artigo 2º do *Estatuto de Fundação do PCB*, disponível em: <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=112:estatuto-de-fundacao-do-pcb&catid=1:historia-do-pcb>. Acesso em: 13 out. 2012.

Congresso do PCB realizado em 1967 e, conseqüentemente, da origem da Corrente Revolucionária de Minas Gerais.

Entre os anos de 1945 e 1947, o PCB adotou com mais veemência o discurso pacífico em sua linha programática. De certa forma é preciso levar em conta que neste período o partido se encontrava em um contexto de inusitada legalidade, se transformando em um partido de massa e disputando as eleições, o que foi possível em decorrência do movimento de reivindicações a favor da democracia, articulado pela oposição do governo Getúlio Vargas¹². Outro fator que influenciou sua postura foi a política internacional pacifista da URSS. Após a 2ª Guerra Mundial, a URSS procurava tranquilizar seus aliados, mostrando não ter planos expansionistas. Dessa forma, mesmo com a extinção da Internacional Comunista em 1943, quando Stálin preconizava mais autonomia e independência aos partidos comunistas locais e nacionais, o PCB reiterava seu alinhamento incondicional ao PCUS (Partido Comunista da URSS)¹³.

Sendo assim, neste momento o PCB se propôs a realizar uma revolução democrático-burguesa, antifeudal e anti-imperialista, através do caminho pacífico. Entretanto, essa fase branda do PCB não iria muito longe. Em consequência da “guerra fria”, entre EUA e URSS, iniciou-se um longo período de perseguição aos comunistas, tanto nos Estados Unidos, como nos países a ele alinhados. Isso acarretou enorme repercussão no Brasil, provocando uma campanha contra o PCB por parte dos setores mais reacionários. Os comunistas passaram a ser acusados de subordinados e espiões de Moscou, uma potência comunista estrangeira. Aos poucos, o governo Dutra e diversos setores dominantes começaram a fechar o cerco, com o objetivo de isolar o PCB e barrar o seu crescimento. No dia 7 de maio de 1947 o registro do PCB foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral, levando o partido novamente à clandestinidade e ao isolamento. Para dificultar ainda mais a situação, em janeiro de 1948, os mandatos dos parlamentares eleitos pela legenda do PCB também foram cassados. Dessa forma, a privação de um debate aberto e amplo pelo viés parlamentar levou o partido a mudar seu discurso pacifista para a pregação da violência revolucionária. A nova linha política do

¹² Estava na pauta do movimento democrático: a anistia ampla e irrestrita, a convocação de uma assembleia nacional constituinte e a ampla liberdade de expressão e organização.

¹³ Vale ressaltar que no congresso de criação do partido, realizado nos dias 25, 26 e 27 de março de 1922, além da escolha do Secretário Geral e da Comissão Geral Executiva, e da aprovação do estatuto baseado no Partido Comunista Argentino, foram averiguadas as 21 condições de admissão do partido à Internacional Comunista (IC). Após uma tentativa frustrada no final de 1922, em 1924 o Partido Comunista do Brasil foi legitimado como membro da III Internacional Comunista criada por Lênin na URSS, pressuposto que caracteriza a linha leninista do PCB no período. Com a morte de Lênin em março de 1924, e a partir do VI Congresso da IC, o stalinismo começa a se consolidar no movimento comunista internacional. Como uma das 21 condições de admissão na IC era seguir sua linha política, o PCB se redefiniu de acordo com a situação ora vigente.

PCB começou a ser esboçada com o *Manifesto de janeiro de 1948* e se confirmou com o *Manifesto de Agosto de 1950*. Assinado por Luis Carlos Prestes, em nome do Comitê Central, o *Manifesto de Agosto* propunha uma Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN) e a organização de um exército popular de libertação nacional, objetivando a criação de um governo democrático e popular. No entanto, apesar da radicalização tática, a visão da revolução em duas etapas – democrático-burguesa – estava mantida.

Na obra *A Utopia Fragmentada* (2000), Maria Paula de Araújo chama atenção para uma contradição apontada por Ricardo Bielschowsky (1988) sobre as proposições do *Manifesto*. Essa contradição seria o radicalismo e a explicitação do caminho pela via militarizada, mantendo a visão estratégica de uma etapa democrático-burguesa.

As proposições do *Manifesto de Agosto* orientaram o Programa do IV Congresso do partido, realizado clandestinamente em novembro de 1954, na cidade de São Paulo. O Programa mantinha a opção da luta armada, mas, diferentemente do *Manifesto*, recolocava a burguesia nacional na frente revolucionária, ao invés do exército popular de libertação nacional.

Segundo Gorender (1987), também citado por Maria Paula de Araújo (2000), essa postura do PCB representaria uma tentativa de sanar a insatisfação da burguesia, que se veria no mesmo grau de rejeição dos monopólios imperialistas. Dessa forma, nas teses do IV Congresso do PCB, manteve-se a contradição do *Manifesto de Agosto* apontada por Bielschowsky, afinal, era difícil prever uma proposta de luta armada aliada com a burguesia nacional. No entanto, é preciso ressaltar que a definição de uma etapa democrático-burguesa não era exclusividade do PCB. No VI Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1928, foi definido que todos os países do Terceiro Mundo seguiriam o modelo etapista (democrático-burguesa) de revolução.

Ainda em 1954 o PCB começou a pensar novamente em uma ação política legal, pela qual buscava recuperar-se como partido de massas. Exemplo disso foi sua participação na candidatura de Juscelino Kubitschek. Essa fase do partido foi afetada por uma crise no movimento comunista internacional, efeito da divulgação, em 1956, do relatório de Nikita Khrushchev, denunciando os fatos ocorridos no período stalinista. Apresentado no XX Congresso do Partido Comunista da URSS (PCUS) o "relatório secreto" de Nikita Khrushchev, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, denunciou a violência e atrocidades praticadas por Joseph Stalin e por boa parte dos dirigentes do PCUS.

Num primeiro momento, o PCB se omitiu em relação às acusações de Nikita Khrushchev, achando que poderia tratar-se de um complô estadunidense sobre o líder soviético. Só com a veracidade legitimada, após o retorno da delegação do partido do XX Congresso na URSS, que o PCB se manifestou. Junto a uma autocrítica que reconhecia os erros das deformações provocadas pelo stalinismo, o PCB reviu uma série de fatores considerados como degradantes: falta de democracia interna; excesso de centralismo e mandonismo por parte da direção do partido e; principalmente, o dogmatismo exacerbado. O dogmatismo consistia em tentar enquadrar a realidade brasileira às formas e teorias elaboradas nos PUCS, ou seja, a utilização e a cópia, sem nenhum espírito crítico, das ideias de comunistas e partidos comunistas de outros países.

A *Declaração de Março de 1958* é o documento-padrão desta fase do partido, que reafirmava a etapa democrático-burguesa e o caráter anti-imperialista da revolução brasileira. No entanto, trazia duas novidades em relação às proposições anteriores: a definição de um caminho pacífico para a revolução brasileira e a definição de uma luta por reforma de estruturas, que permitiria ao PCB voltar a participar da vida pública nacional. Em seguida, os pontos da *Declaração de Março* seriam reafirmados no V Congresso do partido, realizado no Rio de Janeiro em agosto de 1960. Essa linha política se manteria praticamente inalterada até o golpe militar de 1964 e se tornaria responsável por alimentar as polaridades dentro do PCB e, conseqüentemente, o processo de dissidências.

1.1. Partido Comunista do Brasil (PC do B), a dissidência pré-golpe

A autocrítica do stalinismo provocada pelo relatório de Khrushchev e alguns pontos mencionados na *Declaração de Março* e no Programa do V Congresso, como a tentativa do partido de construir uma ação política legal vinculada às massas, acirraram as tensões dentro do partido entre dois grupos. De um lado, a “linha liberal”, que optava por uma política legal, de massas, e pelo viés eleitoral. Do outro, os líderes mais ortodoxos, fiéis às ideias de Stálin e adeptos à luta armada. Essa tensão determinaria, em poucos anos, a primeira grande cisão do PCB.

Em 1960, durante o V Congresso, a linha mais ortodoxa do PCB – liderada por Diógenes Arruda, Pedro Pomar, João Amazonas, Ângelo Arroio, Maurício Grabois, entre outros –, que durante o IV Congresso realizado no ano de 1954 tinha adquirido notoriedade e

força dentro da direção do partido, reforçou suas críticas à linha mais liberal do PCB. Como consequência, esses militantes foram expulsos, por serem responsabilizados pelo dogmatismo e sectarismo que havia acompanhando o partido principalmente nas duas décadas anteriores. Logo depois estes representantes realizariam uma “conferência extraordinária” e criariam uma nova legenda. Como no ano de 1961 o PCB em uma conferência nacional havia trocado o nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, objetivando a legalidade, a dissidência manteve o nome de Partido Comunista do Brasil, adotando a sigla PC do B.

O PC do B surgiu em 1962 como uma manutenção do ideário stalinista que foi abandonado pelo PCB após o XX Congresso do PUCS e com forte influência teórica e ideológica do Partido Comunista Chinês (PCCH), liderado pela figura de Mao Tse Tung. O grupo considerava ineficaz a revolução pacífica pretendida pelo PCB e defendia a luta revolucionária na área rural brasileira, por meio de uma guerra sustentável e com forte apoio das massas, sobretudo camponesa.

No entanto, o ponto de discordância entre a dissidência e o PCB não era a concepção das duas etapas para a revolução brasileira. Ambos concordavam com tal visão. Primeiramente, se faria a revolução burguesa; para em seguida, realizar a revolução socialista. O que polarizava era, justamente, a forma de encaminhar o processo (luta armada *versus* via pacífica). Outro ponto incomum era a opção pelas “reformas de base”, preconizada pelo PCB e rejeitada pelo PC do B.

Com a formação do PC do B em 1962, iniciou-se uma disputa em torno de quem teria a legitimidade para se apresentar como a continuidade do Partido Comunista, criado em 1922. Ambos (PCB e PC do B) se autodenominaram herança do 1º Congresso do movimento comunista que formou o Partido Comunista na década de 1920¹⁴.

Mas assim como o PCB, o PC do B também enfrentou crises internas e cisões. Uma das principais crises ocorreu em torno do debate da guerrilha no perímetro urbano, que dividiu o partido entre os favoráveis e os desfavoráveis, contribuindo para os dois maiores “rachas” do PC do B entre os anos de 1966 e 1967: a Ala Vermelha, em São Paulo e no Centro-Sul, e o Partido Comunista Revolucionário (PCR), no nordeste. Ambos aderiram à guerrilha na cidade. A Ala Vermelha deu origem ainda a dois outros grupos clandestinos ligados à

¹⁴ No site oficial do PC do B, o partido é caracterizado como o verdadeiro partido comunista fundado em 1922. Segundo Jean Rodrigues Sales, “os partidos políticos dão uma atenção especial à escrita de sua história e ao uso de seu passado para justificar a atuação política no presente” (SALES, 2007, p.170).

guerrilha urbana em São Paulo: o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), e o Movimento Revolucionário Marxista (MRM).

1.2. O VI Congresso do PCB e as dissidências pós-golpe: em luta contra o regime civil-militar.

Poucos dias antes do golpe militar ocorrido em 1964, no dia 27 de março, o jornal *Novos Rumos*¹⁵ publicaria as “Teses para a discussão”, como preparação para o VI Congresso do PCB, marcado para novembro do mesmo ano. No entanto, com o advento do golpe, o Congresso só aconteceria em dezembro de 1967. O seu resultado foi a reafirmação da linha política do V Congresso, acrescida da caracterização do golpe de estado:

O golpe de estado de 1º Abril, resultante da junção de forças políticas, econômicas e sociais numerosas e heterogêneas, deu início a um novo processo político em nosso país. O Brasil se encontra hoje asfixiado por um regime ditatorial, militar, de conteúdo entreguista, antidemocrático e antioperário. (SEGATTO, 1989, p.117).

Portanto, o primeiro objetivo a ser seguido seria a luta contra a ditadura, a fim de derrotá-la e garantir um regime democrático. Para isso, o estatuto estabelecido no VI Congresso evocava uma luta através do movimento de massa: “o processo de isolamento e derrota da ditadura é o desenvolvimento da luta de massas e da unidade de ação das forças democráticas”. (Citado por SEGATTO, 1989, p.118).

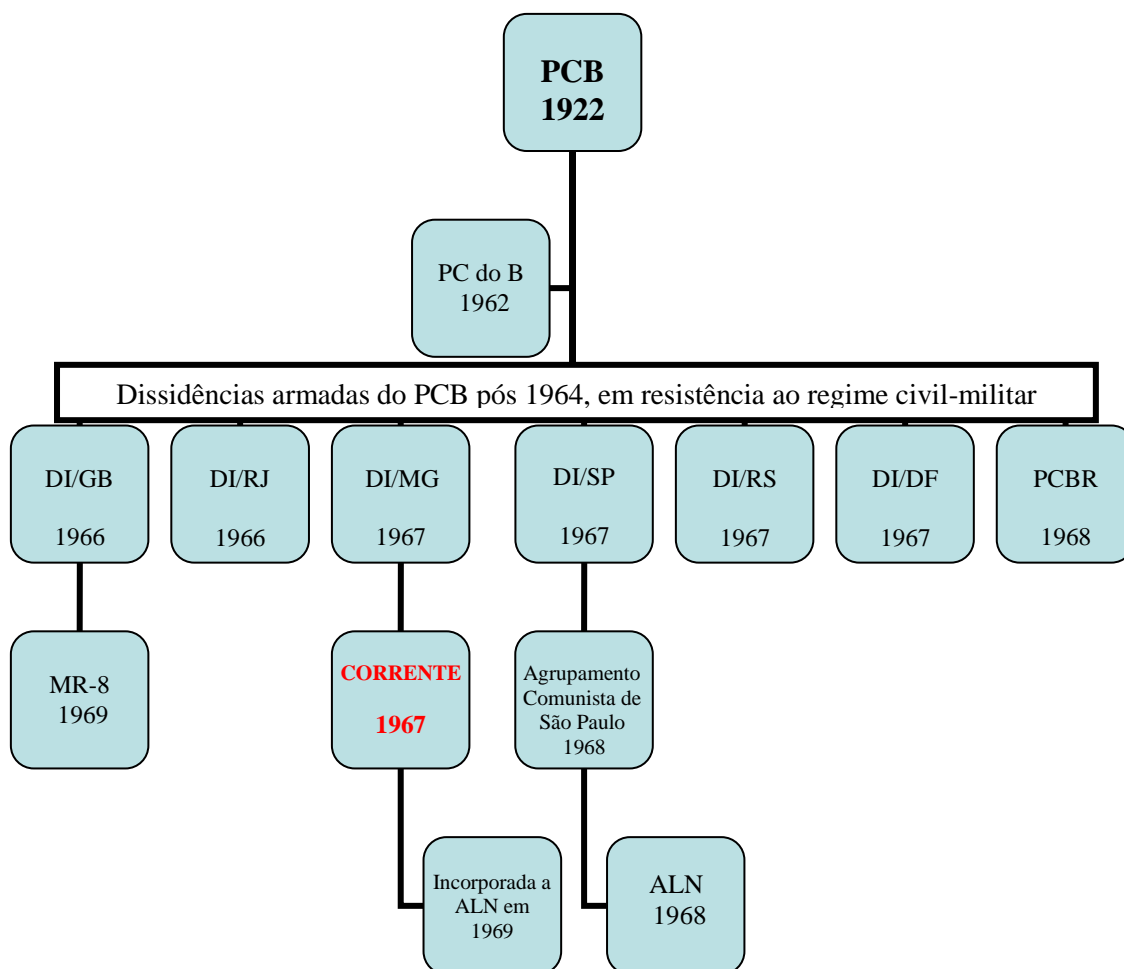
O estatuto procurava definir a participação do proletariado e de outras forças sociais no processo da revolução, inclusive da burguesia nacional:

O proletariado é a força motriz principal da revolução. O campesinato e a pequena burguesia urbana constituem com eles as forças fundamentais. A burguesia nacional, tendo interesse objetivo na emancipação nacional, é uma força capaz de opor-se ao

¹⁵ Lançado no Rio de Janeiro em 28 de fevereiro de 1959, *Novos Rumos* foi um semanário de circulação nacional editado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), na época denominado Partido Comunista do Brasil. Foi extinto em 19 de abril de 1964, em consequência do golpe que iniciou a ditadura civil-militar no país. O órgão divulgava as matérias de interesse do partido entre os seus próprios quadros (leitores assinantes) e também servia de porta-voz das lutas e reivindicações da classe trabalhadora. Apesar da relativa independência da linha editorial, em geral, o jornal reproduzia as orientações do PCB, focalizando os assuntos sob o prisma comunista. Nesse sentido, o jornal publicava seções especiais para a discussão de teses e propostas a serem debatidas nos congressos do PCB. Ao longo de seus cinco anos de existência, *Novos Rumos* discutiu questões variadas em torno do marxismo e da construção do socialismo: a aplicabilidade do modelo socialista, teorias marxistas e leninistas, a estrutura partidária em países comunistas, entre outras questões, incluindo explicações didáticas para iniciantes no pensamento socialista. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/novos-rumos>>. Acesso em: 15 out.2012.

imperialismo e de participar da revolução em sua presente etapa. (Citado por SEGATTO, 1989, p.119-120).

Dessa forma, estaria estipulada a frente única que lutaria pelo retorno da democracia no país, através do percurso pacífico. Novamente a tensão entre tática (luta armada ou via pacífica) e estratégia (duas etapas ou tática política imediata), que aparece em diferentes momentos, de diferentes formas, acirra as divergências internas no partido. À medida que a luta interna foi se tornando cada vez mais acirrada, o fracionismo foi ganhando corpo dentro do PCB e, conseqüentemente, ia se desenhando a *Nova Esquerda* brasileira que se oporia à ditadura civil-militar. A luta interna polarizava-se, principalmente, em torno da avaliação da derrocada de abril, e de como o partido iria se portar dali para frente. Num extremo, colocavam-se os defensores do viés pacifista, com incondicional apoio da classe burguesa. Do outro, os militantes tidos como mais radicais, que pregavam a luta armada e a violência revolucionária contra a ditadura civil-militar, dentre os quais destacamos: Mário Alves, Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender, Miguel Batista dos Santos, Câmara Ferreira e Carlos Marighella. Desta forma, os militantes expulsos ou que abandonaram a legenda por não aceitarem a conduta do partido no momento, criaram diversos grupos, procurando colocar em prática suas concepções políticas. Dentre essas dissidências destacamos: Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Ação Libertadora Nacional (ALN), Corrente Revolucionária de Minas Gerais, entre outras, conforme nosso organograma:



O Movimento Revolucionário 8 de Outubro consistia na nova denominação da “DI da Guanabara”, a Dissidência da Guanabara do PCB. Seu nome faz alusão à morte de Che Guevara, que teria ocorrido na Bolívia no dia 8 de Outubro de 1967, e foi adotado após o famoso sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, ação realizada em conjunto com a ALN, grupo que será analisado a seguir. Apesar de suas estratégias serem semelhantes às da ALN, o MR-8 se diferenciaria pela defesa de um novo partido marxista, crítico ao programa do PCB. Mais tarde, o MR-8 contaria com um núcleo de militantes vindos da VPR, dentre os quais teria destaque Carlos Lamarca, assassinado no sertão da Bahia no dia 17 de setembro de 1972, em missão pelo grupo. No ano de 1972 o MR-8 foi desestruturado; ressurgindo no ano seguinte com uma orientação política bastante diferente da anterior, inclusive com críticas à luta armada¹⁶.

¹⁶ Vale ressaltar que, a Dissidência do Estado do Rio de Janeiro (DI/RJ) também foi denominada Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), pela polícia política. Para divulgar o desmantelamento do grupo em 1969, os órgãos repressores precisavam atribuir um nome a organização, que não tinha sido batizada por seus militantes, com o intuito de abdicar do burocratismo partidário de outras legendas, como o PCB e o PC do B.

O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário também defendia a ideia de um partido marxista que reformulasse a linha tradicional do PCB em relação à sua aliança com a burguesia e seu caminho para se chegar ao socialismo. Articulado por Mário Alves, jornalista e intelectual de forte prestígio, que foi expulso do PCB após divergências com o Comitê Central e com seu principal líder no momento, Luiz Carlos Prestes, o PCBR se consolidou formalmente no ano de 1968. O grupo também adotou a guerrilha rural e urbana como estratégia. No início da década de 1970, a forte repressão atingiu a organização, prendendo parte de sua direção (Apolônio de Carvalho, Miguel Batista, Jacob Gorender etc.) e matando outros, entre esses, Mário Alves¹⁷.

Sem dúvida, o grupo guerrilheiro mais expressivo do Brasil durante o período militar foi a Ação Libertadora Nacional, formado com base na dissidência de São Paulo, comandado por Carlos Marighella e, mais tarde, por Joaquim Câmara Ferreira. Devido à sua forte ligação e contribuição à Corrente Revolucionária de Minas Gerais, este grupo merece uma atenção especial.

Antes de se tornar o famoso guerrilheiro da ALN, Carlos Marighella, já produzia textos referentes à situação política brasileira, questão agrária no Brasil, guerra de guerrilha, entre outros. Seus livros e artigos não foram referências apenas para a esquerda brasileira, mas também para toda esquerda latino-americana¹⁸. Inconformado com a predominância do discurso e com a aliança com a burguesia, Carlos Marighella participou da conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) realizada em 1967 em Cuba, sem autorização do Comitê Central do PCB. A OLAS atendia o chamado da Revolução Cubana para um plano de ação revolucionária continental. Ao regressar de Cuba, Marighella foi expulso do PCB, momento no qual propôs a criação da ALN. A Ação Libertadora Nacional surgiu com as seguintes propostas:

(...) luta de libertação nacional, a montagem de uma organização revolucionária nacional, patriótica, de caráter amplo e ampla autonomia tática, e, principalmente, o desencadeamento de ações revolucionárias como base para afirmação da organização, e para a formação do exército popular de libertação nacional. (Citado por REIS FILHO, 1985, p. 206).

Sendo assim, o grupo levou o nome de um folheto produzido pela organização e apreendido pela polícia política: *8 de Outubro*.

¹⁷ No decorrer do segundo capítulo veremos a ligação e contatos do PCBR – através de seus principais dirigentes – e a Corrente Revolucionária de Minas Gerais.

¹⁸ Dentre os escritos produzidos por Carlos Marighella destacamos: *Alguns Aspectos da Renda da Terra no Brasil* (1958), *Porque resistir a prisão* (1965), *Algumas Questões Sobre as Guerrilhas no Brasil* (1967), *Chamamento ao Povo Brasileiro* (1968), *Minimanual do Guerrilheiro Urbano* (1969), entre outros.

A ALN foi a organização brasileira que mais se aproximou de Cuba. A partir da OLAS, Marighella teve a Revolução Cubana como um exemplo para a revolução latino-americana. Um dos ensinamentos que mais empolgava Carlos Marighella era a possibilidade de vencer uma revolução a partir do zero e com um grupo mínimo de combatentes. Apesar de toda influência da Revolução Cubana, a ALN substituiu a teoria do foco guerrilheiro pelas “colunas guerrilheiras móveis, que se deslocariam contando com pontos de apoio de antemão assentado” (GORENDER, 1987, p.98), devido principalmente à extensa dimensão física do país. Como evidencia o nome, a Ação Libertadora Nacional tinha como primeiro objetivo a libertação nacional, para depois realizar a revolução socialista, condizendo com a teoria de duas etapas para a revolução. Porém, enquanto o PCB admitia uma aliança com a burguesia, a ALN condicionava a primeira fase da revolução à atuação de operários e camponeses.

Logo em sua formação, a ALN se distanciou das outras dissidências do PCB, ao rejeitar a ideia de partido. Marighella negava a estrutura centralizada de partido, considerando-a prejudicial à ação revolucionária. Apesar de sua forte autonomia dentro do grupo, Marighella dava total liberdade tática aos militantes da organização. Um exemplo seria a ação que resultou no sequestro do embaixador dos Estados Unidos. Juntamente com o MR-8, alguns militantes da ALN realizaram a operação sem consultar Carlos Marighella.

A ALN teve seu raio de ação principalmente na cidade, com o intuito de obter recursos para poder organizar a guerrilha rural e o exército de libertação nacional.

O Guerrilheiro urbano não teme em dismantelar ou destruir o presente sistema econômico, político e social brasileiro, já que sua meta é ajudar ao guerrilheiro rural e colaborar para a criação de um sistema totalmente novo e uma estrutura revolucionária, social e política, com as massas armadas no poder. (MARIGHELLA, 1969, p.2)¹⁹.

Com o lema a “ação faz a vanguarda”, a organização realizou diversas ações armadas, dentre as quais destacamos o sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, em conjunto com o MR-8; a expropriação do trem pagador em São Paulo e do carro pagador do IPEG no Rio de Janeiro; a tomada de sindicatos têxteis; a tomada da Radio Nacional em São Paulo; o justicamento do major natural dos Estados Unidos Charles Rodney Chandler (em parceria com VPR) e do empresário da Ultragás, Henning Albert Boilesen (em parceria

¹⁹MARIGHELLA, Carlos. **Minimanual do guerrilheiro urbano**. 1969. Disponível em: <<http://www.consultapopular.org.br/formacao/textosclassicos/MANUAL%20DO%20GUERRILHEIRO%20URBANO.doc/view>>. Acesso em: 24 ago.2012.

com o MRT), que coordenava o financiamento da Operação Bandeirante (OBAN), centro de investigação e tortura criado pelo aparato repressor do regime em junho de 1969²⁰.

No final do ano de 1969, mais precisamente no dia 4 de novembro, Carlos Marighella foi assassinado em uma Rua de São Paulo, na Alameda Casa Branca. A partir de então, sucessivas prisões seguidas de morte – dentre essas a do substituto de Marighella, Câmara Ferreira – tomariam conta do dia-a-dia da organização, até culminar em sua desestruturação no ano de 1974.

No ano de 1971 ainda surgiriam duas dissidências da ALN: o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) e a Tendência Leninista (TL), também adeptas à prática armada.

Conforme observarmos, as dissidências armadas do PCB inauguraram um enorme mosaico de grupos clandestinos que pegariam em armas, com a finalidade primeira de resistir à ditadura civil-militar. Além das cisões pecebista, esse mosaico é composto por dissidências e cisões de outras matrizes, tais como a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP), a Ação Popular (AP) e os Movimentos Nacionalistas, a saber.

1.3. Outras matrizes da *Nova Esquerda* (armada)

1.3.1 Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-POLOP)

A Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-POLOP) foi criada em janeiro de 1961, como resultado da fusão da juventude do Partido Socialista das seções da

²⁰ No dia 12 de outubro de 1968, Charles Rodney Chandler, Capitão do Exército dos EUA, enviado ao Brasil supostamente para estudar Sociologia e Política, foi assassinado na cidade de São Paulo por militantes da ALN e VPR. Segundo os guerrilheiros, Chandler era um agente da CIA e se encontrava no Brasil com a missão de assessorar a ditadura civil-militar com ensinamentos de “técnicas de interrogatórios” aos órgãos da repressão. Já Henning Albert Boilesen foi um empresário dinamarquês radicado no Brasil, presidente da Ultragás e um dos fundadores do CIEE - Centro de Integração Empresa Escola. O empresário foi executado a tiros por militantes da ALN e MRT, na manhã de 15 de abril de 1971, nos Jardins em São Paulo. Seus executores dizem que o escolheram como exemplo para um justicamento, acusando-o de ajudar no financiamento da repressão e de assistir a sessões de tortura de presos políticos. Para saber mais sobre o assassinato do empresário da Ultragás ver o documentário **Cidadão Boilesen** (2009), dirigido Chaim Litewski.

Guanabara e São Paulo – estes últimos adeptos ao pensamento de Rosa Luxemburgo ²¹, de estudantes da “Mocidade Trabalhista de Minas Gerais”, e de dissidentes do PCB.

A ORM-POLOP foi o primeiro agrupamento a se organizar como opção partidária ao PCB e também ao PTB, considerando as atitudes destes partidos conciliadoras e reformistas. Sendo assim, elaborou um “‘Programa Socialista para o Brasil’, no qual afirmava que o grau de evoluções do capitalismo no país comportava e exigia transformações socialistas imediatas, sem qualquer etapa nacional-democrática” (BNM, 1985, p.103). Dentre as suas temáticas destacavam: a inviabilidade das reformas fora de um contexto revolucionário; a questão do socialismo, colocado na ordem do dia pelos movimentos sociais; a necessidade de libertar os trabalhadores da influência dos partidos reformistas (PTB e PCB); e a criação de um novo partido comunista, que assumisse realmente a direção da política da classe operária, livre de tutelas do Estado e da aliança com a burguesia nacional.

Contudo, a organização alcançou mais os círculos intelectuais do que as classes populares, sendo muitas vezes criticada – por alguns militantes – pelo excesso de teorismo e ausência de práticas guerrilheiras. Jacob Gorender também afirma que ORM-POLOP “ficou restrita ao meio intelectual e à produção teórica, sem conseguir penetração nos movimentos de massa” (GORENDER, 1987, p.36).

Sendo assim, no ano de 1967 ocorreram duas grandes dissidências dentro da POLOP, as seções de Minas Gerais e São Paulo. Os militantes de Minas Gerais criaram o Comando de Libertação Nacional (COLINA). Orientados pelas ideias defendidas pela Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), a partir de 1968, o grupo passou a executar ações armadas que viabilizariam a guerrilha no campo. Abandonaram inclusive o que havia de mais sólido nas teses da ORM-POLOP – a proposta da revolução socialista para o país –, adotando o caminho da libertação nacional. Após forte repressão do regime o grupo se desmantelou e se

²¹ Rosa Luxemburgo foi uma intelectual marxista que nasceu na Polônia em 1871 e foi assassinada na Alemanha no ano de 1919, junto com seus companheiros, após o Levante Espartaquista. Dentre seus pensamentos, destacamos os debates travados com a social-democracia e o bolchevismo de Lênin. Contra a social-democracia enfatizou os limites históricos do capitalismo e contra o bolchevismo enfatizou a espontaneidade revolucionária da classe operária. Sendo assim, Rosa Luxemburgo defendia a tese da derrocada inevitável do capitalismo, ao invés de reformá-lo, como preconizava a tese social-democrata. Já a polêmica com Lênin girava em torno da concepção de partido. Para Lênin, a classe trabalhadora só se libertaria quando tivesse um partido político centralizado que lhe dirigisse. Para Rosa Luxemburgo, a emancipação da classe operária é fruto da própria classe operária e não do centralismo ou burocratismo de um partido.

aliou à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), dando origem, em seguida, a Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR – Palmares)²².

Já a seção dissidente de São Paulo se uniu aos militantes remanescentes do Movimento Nacional Revolucionário (MNR)²³ para constituir a VPR. Suas ações a caracterizaram como um dos principais grupos que, por meio das armas, enfrentou a ditadura no Brasil: ataque a bomba ao Quartel-General do II Exército em São Paulo; justiçamento do major natural do Estados Unidos Charles Rodney Chandler (em parceria com a ALN); captura de fuzis e armas no Hospital Militar do Cambuci em São Paulo e no quartel do exército em São Caetano do Sul; sequestro dos embaixadores japonês, alemão e suíço, como moeda de troca (ações conjuntas com outros grupos) etc. Vale ressaltar que o grupo teve como figura lendária o ex-capitão do exército Carlos Lamarca, antes de sua transferência para o MR-8. A VPR foi violentamente destruída no ano de 1972.

Em abril de 1968 a ORM-POLOP, debilitada com as cisões internas, foi convertida em Partido Operário Comunista (POC), aproximando-se da dissidência do PCB do Rio Grande do Sul e de um pequeno grupo de militantes secundaristas da cidade do Rio de Janeiro, a Dissidência da Dissidência (DDD). Em suas teses e resoluções o POC procurou rever a atuação partidária da antiga fileira (ORM-POLOP) no seio do proletariado. Uma das principais questões girava em torno de uma maior atuação de seus quadros junto à classe operária, direcionando-a para uma postura mais revolucionária.

Posteriormente, alguns militantes do POC passaram a defender uma organização voltada para a ação revolucionária, liberta do teorismo exacerbado da antiga ORM-POLOP. No Plano internacional, articularam-se com a IV Internacional Trotskysta/Secretariado Unificado²⁴, que simpatizava com os métodos castro-guevaristas representados pela revolução cubana. Sendo assim, tais militantes passaram a se denominar Partido Operário Comunista – Organização de Combate, o POC – Combate. Entretanto, o grupo teve uma atuação efêmera, com discretas ações armadas.

Por outro lado, os militantes que não se deixaram seduzir pela luta armada, refundaram a ORM-POLOP, agora com um novo nome: Organização de Combate Marxista-Leninista/Política Operária (OCML-PO), conhecida pela sigla PO. A nova organização

²² LEITE, Izabel Cristina. **Comando de Libertação Nacional**: oposição armada à ditadura em Minas Gerais (1967 – 1969). 2009. 235 p. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

²³ Tratamos o MNR mais adiante, ao abordar os movimentos nacionalistas.

²⁴ A IV Internacional Trotskysta/Secretariado Unificado se estabeleceu como uma cisão da IV Internacional, fundada por Leon Trotsky no dia 3 de setembro de 1938.

manteve a publicação mensal *Política Operária*, informativo lançado anos antes pela extinta ORM-POLOP, que divulgava uma crítica incisiva às teses do PCB (etapa democrática, reformas de base, e aliança com a burguesia nacional).

1.3.2. Ação Popular (AP)

A Ação Popular foi fundada em junho de 1962, em um congresso realizado em Belo Horizonte. Composta de cristãos progressistas ligados à Ação Católica, em particular a Juventude Universitária Católica (JUC), o grupo se autodenominou um “movimento político” inspirado em ideias humanista de Jacques Maritain, Teilhard de Chardin, Mounier, e padre Lebret. Além da vertente católica, a AP reunia também elementos de formação protestante de tendência progressista e pessoas de formação marxista sem credo religioso, a maioria intelectuais, jornalistas, artistas, professores, estudantes universitários e militantes do movimento popular.

A organização também criticava a concepção de duas etapas proposta pelo PCB e preconizava a revolução socialista para a sociedade brasileira. Em 1963 foi realizado em Salvador o congresso que lançou seu documento base, inclinado para o socialismo.

Diferentemente da ORM-POLOP, que mantinha uma base teórica sem conseguir desenvolver uma proposta prática de luta política, a AP se inseriu ativamente no movimento de massa. Suas maiores atuações ocorreram no meio estudantil, onde controlava as sucessivas diretorias da União Nacional do Estudante (UNE). Além do movimento estudantil, a AP preocupou-se também em penetrar nos meios operários e rurais, principalmente no Nordeste, através do Movimento de Educação de Base (MEB), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

No ano de 1965 o grupo reuniu-se clandestinamente na cidade de Niterói, onde confirmou a posição socialista do documento-base de 1963, acrescida da opção pela luta armada de libertação nacional. Contudo, na prática, a AP realizou poucas investidas em ações de guerrilha, salvo ações isoladas, como o atentado a bomba no Aeroporto dos Guararapes (Recife) no dia 25 de Julho de 1966. Tal atentado tinha o objetivo de protestar contra a visita do marechal Costa e Silva, candidato da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) à Presidência da República. Quando aconteceu a explosão muitas pessoas aguardavam a chegada do general e sua comitiva, marcada para 08 h e 45 min. Em decorrência do atentado

morreram o almirante Néelson Gomes Fernandes e o jornalista Edson Régis de Carvalho, além de quatorze pessoas que ficaram feridas. O general e sua comitiva nada sofreram, já que, devido a uma pane no avião que levaria o candidato, a viagem de João Pessoa a Recife foi feita de automóvel. Em entrevista concedida a Sérgio Buarque de Gusmão e editada pelo *Jornal da República*, logo após a anistia de 1979, Jair Ferreira de Sá revelou que militantes da AP foram responsáveis pelo atentado. Em entrevista posterior, ao semanário *Em Tempo*, referiu-se a Raimundinho (certamente Raimundo Machado) como um dos executores do atentado. Informada da ação, a direção nacional da AP na época condenou o ato e determinou a dissolução dos comandos armados paralelos. Ainda naquele dia foram explodidas bombas na sede da União Estadual dos Estudantes e no escritório do Serviço de Informações dos Estados Unidos. Os órgãos de investigação sugeriram autoria única para as três ocorrências, no entanto, segundo Gorender (1987), as iniciativas teriam partido de organizações diferentes²⁵.

A partir de 1968, a AP assumiu tendências maoístas, elaborando em outubro de 1969, o documento “Preparar ativamente a guerra popular”, no qual explicitava a luta armada a partir do campo. Entre 1968 e 1970 a AP manteve uma política de “proletarização através da integração na produção”, que levou à transferência de vários universitários para o campo e para as fábricas. No ano de 1971 converteu-se formalmente numa organização marxista-leninista de tendência maoísta. Logo em seguida defendeu a união de forças de todos os grupos de inspiração marxista-leninista, o que posteriormente propiciaria a integração de partes de seus militantes ao PC do B. Aqueles que não aderiram à fusão com o PC do B, se mantiveram na organização, convertida em Ação Popular Marxista-Leninista (APML).

Após cisão interna ocorrida em 1968, a AP originaria uma nova organização: Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Seus fundadores também discordavam do maoísmo ortodoxo seguido pela direção da AP. O PRT chegou a executar algumas ações armadas no Rio de Janeiro e São Paulo. O grupo foi dissolvido no ano de 1971.

²⁵ Antes do atentado promovido pela AP, no dia trinta e um de março de mil novecentos e sessenta e seis uma bomba explodiu no Parque Treze de Maio (Recife), onde estava marcada uma solenidade em comemoração aos dois anos do golpe militar de 1964. No mesmo dia outra bomba atingiu a residência do comandante do IV Exército. Os atentados a bomba em Recife são considerados o marco inicial da luta armada no Brasil contra o regime civil-militar.

Vale ressaltar que no início dos anos 1980, a APML, em seu último Congresso, fez a opção pela dissolução da organização, posteriormente, grande parte de seus militantes se integrou ao recém-fundado Partido dos Trabalhadores (PT) ²⁶.

1.3.3. Os movimentos nacionalistas

Houve no Brasil várias organizações armadas ligadas ao nacionalismo revolucionário: Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26), Movimento Revolucionário 21 de Abril (MR-21), Movimento de Ação Revolucionária (MAR), Frente de Libertação Nacional (FNL), Resistência Armada Nacional (RAN) entre outras. Tais agrupamentos giravam em torno das articulações do ex-governador do Estado do Rio Grande do Sul Leonel Brizola (Brizolismo), e tinham como objetivo as conquistas democráticas, as reformas de base e a libertação nacional (BNM, 1985, p.109).

Vale destacar que o Movimento Nacionalista Revolucionário articulou uma das primeiras tentativas de guerrilhas no Brasil contra a ditadura civil-militar. O grupo surgiu após o golpe de 1964, da união de militantes políticos exilados no Uruguai e militares cassados pelo exército (principalmente marinheiros, cabos e sargentos), e contou com considerável apoio de Cuba. A princípio, Brizola resistia à teoria do foco guerrilheiro, por achar que levantes populares eram mais eficazes do que uma luta de guerrilha prolongada. Entretanto, à medida que seus planos foram se esvaindo, o ex-governador não teve outra saída senão “apostar todas as suas fichas” na implantação de guerrilhas. Iniciada em Minas Gerais, na proximidade do Pico da Bandeira, a Guerrilha do Caparaó (1966/1967) foi uma tentativa de implementação de um foco guerrilheiro, que não passou de um período de treinamento. Denunciados pela população local antes mesmo da realização de qualquer ação, todos os integrantes ali presentes foram presos e, posteriormente, muitos se integraram à VPR.

Finalmente, vale ressaltar que, apesar das diferenças e variações que estes grupos de esquerda tinham entre si, conseguimos detectar pontos em comum que os caracterizariam como a *Nova Esquerda* brasileira, surgida em meados dos anos 1960, e que confrontaria a ditadura civil-militar, tais como: a posição política contrária à linha pecebista; o sentimento de resistência à ditadura civil-militar; a defesa da luta armada – através de focos guerrilheiros –,

²⁶ Sobre a Ação Popular ver: BERTOLINO, Farley. **Movimento estudantil e esquerda católica na capital mineira: história e memória de uma geração - 1961/1968**. 2010. 279 p. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

como forma privilegiada para desencadear a revolução socialista; a valorização de ações espetaculares, como assaltos a bancos e sequestros; a concepção de tomada do estado através de um pequeno grupo armado (Blanquismo); entre outros.

2. RESISTÊNCIA ATIVA EM OPOSIÇÃO À DITADURA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Como vimos no capítulo anterior, a CORRENTE é fruto das discussões precedentes ao VI Congresso do PCB ocorrido no ano de 1967. Cabe lembrar que nas discussões do Congresso polarizaram-se duas posições. Num extremo, o Comitê Central, que defendia a via pacífica como forma de se opor à ditadura, no outro, os militantes que pregavam a adoção da luta armada como forma de resistência aos governos militares. Tais divergências geraram várias dissidências armadas em todos os cantos do país.

O Comitê Municipal do PCB em Belo Horizonte se posicionou a favor da linha mais radical, ao defender uma posição mais combativa e violenta. Ao fazê-lo, seus militantes, em discordância com o órgão central e com o Comitê Estadual, foram expulsos do partido e criaram um novo grupo que em dezembro de 1967 se autodenominaria Corrente Revolucionária de Minas Gerais.

Segundo Ricardo Apgaua, ex-integrante da CORRENTE, antes mesmo da efetiva cisão com o partido, a extensão mineira do PCB já se definia de forma particular em relação ao Comitê Central, principalmente, no que diz respeito ao método revolucionário:

Nesta época começamos a nos antecipar ao rompimento com o PCB e montamos o que chamamos de Comitê Estadual Paralelo. Dele fazíamos parte o Mário Alves, Mário Roberto Galhardo Zanconato (Xuxu), que pertencia à sessão estudantil estadual e era o líder do partido no movimento estudantil universitário, o Gilney Amorim Vianna, que nesse momento assume o contato com o pessoal do movimento operário, o José Júlio (Araújo) e eu, que dirigia o partido no movimento estudantil secundarista e detinha, pelo trabalho que tinha feito, o contato com os grupos do interior do estado. A partir daí, a gente começa a montar, no movimento estudantil, uma estrutura voltada para a luta armada e a planejá-la. Quando os membros da Corrente Revolucionária do PCB, em Minas, foram expulsos do partido, já contávamos com uma estrutura partidária funcionando. Passamos a atuar como a Corrente Revolucionária de Minas Gerais ²⁷.

Com núcleos originários do Comitê Municipal de Belo Horizonte e com um considerável número de integrantes do núcleo do PCB de Ouro Preto, a CORRENTE se constituiu basicamente por operários, estudantes (secundaristas e universitários) e servidores públicos (APGAUA, 2003). Ao todo, listamos 86 integrantes que fizeram parte da Corrente

²⁷ APGAUA. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. Nova Lima, 02 fev. 2003.

Revolucionária de Minas Gerais, dentre os quais, 37 advindos do Partido Comunista Brasileiro²⁸.

Antes mesmo da cisão com o PCB, o grupo que formaria a Corrente Revolucionária de Minas Gerais já dividia sua atuação pelos setores de massas. Posteriormente essa estrutura se estenderia ao grupo revolucionário, mesmo com a adoção da luta armada, pelo menos num primeiro momento.

Para tanto, a organização foi dividida em escalões. O 1º (primeiro) escalão seria responsável pelas ações armadas e pelo levantamento de áreas no perímetro rural. Tal escalão era dividido em três setores: Instrução, Expropriação e Armas e Explosivos. O 2º (segundo) escalão seria constituído pelos setores de massa, ou seja, operários, estudantes e servidores públicos, sendo de suas responsabilidades os serviços de agitação e propaganda. Já o 3º (terceiro) escalão contava com todos aqueles que prestavam qualquer tipo de serviço clandestino à organização e que não se encaixavam nem no 1º ou 2º escalões.

Para sistematizar suas propostas, logo após a cisão com o seu partido matriz, a CORRENTE lançou o documento-base intitulado *Orientação básica para atuação: 20 pontos*. O documento foi pensado e redigido pelos fundadores da organização: Gilney Amorim Viana, Hélcio Pereira Fortes, José Júlio de Araújo, Mário Roberto Galhardo Zanconato²⁹ e Ricardo Apgaua. Através dos 20 pontos, a Corrente Revolucionária de Minas Gerais tinha o objetivo de nortear o caminho para revolução brasileira, a ser realizada por meio da preparação das massas e da luta armada imediata.

²⁸ APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0028, Imagem 362.

²⁹ Mário Roberto Galhardo Zanconato foi um dos 15 presos políticos trocados pelo resgate do embaixador estadunidense no Brasil, Charles Burke Elbrick, sequestrado por um comando em conjunto da ALN e do MR-8 no dia 04 de setembro de 1969 na cidade do Rio de Janeiro. A lista dos presos liberados constitui-se de integrantes das principais organizações clandestinas do país: Luís Travassos, José Dirceu e Vladimir Palmeira, líderes estudantis; José Ibrahim, líder sindical operário; Flávio Tavares, jornalista; Gregório Bezerra, dirigente do PCB em Pernambuco e um dos primeiros presos após o golpe militar; Onofre Pinto, dirigente da VPR e ex-militar; Ricardo Vilas Boas, músico e integrante da Dissidência/MR-8; Ricardo Zaratini, engenheiro ligado a movimentos sindicais do Nordeste; Rolando Fratti, do PCB; Agonalto Pacheco, da ALN; Ivens Marchetti, do MR-8; Leonardo Rocha, da ALN e a única mulher do grupo, Maria Augusta Carneiro, do MR-8 e da Dissidência, além de Mário Roberto Galhardo Zanconato, da Corrente Revolucionária de Minas Gerais. Ver no anexo II a fotografia dos presos libertados momentos antes do embarque rumo ao exílio no México. Vale salientar que na foto original, tirada no Aeroporto do Galeão (RJ), não estão presentes o integrante da CORRENTE nem o antigo militante comunista Gregório Bezerra. Isso porque, os dois eram os únicos que não se encontravam presos no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Gregório Bezerra estava recluso em Recife, onde o avião foi obrigado a fazer uma escala. Já Mário Roberto Galhardo Zanconato, que estava preso em Ribeirão da Neves/MG, foi o último a entrar no *Hércules 56*, em Belém. De acordo com Zanconato, houve resistência do Exército que controlava a prisão em Neves em libertá-lo. Dessa forma, a Força Aérea teve que arrebentar a porta da cela e levá-lo em um avião a jato até Belém. Para saber mais sobre o assunto ver o documentário *Hércules 56* (2006) e o livro homônimo (2008), ambos realizados pelo documentarista Sílvio Da-Rin.

Em sua formação inicial, o grupo mineiro foi orientado por Mário Alves³⁰, que defendia a reorganização partidária. No documento citado conseguimos perceber claramente a ideia inicial da CORRENTE em desencadear a luta revolucionária guiada por um partido marxista-leninista. Tais anseios podem ser notados no ponto 16 do referido documento:

A classe operária brasileira só poderá desempenhar o papel dirigente no processo da revolução se tiver à sua frente um partido de vanguarda, guiado pela teoria marxista-leninista. Coloca-se na ordem-do-dia a reconstrução do partido da classe operária, em todos os terrenos-ideológico, político e orgânico. O partido há de ser reconstruído no próprio fogo da prática revolucionária e sua organização deve ser posta em função da luta³¹.

Primeiramente, a organização conseguiu se manter fiel à concepção do documento-base. Entretanto, com o aumento das atividades armadas e com a intensificação da repressão sobre as organizações de massas, a CORRENTE se viu obrigada a mudar sua postura. Aos poucos foi abandonando uma estrutura política vinculada aos movimentos de massas (movimento operário, sindical, estudantil) e efetivando uma posição de organização político-militar com maior autonomia revolucionária e menos estrutura partidária. Dessa forma, a CORRENTE se afastaria das proposições de Mário Alves, quem, juntamente com Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender, fundaria o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

Pelas perspectivas de seus militantes, o grupo mineiro se aproximaria de Marighella e de sua organização, a Ação Libertadora Nacional. Carlos Marighella defendia que as cisões do PCB não deviam se organizar em torno de uma única representação partidária, mas em grupos menores, que pudessem se dividir em distintas frentes de resistência.

Embora mantivesse estreita relação com o grupo de Marighella, a CORRENTE mantinha-se como uma organização autônoma e independente, com direção e estrutura próprias. A forte conexão com Carlos Marighella serviu para o grupo mineiro definir sua estratégia de guerrilha. Segundo um dos líderes da organização, Gilney Amorim Viana, Marighella “tinha uma opinião de que os grupos tinham liberdade tática, e só seguiriam uma orientação estratégica”³².

³⁰ Em 1945 o jornalista Mário Alves passou a integrar o Comitê Estadual do PCB na Bahia e em 1957 foi eleito para o Comitê Central. Após o golpe de 1964, Mário Alves tornou-se um dos principais líderes oposicionista dentro do partido, sendo afastado da comissão executiva. Foi atuar em Belo Horizonte, onde contactou e orientou o grupo mineiro do PCB que formaria a Corrente Revolucionária de Minas Gerais. Ali permaneceria até 1967.

³¹ *Orientação básica para atuação: 20 pontos*. Documento gentilmente cedido por Gilney Amorim Viana.

³² VIANA. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. Brasília, 30 jan. 2004.

Entretanto, a independência da CORRENTE perdurou até meados de abril de 1969, quando muitos de seus integrantes “caíram”³³ perante o policiamento político, propiciando a desestruturação do grupo. A partir daí, parte dos militantes que conseguiu furar o cerco da repressão migrou para a ALN, onde efetuou ações armadas, principalmente no eixo Rio - São Paulo.³⁴

2.1. Movimento de Massa

Para compreendermos a atuação da CORRENTE no movimento de massa é preciso avaliar a ascensão de seus militantes dentro da estrutura partidária do PCB em Minas, ainda como integrantes deste partido. Tal estrutura era constituída pelo seguinte sistema de organizações hierárquicas: a) Comitês Distritais (Bases); b) Comitês Municipais; c) Comitês Regionais (Estaduais); d) Comitê Central. Em Minas Gerais, tal como no restante do país, os comitês do PCB eram disputados entre a bancada reformista, adeptas às ideias mais pacifistas, lideradas pelo Comitê Estadual em concordância com o Comitê Central, e a bancada mais radical, que pregava, entre outros, a luta armada imediata em resistência ao governo ditatorial vigente. Esse segundo grupo foi demarcando espaço dentro do partido ao ganhar alguns comitês municipais de grande importância e, sobretudo, os comitês distritais, aqueles que realizavam os trabalhos com as massas. Como ex-militante do grupo contrário ao Comitê Estadual, Gilney Amorim Viana comenta como se estabeleceu a disputa pelos comitês do PCB no Estado de Minas Gerais.

É, no caso de Minas o que ocorreu foi o seguinte, que, quando ocorreu as reuniões de base, era menos importante, que as bases eram pequenas nessa ocasião, mas era um processo fundamental para poder eleger os delegados. Então por exemplo, nós ganhamos aqui. Começamos com distrital. Ganhamos o distrital secundarista, ganhamos o distrital universitário, cê entendeu? E depois nós ganhamos o distrital da cidade industrial, que era o distrital operário, entendeu? (...), e depois ainda reconstruímos o comitê de servidores públicos também. Então nós ganhamos os comitês principais. Quando foi no comitê municipal, a conferência municipal nós ganhamos, eu fui eleito o primeiro secretário do comitê municipal de Belo Horizonte, que era o principal comitê do partido no estado. (...). Nós ganhamos Ouro Preto, tínhamos uma influência forte e ganhamos lá em Uberlândia, em, em é Juiz de Fora, é Uberaba, (...). No caso nós ganhamos os distritais mais importantes daqui e ganhamos o Comitê Municipal que era o principal. Então essa é a Corrente Revolucionária de Minas, nasce exatamente quando em 67 nós ganhamos a estrutura

³³ Expressão utilizada pelos militantes de esquerda para designar a prisão ou captura pela polícia política.

³⁴ Nas páginas que segue, a história sobre a Corrente Revolucionária de Minas Gerais será tratada com mais riqueza de detalhes e análise.

média de base dos partidos principais, e aí nós elegemos delegados para o Comitê Estadual³⁵.

Portanto, quando a dissidência mineira do PCB formou a Corrente Revolucionária de Minas Gerais, os principais comitês de base estavam sob seu controle, além dos principais comitês municipais do estado. Com essa estrutura herdada – ou conquistada – de seu partido matriz, a CORRENTE prosseguiu atuante no movimento de massa, mesmo que de forma clandestina, até meados de 1968, como veremos a seguir.

2.1.1. Piquetes, Panfletos e Comissões de Fábricas: a participação da CORRENTE no movimento operário

A Corrente Revolucionária de Minas Gerais possuía um considerável número de militantes vinculados ao setor operário. Nos Inquéritos Policiais Militares referentes à organização³⁶, listamos 21 nomes ligados ao setor: Ana Lúcia Batista (Estela/Ivana), Antônio José de Oliveira (Tonho/Lopes), Antônio Magalhães (Antunes), Antônio Maria Claret Tôres (Claret), Antônio Rezende Guedes, Braz Teixeira da Cruz (Braz), Conceição Imaculada de Oliveira (Helena), Degule de Freitas Castro (Ruy/Edgar), Efigênia Maria de Oliveira (Santa), Eustáquio Pinto de Oliveira (Taque), Geraldo Clemente Soares (Dino/Esquema/Martelete/Rogério), Geraldo Moreira da Silva (Moreira), Hércio Pereira Fortes (Alex/Ernesto/Manoel/Roberto), Joaquim Antônio da Fonsêca (Careca/Fonseca), José da Silva Tavares (Corisco/Tavares), José Natalino Magalhães (Trem Bom/Zezé), Maria Imaculada Diniz (Imaculadinha), Matias Gomes Barbosa (Nêgo), Olavo Gualberto Fróes (Antônio/Paulo), Oswaldo Severino da Silva (Valdo), Yonne de Souza Grossi (Iolanda/Janaína/Jussara)³⁷. No entanto, é preciso esclarecer que muitos desses militantes transitavam também por outras áreas da organização, como o movimento estudantil, a associação de servidores públicos e, sobretudo, os setores ligados à luta armada. No início, o setor operário era operado por Gilney Amorim Viana e, posteriormente, passou a ser incumbência de Hércio Pereira Fortes³⁸. Em Ouro Preto, Hércio já vinha desenvolvendo um trabalho junto à classe operária na fábrica de Alumínio ALCAN (Alumínios Canadenses

³⁵ VIANA. Entrevista concedida ao autor. Belo Horizonte, 29 jun. 2012.

³⁶ Fonte: APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0028.

³⁷ Os nomes entre parênteses correspondem aos codinomes dos respectivos militantes, verificados nos Inquéritos Policiais Militares referentes à organização.

³⁸ APGAUA. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. Nova Lima, 02 fev. 2003.

S.A.), quando foi deslocado para a Cidade Industrial (Contagem), onde aconteceria a primeira greve de expressão no Brasil após o golpe militar de 1964. Em seu depoimento, Marco Antônio Victória Barros, um dos principais integrantes do grupo na época, procura destacar a preocupação que a CORRENTE tinha com o movimento operário:

Não se pode, no entanto, esquecer que, junto ao movimento popular, a Corrente teve grandes méritos em relação às outras dissidências que adotaram a luta armada no resto do país. Priorizávamos o projeto da luta armada, mas nos mantivemos muito cômicos da necessidade de uma vinculação como movimento social. Sem perdermos os vínculos com o movimento estudantil, mantivemos, e aprofundamos, os nossos contatos no movimento operário. Trouxemos de Ouro Preto para Belo Horizonte, para dar um apoio na estruturação do movimento sindical, aqueles que considerávamos os mais bem preparados da organização. Queríamos que se fizesse na Cidade Industrial um trabalho similar ao que o Hécio já tinha feito em Ouro Preto. Alugaram-se uma ou duas casas em Contagem. Vieram o Hécio, o Cauzinho, o Marco Antônio Victoria Barros e uma turma grande para assumir o trabalho. Editou-se um jornal³⁹, cujo nome não me recordo, para distribuição nas portas das fábricas, com o objetivo de incitar uma reação operária à ditadura. A partir dali começamos a intensificar a nossa influência no movimento sindical e atingimos uma posição importante no Sindicato dos Metalúrgicos, controlando a sua secretaria, cuja titular, passou a ser a Imaculada, militante nossa no setor. Chegamos a ser a organização mais influente e respeitada no sindicato. A partir daí foi deflagrada a primeira greve operária no Brasil após o golpe de 1964⁴⁰.

Com o objetivo de difundir suas posições junto à classe operária, a CORRENTE editou e veiculou o *1º de Maio*, um “jornal de Combate da classe operária”, como salienta seus editores ao final de cada número (Ver edição do jornal no anexo III). O nome do jornal, propositalmente, nos remete a data em que é comemorado o dia do trabalhador, em luta pelos seus direitos trabalhistas e sociais⁴¹.

Na capa do número 27 podemos perceber como a CORRENTE concebia a resistência operária. Para a organização, o trabalhador deveria resistir às más condições de trabalho de forma radical, com armas na mão, combinando a atuação no movimento de massa, juntamente com a prática da guerrilha armada.

³⁹ Provavelmente o jornal *1º de Maio*

⁴⁰ BARROS. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. Niterói (RJ), 25 jan. 2003.

⁴¹ Não conseguimos identificar ao certo quando o *1º de Maio* foi criado e quantos números foram editados. Tudo leva a crer que o ano de criação foi 1967, pois encontramos uma edição datada de 11 de dezembro deste ano, informando que o exemplar corresponde ao ano I, número 10. Através desta edição também podemos perceber que o jornal começou a ser editado antes da cisão mineira do PCB se autodenominar Corrente Revolucionária de Minas Gerais, o que ocorreu em dezembro de 1967. Encontramos também uma edição de Janeiro de 1969, o que nos faz acreditar que o jornal perdurou por pelo menos três anos. A edição de janeiro de 1969 corresponde ao ano III, número 27.

Com a frase “*Só armados faremos valer nossos direitos*” e a ilustração em que um operário armado ameaça o seu patrão por um aumento de salário, não seria demasiado deduzir o ímpeto revolucionário de um trabalhador pré-disposto para a luta armada, o que, de fato, aconteceria. Posteriormente, a maioria dos trabalhadores foi obrigada a migrar para o 1º setor da organização, ou seja, o setor encarregado das ações mais radicais, militaristas.



FIGURA 1 – Capa da edição 27 do jornal *1º de Maio*, apreendidos pelo DOPS/MG. Fonte: APM, Fundo DOPS/MG.

Vale destacar que o jornal serviu para articular os trabalhadores da Cidade Industrial durante o movimento grevista de 1968, no qual a CORRENTE teve ativa participação.⁴²

2.1.1.1. A Greve de Contagem (1968)

A “Cidade Industrial” foi criada em 20 de março de 1941, por meio do Decreto 770 do Governo do Estado, com o nome de Cidade Industrial Juventino Dias. Entretanto, só foi

⁴² OLIVEIRA. Entrevista concedida ao autor e à Isabel Cristina Leite. Belo Horizonte, 23 set. 2009.

implantada no ano de 1946. Em 1955, a inauguração de uma usina hidrelétrica viabilizou a instalação de grandes empresas (Belgo-Mineira, Mannesman, Mafersa, RCA Victor etc.), aumentando consideravelmente a população operária local. Segundo Francisco Weffort (1972), o número de operários da “Cidade Industrial” passou de 2.850 em 1952, para 5.731 em 1960, e alcançou 18.000 trabalhadores já em 1968, operando em um raio de 20 quilômetros e residindo, em sua maioria (63%), perto do local de trabalho. Tais dados são importantes para compreender a rápida propagação da greve, que contou com a adesão de aproximadamente 16 mil trabalhadores. Passamos agora para os principais acontecimentos que desencadearam o movimento grevista.

Com o golpe militar de 1964, os militares expurgaram qualquer vestígio das reformas de base do governo João Goulart. Nesse sentido, foi implantado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), primeiro plano econômico do governo militar. O Plano visava, principalmente, o controle e a redução da inflação, através de uma política monetária que reduzisse o salário, juntamente com o controle do déficit público. Sendo assim, passou-se a assistir uma inversão das políticas populista⁴³ anteriores, com o aumento dos juros e o achatamento dos salários. O desdobramento dessa política salarial resultou na criação da Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, conhecida como a “lei do arrocho salarial”. A lei estabeleceu um conjunto de normas para fixação e reajuste dos salários, sempre inferiores ao índice de elevação do custo de vida e da inflação. Tais medidas afetaram tanto o funcionalismo público, quanto o setor privado. Com a “lei do arrocho”, pretendia-se também aprimorar os mecanismos que garantissem um controle cada vez maior do Estado sobre os reajustes, pondo fim à possibilidade de acordo direto entre operários e patrões. Dessa forma, a Lei nº 4.725 é o marco inicial de uma abrangente política de compressão salarial, que por meio de vários decretos e decretos-leis, seguiu de forma contínua até 1974.

Para agravar ainda mais a situação, o governo interviu na maioria dos sindicatos do país, dificultando e impedindo a organização operária. De acordo com Jacob Gorender:

De 1964 a 1970, o Ministério do Trabalho destituiu as diretorias de 563 sindicatos, a metade deles de trabalhadores da indústria. Das seis confederações de empregados, quatro sofreram intervenção. Nos anos de 64-65, concentraram-se 70% das

⁴³ A política populista consiste no estabelecimento de uma relação direta entre as massas e o líder carismático, sem a intermediação de partidos políticos. No plano social a política populista pode impulsionar a emergência das classes populares e da classe média. Do ponto de vista da camada dirigente, o populismo é, por sua vez, a forma assumida pelo Estado para dar conta dos anseios populares e, simultaneamente, elaborar mecanismos para o seu controle.

intervenções ministerialistas. Ao mesmo tempo, o Governo Castello Branco pôs em vigência legislação quase proibitiva do direito de greve (somente as greves contra atrasos de pagamento terão alguma tolerância) e revogou conquistas importantes de categorias profissionais como os ferroviários, portuários e estivadores, marítimos e petroleiros (GORENDER, 1987, p.141).

Em Minas Gerais não foi diferente. No ano de 1964, o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem – que eram unificados – também sofreu intervenção, ficando à mercê do governo até 1967. Vale destacar que os sindicatos oficiais (intervencionistas), nada ou pouco agiam a favor da classe operária, pelo contrário, dificultavam qualquer reivindicação trabalhista que ia contra a política do Ministério do Trabalho e da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), assentados na compressão dos salários e na redução dos direitos sociais do trabalhador.

Em função de uma fissura na intervenção sindical promovida pelo Ministério do Trabalho, no ano de 1967 foi permitida a eleição para o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem: de um lado estava a chapa apoiada pelos interventores (Chapa Azul), do outro, a oposição sindical (Chapa Verde), que clamava por mudanças e renovação do sindicato desde sua intervenção em 1964. Presidida por Ênio Seabra, operário da Mannesman, a Chapa Verde defendia, entre outras questões, maior participação dos trabalhadores no sindicato, expulsão dos pelegos, luta contra os altos índices de redução salarial impulsionada pelo arrocho⁴⁴, luta contra a implantação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e a criação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas) (BRANCO, 2008, p.16).

Vale ressaltar que entre 1964 e 1967 os trabalhadores brasileiros amargaram a perda de 12% do salário, em decorrência de políticas econômicas assentadas na compressão dos rendimentos da classe trabalhadora. Já a campanha contra o FGTS justificava-se pela instabilidade e facilidade de demissão, proporcionadas após a sua implantação. Anteriormente, qualquer trabalhador que completasse 10 anos de trabalho na empresa, adquiria estabilidade no cargo. O dispositivo que punha fim à estabilidade no emprego, em troca de uma compensação pecuniária, incentivava diretamente a alta rotatividade de mão de obra, dificultando a organização da classe trabalhadora em prol de seus interesses a partir dos locais de trabalho. Outra insatisfação dos trabalhadores era com as condições precárias das fábricas e as condições desumanas de trabalho. Maquinários ultrapassados, ambientes

⁴⁴ Em campanha contra a política do arrocho salarial surgem a Frente Intersindical Antiarrocho, no Rio de Janeiro, e o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), em São Paulo.

insalubres e a ausência de materiais de segurança (luvas, máscaras, botas etc.) levaram os trabalhadores a exigirem melhoria nas condições de trabalho, através da criação das Cipas.

Com 500 votos de diferença, em um total de 3.900, a chapa oposicionista saiu vitoriosa na eleição. No entanto, em fins de agosto, poucos dias antes da diretoria eleita tomar posse, Ênio Seabra, que já tinha sofrido uma tentativa de impugnação de seu nome pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT) durante o processo eleitoral, foi impedido de assumir o cargo, em função de uma nova impugnação da própria DRT⁴⁵. Sendo assim, Antônio Santana Barcelos, originalmente candidato a bibliotecário pela Chapa Verde, acabou sendo empossado na presidência do sindicato. Contudo, as principais referências do movimento passaram a ser Conceição Imaculada de Oliveira, Joaquim de Oliveira e Luiz Fernando, membros do sindicato que formavam um núcleo mais atuante, com presença constante nas portarias das fábricas. A mineira Conceição Imaculada de Oliveira foi operária metalúrgica e entrou para militância do PCB no ano de 1963. Após as discussões do VI Congresso do partido, Conceição acompanhou a dissidência mineira do PCB e passou a agregar a Corrente Revolucionária de Minas Gerais. Em 1967 se tornou a primeira mulher a integrar a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, tendo fundamental participação na greve de Contagem. Posteriormente, o presidente impugnado Ênio Seabra seria eleito em assembleia como presidente do Comando de Greve Unificado (BRANCO, 2008, p. 19).

Na formação da chapa vencedora percebemos claramente a presença de membros dos grupos de esquerda, principalmente da Corrente Revolucionária de Minas Gerais, do Comando de Libertação Nacional e da Ação Popular. Exemplo disso é a militância do próprio presidente impugnado, Ênio Seabra, da AP, e de Conceição Imaculada de Oliveira, da CORRENTE.

As organizações de esquerda articulavam seus trabalhos no próprio sindicato e dentro das empresas, em comissões de fábricas, chamadas *comissões de cinco*. As comissões surgiram após o dissídio de 1967, impulsionadas pelas organizações de esquerda. Em outubro de 1967 o governo fixou um reajuste de 17%, considerado excepcionalmente baixo pelos trabalhadores da região.

Conceição Imaculada de Oliveira, que ocupava o cargo de secretária no sindicato dos metalúrgicos no ano de 1968, explica como funcionavam as *comissões de cinco*, além de afirmar a importância das comissões para a eclosão do movimento grevista:

⁴⁵ Vale lembrar que em 1964 Ênio Seabra era o presidente do Sindicato e foi cassado pela ditadura após o golpe militar.

Nessa primeira greve a gente formava comissões, então você tinha as bases do partido, que atuava também e tinha as comissões de fábrica que a gente fazia. A gente criava comissões de cinco pessoas e buscava que as pessoas não tinham [que conhecesse muito], daquele grupo de cinco, só eles cinco sabiam, então tinha um grupo de cinco que tirava uma pessoa que conhecia outro grupo de cinco e daquele outro grupo você tirava outro. Então você tinha de cada grupo de cinco, tinha um que conhecia mais. (...) Muitos grupos de cinco, mais só organizava de cinco em cinco, por que era tudo fechado né. Nessa seção aqui tem 300 "trabalhador" por exemplo, então eu sei todos que estão organizados, mais só sabe cinco, cinco, cinco; cada cinco pensa que eles são únicos. (...) Então foi montando esses grupos de cinco e um dia a gente estourou a greve pela Belgo Mineira ⁴⁶.

Gilney Amorim Viana, outro ex-integrante da CORRENTE e ativo participante da greve, também comenta como se deu o movimento a partir das comissões de fábrica:

E na verdade a primeira greve se deu de dentro pra fora. Ela não se deu do sindicato para lá. Embora nós tivéssemos uma influência no sindicato, porque não tinha ambiente político para fazer uma greve no sindicato. E a greve foi dirigida pela comissão de fábrica da Belgo-Mineira. E nisso aí o Hércio Pereira Fortes teve um papel estratégico, porque nós deslocamos o Hércio de Ouro Preto para ser quadro da Corrente profissionalizado lá em Contagem na cidade industrial. Então, ele foi uma peça de articulação, de concepção. (...) E foi uma coisa belíssima, porque nós inovamos muito antes de Osasco de como uma comissão de fábrica fez uma greve de dentro da fábrica e em plena fábrica. E inovou. E nós tivemos um papel fundamental ⁴⁷.

Portanto, com o apoio das *comissões de cinco* e intensa mobilização dos trabalhadores, a Greve de Contagem eclodiu de fato no dia 16 de abril na trefilaria da siderúrgica Belgo-Mineira. Às 07:00 h da manhã, cerca de 1.200 operários tomaram a fábrica, fizeram alguns diretores de reféns e paralisaram suas atividades em protesto contra os baixos salários, atrasos nos pagamentos, altos índices de demissões, falências de empresas menores e condições precárias de trabalho.

Imediatamente foi formada uma comissão de 25 membros, responsável por iniciar as negociações com a direção da Belgo-Mineira. De acordo com Weffort (1972), na primeira reunião entre grevistas e diretores foi proposto um reajuste de 10%, considerado insuficiente pela classe operária, que reivindicava 25%. Estabelecido o impasse, os trabalhadores entraram no segundo dia de ocupação da empresa, organizados em grupos de negociação, disciplina e segurança. No mesmo dia, a Delegacia Regional do Trabalho definiu a greve como ilegal e

⁴⁶ OLIVEIRA. Entrevista concedida ao autor e à Isabel Cristina Leite. Belo Horizonte, 23 set. 2009.

⁴⁷ VIANA. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. Brasília, 30 jan. 2004.

com isso os trabalhadores decidiram abandonar a ocupação, dirigindo-se ao sindicato. Às 18 h a Polícia Militar ocupou a empresa e o sindicato assumiu as negociações.

Com o intuito de aumentar a adesão ao movimento, os operários da Belgo-Mineira lançaram um comunicado conclamando a união de forças da classe trabalhadora. Através do comunicado, representado na imagem seguinte, todos os trabalhadores da região foram convidados a cessarem suas atividades, em um protesto pacífico de reivindicação salarial.

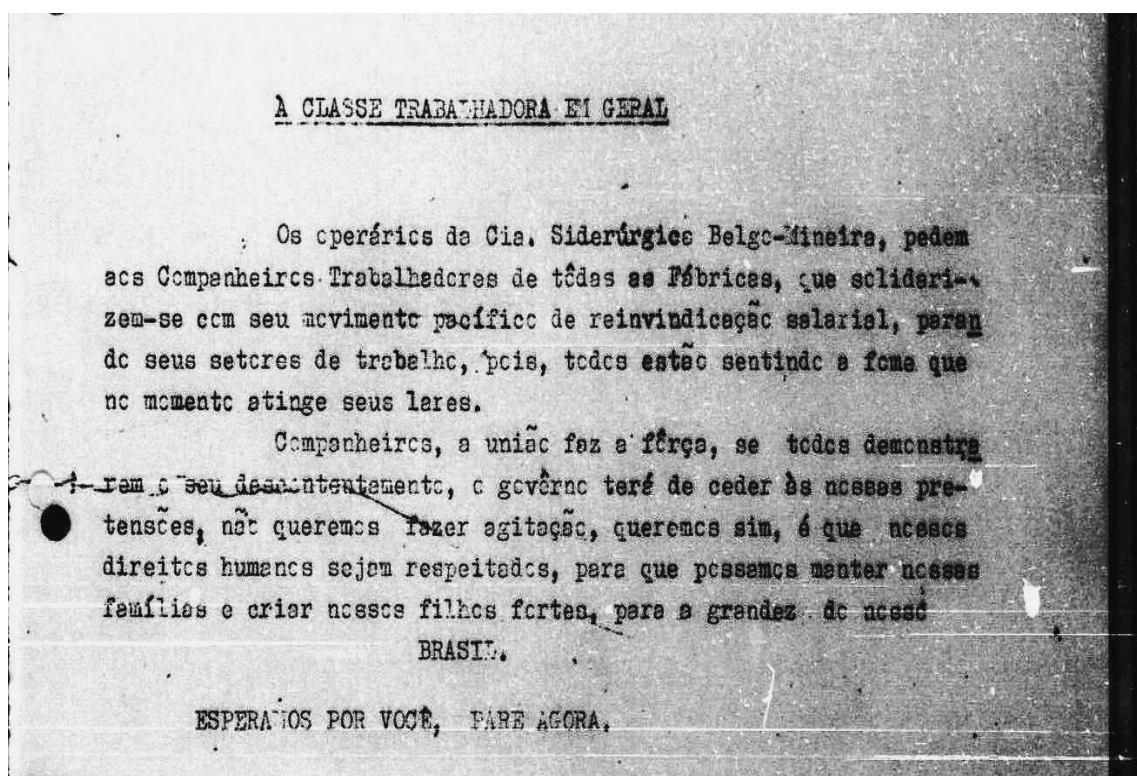


FIGURA 2 – Panfleto distribuído pelos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira em campanha para paralisação das atividades nas indústrias da Cidade Industrial. Fonte: APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 017, Pasta 0250, Imagem 18.

Rapidamente os operários de outras empresas aderiram ao movimento iniciado pelos trabalhadores da Belgo-Mineira. Sendo assim, no dia 23 de abril a cidade de Contagem já contava com mais de 20 empresas paralisadas, além de outras seções da própria Belgo-Mineira: Sociedade Brasileira de Eletrificação (SBE), Mannesman, RCA Victor, DEMISA, Industam, Simel, Metalúrgica Belo Horizonte, Metalgráfica Triângulo, Pollig-Haeckel, Minas Ferro, Material Ferroviário S/A (Mafersa), Fundação Santo Antônio, Barmel, Santa Fé, Acém, Capistrano, Barbosa Melo, AEI do Brasil, Cavan (WEFFORT, 1972, p. 47 e 48).

Segundo Francisco Weffort (1972), a Greve de Contagem de 1968 foi um movimento espontâneo dos operários, fora dos marcos do Sindicato dos Metalúrgicos e com insignificante participação dos grupos de esquerda. Para construir seu argumento, Weffort utiliza o conceito de espontaneidade operária. Para o autor, a greve espontânea ocorre quando a massa operária, carente de uma organização corporativa combativa e representativa, decide e realiza, por si só, um movimento de defesa de interesses econômicos ou sociais. Sobre Contagem, Weffort afirma que nem a organização sindical, nem as organizações de esquerda estavam qualificadas e organizadas para representar os trabalhadores.

No entanto, tal visão foi construída em meados de 1972, limitada aos registros da imprensa e aos documentos oficiais. Após o fim do regime civil-militar, surgiram novas fontes a respeito do tema, possibilitando o questionamento da versão de greve espontânea defendida por Weffort (1972). Depoimentos e entrevistas daqueles que tiveram ativa participação no movimento – sobretudo de ex-sindicalistas e ex-integrantes dos grupos de esquerda – e a abertura dos arquivos da polícia política, reconstituem a história da greve, trazendo à tona a importância de outros fatores e outros sujeitos para a eclosão do movimento.

Desta forma, a hipótese que defendemos é que a Greve de Contagem teve fundamental participação e orientação de agrupamentos de esquerda, os quais se ramificavam nas empresas e conduziam o Sindicato dos Metalúrgicos, como a Corrente Revolucionária de Minas Gerais, que foi um dos principais quadros orientadores da greve, como comenta Gilney Amorim Viana:

Olha, na Greve de Contagem a Corrente teve um papel fundamental. Primeiro na eleição do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. (...) Então, tudo começa com a nossa vitória na direção do sindicato e com um trabalho clandestino que nós fazíamos desde a retomada do movimento após o golpe. Particularmente 65, 66 e 67 teve o processo de reorganização. E então, nós fizemos todo o movimento. Nessa época nós tínhamos gente do Partidão e da AP (Ação Popular). A liderança maior era da AP, que nós colocamos na presidência. (...) Todas as lideranças deles tinham quadros bons. Mas o que aconteceu? Eles foram cassados. E os nossos quadros meio Partidão e meio Corrente não eram conhecidos. Então, eles não foram cassados. Então, foi aí que nós colocamos um quadro que era ligado a gente na presidência e na secretaria, que era um cargo estratégico. Colocamos a Conceição Imaculada. Então, ali nós tínhamos uma influência muito grande no sindicato. E nós fizemos umas comissões de fábricas. Várias comissões de fábricas na Belgo e na Mannesman⁴⁸.

Todavia, a atuação mobilizadora do sindicato e das organizações de esquerda ficou oculta, camuflada na “espontaneidade operária” assinalada por Weffort. Tal procedimento serviu como uma estratégia do Sindicato dos Metalúrgicos para evitar a intervenção

⁴⁸ VIANA. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. Brasília, 30 jan. 2004.

ministerialista e a descoberta da presença de organizações clandestinas no interior do sindicato e nas comissões de fábrica das empresas.

Neste âmbito, Conceição Imaculada de Oliveira descreve com clareza o plano do sindicato para iludir a repressão, que por sinal, se mostrou eficiente, já que durante a greve de abril o sindicato não sofreu intervenção por parte do governo:

(...) a gente não podia deixar o nome do sindicato aparecer, então nós combinamos que eu ia pro... eu morava aqui no bairro das Indústrias, eu ia pro sindicato bem cedinho, eles iam telefonar dizendo, xingando o sindicato, dizendo que o sindicato não tava fazendo o trabalho e tudo, a gente sabia que o telefone tava vigiado né, então a gente tinha montado tudo direitinho. Eles iam telefonar dizendo que o sindicato, precisando do sindicato por não "tá" defendendo os direitos deles e que eles estavam começando uma greve e o sindicato ia encarar ou não ia? (...) Aí eu volto do sindicato pra Belgo Mineira, aí quando chego na Belgo Mineira, e eles ficam quietos me esperando, eles não fazem nada antes de eu chegar, eles só ficam parados. Aí quando eu chego, eu já subo logo num caminhão, como combinado né e de lá eu faço, eu começo a fazer o meu discurso né, dizer: olha nos precisamos fazer uma comissão, por que nós temos que conversar com os patrões e a greve não pode ser só na Belgo, tem que se estender, por que uma empresa só não poder ser, aí a força vai ser pequena e coisa, aquela coisa e tudo. Mas primeiro nós vamos fazer uma comissão pra falar com os patrões e nós já tínhamos combinado, cada vez que a gente fosse falar, a gente levava uma comissão diferente. (...) só haviam duas pessoas que eram permanentes, era eu e o Joaquim de Oliveira. E o Joaquim de Oliveira ele não era do partido, ele era um religioso, mas era um homem de uma combaticidade incrível, ele era da diretoria do sindicato. Então eu e ele todas as negociações, todo diálogo que tinha nós dois íamos, mais isso a gente nunca levava o mesmo grupo, nós nunca decidíamos sozinhos, cada vez nós íamos com uma comissão, mais sempre uma comissão diferente pra não queimar as pessoas, pra ver que aquilo era espontâneo (grifo nosso) ⁴⁹.

Ademais, é preciso ressaltar que além da CORRENTE, outros agrupamentos clandestinos de esquerda também tiveram intensa participação na greve, como a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária, o Partido Operário Comunista, a Ação Popular, e o Comando de Libertação Nacional ⁵⁰. Contudo, a CORRENTE herdou o *modus operandi* do PCB, que consistia no trabalho clandestino e antecipado de movimento de massa, o que justificaria um destaque maior no movimento em relação aos outros agrupamentos, como podemos perceber na fala de Gilney Amorim Viana, ao discorrer sobre alguns grupos de esquerda que participaram da greve de abril de 1968 e da greve menos expressiva ocorrida em outubro do mesmo ano:

Nas duas (greves), em termos de grupos de esquerda, eu acredito que a principal importância era da Corrente neste processo. Mas tinha outros grupos,

⁴⁹ OLIVEIRA. Entrevista concedida ao autor e à Isabel Cristina Leite. Belo Horizonte, 23 set. 2009.

⁵⁰ Vale destacar a participação do COLINA no início da greve, através da disseminação do panfleto *O Piquete*, distribuído sistematicamente no meio sindical, sobretudo na Belgo Mineira, empresa onde teve início o movimento grevista.

particularmente a AP, o que restou do Partidão, e a POLOP, que já estava dividida. Já tinha a COLINA que era mais estudantil e tinha pouca influência no meio operário⁵¹.

Porém, seríamos negligentes ao afirmar que foram exclusivamente os grupos de esquerda que fizeram o movimento grevista de 1968. Com tal afirmação estaríamos menosprezando a força de luta da classe trabalhadora que, por sinal, neste momento, vinha sendo fortemente maltratada pelo regime civil-militar. O que destacamos é a capacidade de articulação dos agrupamentos de esquerda perante a massa operária, como ressalta Gilney Amorim Viana:

(...) veja bem, a coisa é mais complicada, a gente às vezes pensa que a esquerda fez a greve, não foi assim não. Ai cê menospreza a capacidade da classe trabalhadora, do povo mesmo né. Você tem que olhar o seguinte, o que nos tínhamos era uma capacidade de liderança e de agitação, mas se ocê não tivesse uma adesão da massa não fazia uma greve daquela não cara, com cerco militar? Você acha que três, quatro cara faz? Não faz. Cê tinha que ter o trabalho de dentro da fábrica, de convencer as lideranças. É, lá era assim, cê tinha liderança por setor e tudo, cê entendeu, e tinha um comando, que você depois fechar a fábrica, agora tá ocupada a fábrica, cê tinha que ter liderança meu filho. Lá dentro, não adianta você ficar soltando panfletinho aqui fora que isso é bobajada. E isso a Polop fazia muito tempo, soltando panfletinho, mas não tinha liderança lá dentro não fazia greve, entende. Agora, a diferença, o pulo do gato é você fazer o panfletinho ligado com o movimento lá de dentro. É de você dirigir um sindicato respeitando o movimento de base, e isso a CORRENTE fez, isso a CORRENTE fez⁵².

Com o intuito de dar fim ao movimento grevista, o Coronel-Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, se deslocou para Belo Horizonte no dia 20 de abril, para negociar com os trabalhadores em pleno Sindicato dos Metalúrgicos. No entanto, não obteve sucesso. Em seguida, em cadeia nacional de rádio, TV e jornal impresso, Jarbas Passarinho decretou a ilegalidade do movimento e declarou guerra aos grevistas:

(...) se as condições se agravarem, passando para a provocação e o desafio, vai haver luta e perderá quem tiver menos força, embora não queiramos fabricar e nem nos transformarmos em cadáveres, porque há muita gente interessada em transformar operários em carga de canhão, iniciando uma contra-revolução, que saberemos enfrentar com as mesmas armas⁵³.

⁵¹ VIANA. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. Brasília, 30 jan. 2004.

⁵² VIANA. Entrevista concedida ao autor. Belo Horizonte, 29 jun. 2012.

⁵³ Jornal *Estado de São Paulo*, 21 de Abril de 1968.

Imediatamente o parque industrial foi ocupado por mais de 1.500 policiais militares, efetuando a prisão de alguns manifestantes e proibindo assembleias, aglomerações operárias e distribuição de panfletos. Com o clima pesado da repressão e a ameaça de demissão por justa causa, grande parte dos trabalhadores retornou às suas atividades a partir do dia 26 de abril. Já no dia 2 de maio a greve foi encerrada e todas as empresas da região voltaram ao seu funcionamento normal.

Contudo, o Governo Costa e Silva, através de um decreto de emergência, garantiu um abono salarial de 10% a nível nacional, o que, apesar da insatisfação de alguns trabalhadores, garantiu o fim da greve e provocou ligeira fissura na rigidez do arrocho salarial, o que não deixou de significar um “tapa” na política econômica do governo.

Em outubro do mesmo ano, outra greve foi articulada em Contagem, preparada quase que exclusivamente pelas organizações de esquerda que atuavam na região. Entretanto o movimento só resistiu um dia, sendo totalmente dissolvido pela repressão⁵⁴. Ainda vale ressaltar que neste momento, diferentemente da greve de abril, o Sindicato dos Metalúrgicos sofreu intervenção, mesmo se negando a assumir qualquer responsabilidade pelo movimento.

Por fim, vale destacar que o evento de Contagem foi a primeira grande greve após o golpe militar de 1964 e serviu de inspiração para a articulação de outros importantes movimentos da classe trabalhadora no país, como as comemorações do 1º de Maio de 1968 na Praça da Sé (SP), organizado pelo MIA, e, principalmente, a greve dos metalúrgicos em Osasco, ocorrida em julho do mesmo ano.

Não obstante o discurso sobre espontaneidade de Weffort e o depoimento de Conceição Imaculada, que destaca o aspecto clandestino da ação, a presença da CORRENTE na Greve de Contagem não passou despercebida pela repressão. Segundo Marcelo Ridenti (1993), a organização mineira contou com 12 “trabalhadores manuais urbanos” indiciados, certamente, por sua atuação na Greve de Contagem.

Portanto, concluímos que Corrente Revolucionária de Minas Gerais, enquanto foi possível, permaneceu ativamente no movimento operário, manifestando claramente a estrutura de movimento de massa herdada do seu partido matriz. Contudo, com o aumento das atividades armadas, os setores ligados aos movimentos sociais se enfraqueceram, pois tiveram

⁵⁴ VIANA. Entrevista concedida ao autor. Belo Horizonte, 29 jun. 2012.

chegar à Faculdade de Direito, não demorei muito a reconhecê-la, pois a mesa era composta por quatro homens⁵⁵ e apenas uma mulher. Ao terminar as palestras e realizados alguns cumprimentos corriqueiros, caminhei em direção a Conceição, que por sua vez, caminhava para a porta de saída da Faculdade. Imediatamente me apresentei e entreguei uma cópia da monografia, informando-a que sua história estava descrita, mesmo que sucintamente, naquelas páginas. Na ocasião estava chovendo muito forte e percebi que Conceição estava sem proteção contra a chuva. Foi quando ofereci uma carona de baixo do meu guarda chuva até o seu ponto de ônibus, que, se não me falha a memória, se situava nas intermediações da Rua dos Guaranis. Da Avenida João Pinheiro, até o referido ponto, gastamos aproximadamente 20 minutos. Apenas 20 minutos, porém, suficientes para perceber a emoção e lucidez com que se lembrava de sua trajetória e da história da CORRENTE. Chegando ao destino, Conceição Imaculada me passou o seu contato, para posteriormente marcarmos uma conversa mais demorada, uma entrevista. No dia 23 de julho de 2009 estava em sua casa. Naquele momento, sua memória se transformava em fontes importantes para podermos construir, ou reconstruir a sua história, e, conseqüentemente, a história da Corrente Revolucionária de Minas Gerais. Eis aí o perfil de uma operária guerrilheira.

Filha de pai ferroviário (José Pinto de Oliveira) e mãe dona de casa (Carmelina Paula de Oliveira), Conceição Imaculada de Oliveira nasceu no dia 12 de junho de 1946, na cidade de Marinhos/MG. Aos 12 anos de idade mudou-se com a família para a cidade de Brumadinho/MG, com o objetivo de cursar o primário e, posteriormente, o ginásio. O primeiro objetivo foi cumprido. Já o ginásio ficou incompleto, pois sua mãe foi obrigada a retirar todos os filhos da escola por falta de dinheiro.

Com o advento da “Cidade Industrial” e a oportunidade de trabalhar em alguma fábrica recém-inaugurada, ou matricular em algum curso técnico do SENAI, Conceição se mudou com parte da família (apenas a mãe e alguns irmãos) para Contagem, por vontade de sua mãe. Um de seus irmãos foi estudar em uma Escola Técnica e outro foi matriculado no SENAI. Conceição Imaculada de Oliveira, através de uma carta de recomendação de um deputado do PTB, conseguiu emprego na fábrica Metalúrgica Santo Antônio, que produzia peças para trator e materiais em alumínio (vasilhames, talheres, botijas, potes, etc.). Findava o ano de 1961 e iniciava 1962.

⁵⁵ O mediador do debate Bernardo Mata Machado, o ex-ministro dos Direitos Humanos Nilmário Miranda, o cineasta Helvécio Ratton, o diretor de teatro Pedro Paulo Cava e o músico Fernando Brant.

Dessa forma, em 1962, Conceição Imaculada começava suas atividades na Metalúrgica Santo Antônio. Não demoraria muito para se iniciar na militância política, pois rapidamente foi convidada por Antônio Benigno, membro do PCB e Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos na época, a participar de uma reunião do sindicato. “Simpatizada” com a fala dos militantes, e consciente da situação trabalhista, não demorou a tomar partido. Começou a atuar politicamente dentro da fábrica, na distribuição de panfletos informativos e na conscientização dos trabalhadores, inclusive de fábricas vizinhas. Em seguida se associou ao Sindicato dos Metalúrgicos e filiou-se ao PCB no ano de 1963. Após o Golpe de 1964, Conceição presenciou de perto as discussões que levaram ao racha do PCB, se posicionando contra o Comitê Central. Em 1967 a operária acompanhou a dissidência mineira do PCB que formou a Corrente Revolucionária de Minas Gerais.

Como militante da CORRENTE e Secretária do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, Conceição Imaculada de Oliveira participou ativamente da Greve de Contagem em 1968, como já foi ressaltado. Com o seu destaque na greve foi obrigada a viver na clandestinidade, passando a militar predominantemente na Corrente Revolucionária de Minas Gerais, com o codinome Helena.

Conceição Imaculada de Oliveira aparece como indiciada no Inquérito Policial Militar Nº 93/96, produzido pelo DOPS/MG em 1969 para averiguar a estrutura, composição e modo de ação da Corrente Revolucionária de Minas Gerais no estado. Seu nome também integra o Processo Nº 15/70 da Auditoria da 4º Circunscrição Judiciária Militar⁵⁶. Sob o ponto de vista da repressão:

⁵⁶ O nome de Conceição consta em uma lista de 70 denunciados da Auditoria da 4º Circunscrição Judiciária Militar (Proc. Nº 15/70). Entre os denunciados, constatamos que a maioria pertenceu à Corrente Revolucionária de Minas Gerais, mas é possível encontrar inclusive o nome de Joaquim Câmara Ferreira, que segundo o documento, "foi quem, por ordem de Marighella, forneceu dinheiro, armas e munições e instruções aos elementos da CORRENTE, proporcionando o início das ações de expropriação e a onda de terror em Minas". Eis aqui o nome dos 70 indiciados no Processo: Abner de Souza Pereira, Afonso Carlos Vitor, Ana Lúcia Batista, Antônio Carlos Bicalho Lana, Antônio Carlos Madeira, Antônio José de Oliveira, Antônio Magalhães, Antônio Maria Claret Tôres, Antônio Rezende Guedes, Ápio Costa Rosa, Armando Teixeira Frutuoso, Braz Teixeira da Cruz, Celso Aquino Ribeiro, Conceição Imaculada de Oliveira, Degule de Freitas Castro, Demétrio da Rocha Ribeiro, Efigênia Maria de Oliveira, Elias Siqueira, Elza Pereira, Eustáquio Pinto de Oliveira, Farid Helou, Fernando de Freitas Picardi, Francisco Antônio de Souza Jorge, Geraldo Clemente Soares, Geraldo Moreira da Silva, Gilberto Fernandes Gomes de Faria, Gilney Amorim Viana, Hécio Pereira Fortes, Henrique Roberti Sobrinho, Jadir de Oliveira Isidoro, João Domingos Fassarella, Joaquim Antônio da Fonsêca, Joaquim Câmara Ferreira, José Adão Pinto, José Alfredo, José Antônio Pinto Pinheiro, José da Silva Tavares, José Júlio de Araújo, José Martins da Silva, José Natalino Magalhães, Judas Tadeu Tibúrcio, Juversino Cândido da Silva, Leila Dias de Araújo, Lincoln Ramos Viana, Lívio Lopes, Lúcio Dias Nogueira, Luiz Oswaldo Carneiro Rodrigues, Marcelo Ribeiro Vaz, Márcio Araújo de Lacerda, Margot de Alvarenga Araújo, Maria Imaculada Diniz, Maria Mendes Barbosa, Marília Angélica do Amaral, Matias Gomes Barbosa, Monir Tahan Sab, Olavo Gualberto Fróes, Omar Batista Pereira, Oswaldo Severino da Silva, Otávio Reis da Silva Ramos, Otto José Walter Schneider, Paulo Geraldo Ferreira, Pedro Paulo de Andrade Cruzeiro, Rachid Rachid de Araújo Filho,

Conceição Imaculada de Oliveira, codinome “Helena”, [estava] estruturada no Comitê Operário e no Setor de Expropriação, responsável pelo aparelho na Rua Jarí, 53, na capital; tomou parte em treinamentos de guerrilhas, entre eles na região do Pico do Itacolomi; aliciadora no meio operário; estava armada, quando presa; executava piquetes nas greves programadas pela organização (...) ⁵⁷.

Vale ressaltar que, além de Conceição Imaculada de Oliveira, mais três irmãos também foram operários e militantes da CORRENTE: Antônio José de Oliveira (Tonho/Lopes), Efigênia Maria de Oliveira (Santa) e Eustáquio Pinto de Oliveira (Taqué). Todos indiciados pelo DOPS/MG e presentes no Processo N° 15/70 da Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar. Eis os motivos:

Antônio José de Oliveira, codinomes “Tonho” e “Lopes”, estruturado no comitê operário, viajava para a organização, a fim de fazer levantamento de áreas próprias para guerrilhas e atividades da organização; tomou parte em expropriação de bancos; militante do PCB desde 1964 até 1967, como diz, quando integrou-se na CORRENTE; expropriou firmas na capital; participou de treinamento de guerrilhas (...) ⁵⁸.

Efigênia Maria de Oliveira, codinome “Santa”, uma das mais antigas militantes da organização, dirigia o Setor Operário; com os denunciados Gilney, Gilberto, Monir e Francisco ⁵⁹, foram à Guanabara receber e receberam instruções, armas, munições e dinheiro, para o início das expropriações e da luta armada para a derrubada do Governo e do Regime; transportou armas e munições, pelo Estado e na Capital; planejadora das ações de expropriação e aliciadora de elementos; antiga militante do PCB (...) ⁶⁰.

Eustáquio Pinto de Oliveira, codinome “Taqué”; estruturado no Comitê Operário; tomou parte em pelo menos cinco treinamentos de guerrilhas; furtou placas de automóveis, para serem usadas nos carros expropriados e utilizados nos assaltos a bancos (...) ⁶¹.

Ricardo Apgaua, Roubardário Diniz Valério, Salatiel Teixeira Rolim, Sérgio Bittencourt Siqueira, Sônia Maria Ferreira Lima, Yonne de Souza Grossi, Wilsom Romeu. O Processo N° 15/70 integra o processo indenizatório às vítimas da ditadura de Abner de Souza Pereira, em organização – para disponibilização – pelo Arquivo Público Mineiro.

⁵⁷ Processo indenizatório às vítimas da ditadura de Abner de Souza Pereira, sob a guarda e organização do Arquivo Público Mineiro para ser disponibilizado à consulta.

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ Tratam-se dos militantes Gilney Amorim Vianna, Gilberto Fernando Gomes de Faria, Monir Tahan Sab e Francisco Antônio de Souza Jorge.

⁶⁰ Processo indenizatório às vítimas da ditadura de Abner de Souza Pereira, sob a guarda e organização do Arquivo Público Mineiro para ser disponibilizado à consulta.

⁶¹ *Ibidem*.

Na entrevista cedida ao autor e a Isabel Cristina Leite, Conceição Imaculada relata o sofrimento de sua família em decorrência da militância, prisões e torturas sofridas por seus irmãos:

A minha infância⁶² ficou muito marcada, porque foi assim, ele (Antônio José de Oliveira) foi preso, depois fui eu, ai dois (provavelmente Efigênia Maria de Oliveira e Eustáquio Pinto de Oliveira) foram pro Rio de Janeiro, então cada vez que havia uma prisão, eles invadiam a minha casa, eles (irmãos mais novos) eram crianças ainda, tavam com sete, dez anos. E aí, os policiais invadiam, levavam minha mãe, levavam meu pai, passavam por interrogatórios, passavam dois, três dias lá, e eles ficavam sozinhos. Aí minhas tias ficaram com medo, aí isolava tudo e ficavam dentro de casa sem pai, sem mãe, sem saber pra onde que levou. A polícia entornava nossas comidas, nossas coisas tudo pelo chão. Porque naquelas épocas tinha aquelas coisas de comprar pra trinta dias né? E jogava tudo pelo chão. Foi muito duro pra mim. Aí foi nisso a minha mãe ficou doente, faleceu né? E eles ficaram sozinhos, muito isolados, naquele primeiro momento⁶³.

Conceição foi presa por mais de uma vez entre os anos de 1968 e 1969, ficando detida nas seguintes instituições prisionais: DOPS/MG, Unidade da Polícia Militar no bairro Calafate/Belo Horizonte, Penitenciária de Neves, 12º Regimento de Infantaria/Belo Horizonte, Penitenciária de Mulheres/Belo Horizonte, Penitenciária de Linhares/Juiz de Fora e Polícia do Exército/RJ⁶⁴. Na entrevista citada, a militante descreve com detalhes as prisões e torturas sofridas por seus irmãos. Entretanto, o mesmo não ocorre quando a militante é questionada sobre as suas prisões e prováveis torturas⁶⁵. Nesse caso, o “não dito” tomou sentido. O silêncio refletiu um incômodo da entrevistada em lembrar esse difícil momento de sua vida. Segundo Orlandi “o silêncio não é interpretável, mas compreensível” e “fala por si mesmo, é explicativo” (ORLANDI, 1995, p.51).

No ano de 1971, Conceição Imaculada de Oliveira teve seu nome na lista dos 70 presos políticos que foram trocados pelo embaixador da Suíça no Brasil. No dia 7 de dezembro de 1970, por volta das 09:00h da manhã, o embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, foi sequestrado pela organização Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), no bairro Laranjeiras, na cidade do Rio de Janeiro. A libertação do embaixador foi condicionada

⁶² Provavelmente Conceição está se referindo a sua juventude, já que naquele momento se encontrava com 22 anos de idade.

⁶³ OLIVEIRA. Entrevista concedida ao autor e a Isabel Cristina Leite. Belo Horizonte, 23 set. 2009.

⁶⁴ Conseguimos identificar tais instituições prisionais no processo de indenização solicitada por Conceição Imaculada de Oliveira em decorrência de suas prisões no período do regime civil-militar. Os processos indenizatórios às vítimas da ditadura no estado de Minas Gerais – que já foram deferidos – estão sob a guarda e organização do Arquivo Público Mineiro, para serem disponibilizados a consulta.

⁶⁵ No processo de indenização de Conceição Imaculada de Oliveira são mencionados os tipos de tortura, contudo, optamos por não citá-las, em respeito à intimidade da militante.

à liberação de 70 presos políticos. A negociação perdurou mais de um mês. Os presos deportados seguiram para o Chile na madrugada de 14 de janeiro de 1971.



FIGURA 4 – Fotografia do embarque ao Chile dos presos políticos que foram trocados pelo embaixador Suíço. Conceição Imaculada de Oliveira é a primeira agachada da esquerda para direita. Fonte: <<http://www.documentosrevelados.com.br>>.

No Chile, Conceição Imaculada trabalhou aproximadamente dez meses numa mina de cobre. Em seguida, foi para a Cuba. Lá estudou na Escola de Medicina (cursou até o 3º ano) e começou a atuar no movimento sindical internacional. Em 1979, quando muitos companheiros estavam voltando do exílio, Conceição Imaculada foi para o México. Permaneceu na Federação Sindical Internacional até 1987, ano em que voltou para o Brasil para cuidar do irmão que se encontrava enfermo. Atualmente, Conceição Imaculada de Oliveira é aposentada, mas, vez ou outra, participa de encontros e reuniões ligados aos movimentos populares, sobretudo ao movimento operário.

2.1.2. A CORRENTE estudantil

Ao longo da história do Brasil e do mundo os estudantes tiveram papel político relevante. Não seria possível pensar nenhum tipo de resistência e oposição política sem eles, seja pacífica ou mais agressiva. Em cenários de autoritarismo, os estudantes desempenham sempre um papel capital: lutam, denunciam, realizam passeatas, produzem panfletos, questionam diretores e reitores, enfrentam policiais e até mesmo pegam em armas.

No Brasil, durante a ditadura, não foi diferente. Após o golpe militar de 1964, o movimento estudantil se transformou em um importante foco de mobilização social ao governo, se reafirmando como atrativo de agremiações partidárias e de grupos clandestinos de esquerda, a exemplo da Corrente Revolucionária de Minas Gerais.

Assim como no movimento operário, a CORRENTE herdou da estrutura partidária do PCB uma base fortificada no movimento estudantil. O setor era composto por estudantes secundaristas (ensino fundamental, ensino médio, ensino técnico e ensino profissionalizante) e estudantes universitários. Para a organização, de acordo com o seu documento base, *Orientação básica para atuação: 20 pontos* “o movimento universitário cumpre importante papel, ao desencadear lutas políticas contra ditadura de classe dominante”. Ao todo foram identificados 35 militantes da CORRENTE que atuaram também no setor estudantil da organização.

A maioria dos estudantes que integrou o setor estudantil da Corrente Revolucionária de Minas Gerais era oriunda de instituições de ensino de Ouro Preto e Belo Horizonte. Em Ouro Preto os estudantes pertenciam, em sua maioria, à Escola de Engenharia de Minas⁶⁶ e à Escola Técnica. Da Escola de Minas de Ouro Preto listamos como militantes da CORRENTE: Abelardo Magalhães, Athauaupa Valença Padilha, Cesar Epitácio Maia⁶⁷, Lincoln Ramos Viana e Pedro Carlos Garcia Costa. No Movimento Estudantil Secundarista temos Antonio Carlos Bicalho Lana, Antônio de Pádua Rodrigues, Antônio Mendes Barros, Délio de Oliveira Fantini, Hélcio Pereira Fortes, Marco Antônio Victoria Barros, Marília Angélica do Amaral, Ricardo Apgaua e Rouberdário Diniz Valério. Destacamos ainda a militante Yone Lima, da Escola de Farmácia.⁶⁸

Na época da ditadura, bem como em outros períodos da História, a cidade de Ouro Preto se consolidou como um efervescente pólo estudantil, repleto de manifestações e discussões culturais e políticas. Concentravam-se ali estudantes de todos os cantos do país,

⁶⁶ A Escola de Engenharia de Minas de Ouro Preto foi criada em 1876, através do desejo de Dom Pedro II, que nomeou o engenheiro francês Henri Gorceix para sua implantação e direção. Está, portanto, entre as mais antigas escolas de engenharia do Brasil, como também as Politécnicas do Rio de Janeiro (1874), de São Paulo (1894) e a Escola de Engenharia de Pernambuco (1895). Para mais informações sobre a Escola de Minas de Ouro Preto, ver o livro: CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

⁶⁷ Após o fim do regime civil-militar Cesar Epitácio Maia se tornou o prefeito da cidade do Rio de Janeiro que permaneceu mais tempo no cargo, ocupando três mandatos: 1993-1996 (PMDB), 2001-2004 (PTB) e 2005-2008 (PFL). Em 2012 venceu as eleições para Câmara de Vereadores da mesma cidade pelo partido DEM.

⁶⁸ Entrevista de Ricardo Apgaua a Otávio Luiz Machado. Ouro Preto: Laboratório de Pesquisa Histórica da UFOP/ Projeto: A Corrente Revolucionária de Minas Gerais, 2004. Disponível em: <<http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com/2007/07/depoimento-de-ricardo-apgaua.html>>. Acesso em: 14 jun.2011.

com antagônicos posicionamentos políticos. As discussões e reivindicações tendiam, quase sempre, para problemas internos das universidades (falta de moradia estudantil, reprovação em massa pelos professores tradicionais⁶⁹, alimentação de alto custo, etc) e para as questões referentes à conjuntura política da época, em apoio ou contestação ao regime vigente. Os locais onde aconteciam as discussões, sobretudo dos estudantes de esquerda, eram principalmente o Centro Acadêmico da Escola de Minas (CAEM), o Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto, o Restaurante da Escola de Minas de Ouro Preto (REMOP), o Centro Acadêmico da Escola de Farmácia, o Grêmio Literário Tristão de Ataíde (GLTA)⁷⁰ e o interior das repúblicas, em destaque aquelas que formavam a URSO (União das Repúblicas Socialistas Ouro-Pretanas), a saber: Pureza, Canaan e Castelo dos Nobres⁷¹.

Muitos estudantes que participaram ativamente das entidades estudantis de Ouro Preto integraram a Corrente Revolucionária de Minas Gerais. No Diretório Acadêmico da Escola de Minas, gestão de 1967 e 1968, temos Lincoln Ramos Viana (presidente), Athaulpa Valência Padilha (vice-presidente) e Cesar Epitácio Maia (tesoureiro). No Centro Acadêmico da Escola de Minas citamos Pedro Carlos Garcia Costa. Na União Colegial Ouro-Pretana (UCO), identificamos Marco Antônio Victoria Barros, como presidente na gestão de 1967.

Já em Belo Horizonte os estudantes pertenciam, em grande parte, aos cursos universitários da Universidade Federal de Minas Gerais, tais como Medicina, Filosofia, Direito, Letras, Ciências Sociais, Ciências Econômicas e Odontologia. Do Curso de Medicina⁷² podemos citar os seguintes alunos: Gilney Amorim Viana, Luiz Oswaldo Carneiro

⁶⁹ Com a intenção de manter o alto nível de ensino da Escola de Minas e o status de uma instituição rigorosa, os professores mais antigos não hesitavam em reprovar, às vezes, a turma inteira.

⁷⁰ Fundado em 18 de outubro de 1938 pelo Padre Mendes (Padre José Pedro Mendes Barros), sacerdote ligado à Ação Católica e identificado com a linha progressista que parte da Igreja Católica havia assumido nesse momento, o Grêmio Literário Tristão de Ataíde era um centro de socialização cultural, que, no período da ditadura civil-militar serviu como espaço de discussão política, principalmente dos estudantes que questionavam o regime.

⁷¹ Sobre as repúblicas estudantis de Ouro Preto ver as entrevistas oriundas do projeto *Reconstrução Histórica das Repúblicas Estudantis da UFOP* realizadas por Otávio Luiz Machado. Disponível em: <<http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br>> Acesso em: 14 jun. 2011.

⁷² No dia 3 de maio de 1968, os alunos de Medicina da UFMG ocuparam o prédio da faculdade e mantiveram seu diretor preso, além de mais 20 professores e funcionários. Os estudantes reivindicavam a libertação dos colegas detidos e o arquivamento dos IPM's que envolviam o movimento estudantil. Tais reivindicações não foram aceitas pelo diretor Oscar Versiani Veloso, o que propiciou a invasão do prédio pelos alunos. Com o consentimento do Reitor da Universidade, o jurista Gerson de Britto Mello Bóson, e sob ordem do Cel. Luiz Nunes Filho, chefe do Serviço de Polícia Ostensiva, a polícia invadiu o prédio e desarticulou o movimento de forma agressiva na madrugada do dia 04 de maio. Os alunos foram levados para o DOPS/MG. Dos 144 estudantes presos apenas dois continuaram detidos para prestar depoimento junto ao IPM que foi instaurado para apurar atividades subversivas no meio estudantil. O mandato de prisão expedido era em nome de João Batista dos Mares Guia e Robson Vieira Porto (Presidente do DA "Alfredo Balena"). Apesar de terem sido soltos no dia seguinte ao da prisão, os demais 142 estudantes foram intimados a prestar declarações no CPOR e foram ouvidos pelos militares encarregados do IPM instaurado. Dentre os estudantes detidos, dois pertenciam à Corrente

Rodrigues, Marcelo Ribeiro Vaz e Mário Roberto Galhardo Zanconato, líder da CORRENTE no setor universitário. Do Curso de Filosofia listamos: José da Silva Tavares e Leila Dias de Araújo. Do Curso de Direito: Sérgio Bittencourt Siqueira. Do curso de Letras: Maria Mendes Barbosa e Sônia Maria Ferreira Lima. Do Curso de Ciências Sociais listamos: Ápio Costa Rosa, João Domingos Fassarela e Otávio Reis da Silva Ramos. Da Faculdade de Economia identificamos: Márcio Araújo de Lacerda⁷³ e Yonne de Souza Grossi; e do Curso de Odontologia, Elza Pereira.

Além dos militantes vindos de instituições de ensino de Ouro Preto e Belo Horizonte, compunham o comitê estudantil da CORRENTE os seguintes nomes: Antônio Rezende Guedes e Rogério Campos Teixeira (Curso de Astronomia da UFRJ), Elias Siqueira (atuação em Governador Valadares), Monir Tahan Sab (Curso de Direito da Faculdade de Itaúna), Olavo Gualberto Fróes (atuação em Governador Valadares), Otto José Walter Schneider (atuação em Governador Valadares). Em Governador Valadares, os militantes do setor estudantil da Corrente Revolucionária de Minas Gerais reivindicavam, entre outros, a criação de uma universidade de medicina e odontologia, designada pela sigla MIMO (Minas Instituto de Medicina e Odontologia). Com esta listagem conseguimos perceber que o setor estudantil da CORRENTE não estava limitado a capital do estado e cidades arredores.

O núcleo estudantil tinha como principais atividades a discussão e orientação política entre os estudantes; pichações com expressões de protesto contra a ditadura; manifestações em datas cívicas, como o dia 21 de Abril⁷⁴; panfletagem em torno das universidades e nas portas das fábricas, com o destaque para fábrica de alumínio ALCAN, em Saramenha, distrito de Ouro Preto; além da edição e distribuição de panfletos que criticavam a política trabalhista do regime civil-militar, os estudantes procuravam contribuir na organização sindical dos trabalhadores⁷⁵.

Revolucionária de Minas Gerais: Maria Mendes Barbosa, do 3º ano do curso de Letras da UFMG, e Marcelo Ribeiro Vaz, aluno do 2º ano do curso de Medicina. Leite (2009) revela que alguns estudantes envolvidos foram identificados como militantes do COLINA: Mauricio Paiva, João Batista do Mares Guia, Erwin Resende Duarte, Herbert Eustáquio de Carvalho, Pedro Paulo Bretas e Athos Magno. Ver relação dos alunos detidos em: APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 017, Pasta 0251.

⁷³ Trata-se do prefeito do Belo Horizonte eleito em 2008 (PSB/PT) e reeleito em 2012 (PSB). Vale ressaltar que, a eleição de 2008 ocasionou a inédita e polêmica aliança municipal entre o PT e o PSDB, que através do então governador de Minas Gerais Aécio Neves, apoiou a candidatura de Márcio Lacerda. Na eleição seguinte a aliança PT e PSB não foi restabelecida, o que provocou também o rompimento da aliança municipal entre as legendas PSB, PSDB e PT.

⁷⁴ O dia 21 de abril simboliza as comemorações em torno de Tiradentes e da luta pela liberdade. Em Ouro Preto, durante a ditadura civil-militar, nessa data ocorriam simbólicas anti-comemorações e manifestações contra o regime.

⁷⁵ MAIA. Depoimento concedido à Otávio Luiz Machado. Rio de Janeiro, 28 jan. 2003.

Em entrevista, Cesar Maia narra uma ação de panfletagem realizada em Ouro Preto na véspera do dia 21 de Abril, provavelmente do ano de 1967:

Vale destacar a ocasião em que fiz uma pichação com mais duas pessoas⁷⁶. Era a véspera do dia 21 de abril. Acredito que isso foi em 1967, se não me engano, ou em 1966, pois eu já estava traquejado. Após uma panfletagem, na hora em que os trabalhadores rumavam para o trabalho, por volta das 5 horas da madrugada, fizemos pichação enquanto voltávamos para Mariana, com objetivo de pegar o ônibus. O resultado foi que no relatório do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) ficou registrado que foram deslocados militantes de Minas Gerais e de outros lugares do Brasil para pichar a cidade na presença do Presidente, do Governador de Minas e de outras autoridades no dia 21 de abril. Mas foram apenas três pessoas. Pichamos a cidade e todo o caminho até Passagem de Mariana. Pichar e panfletar era basicamente a nossa ação⁷⁷.

Em outra ocasião, Cesar Maia não obteve o mesmo sucesso da panfletagem do simbólico dia 21 de abril. Em 23 de julho de 1968, foi preso distribuindo panfletos referentes ao 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), que seria realizado em 12 de Outubro de 1968, na cidade de Ibiúna (SP). A segunda prisão de Cesar Maia também foi ligada ao 30º Congresso da UNE. No dia 05 de outubro de 1968, policiais militares e agentes do DOPS invadiram a Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais e prenderam os estudantes que se preparavam para o Congresso, dentre eles, Cesar Maia. O militante da CORRENTE foi solto poucos dias antes do encontro em Ibiúna, ao qual compareceu representando a organização mineira. Além de Cesar Maia, a estudante de odontologia, Elza Pereira, também participou do encontro como integrante da Corrente Revolucionária de Minas. Na ocasião, os mais de 800 estudantes participantes do evento foram presos.

⁷⁶ De acordo com o próprio entrevistado, trata-se dos militantes Lincoln Ramos Viana e Pedro Carlos Garcia Costa.

⁷⁷ MAIA. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. Rio de Janeiro, 28 jan. 2003.



FIGURA 5 – Estudantes presos em Ibiúna. Fonte: Araújo, 2007, p.184.



FIGURA 6 – Prisão dos estudantes presos no Congresso de Ibiúna. Fonte: Catálogo da exposição fotográfica **Direito à Memória e à Verdade: a ditadura no Brasil 1964-1985**, promovida pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Com o intuito de eliminar as manifestações estudantis que atingiam os principais centros do país, o governo instaurou medidas enérgicas em repressão aos estudantes contestadores e às suas entidades representativas de âmbito estadual e nacional (DCE, UEE, UNE, UBES, etc.). Uma dessas medidas foi a criação do Decreto – Lei nº. 477. Em 26 de

fevereiro de 1969, o presidente Arthur da Costa e Silva baixou o Decreto-Lei que ampliou a repressão sobre as instituições de ensino brasileiro. Tal decreto “define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências”⁷⁸. Vejamos alguns comentários que Cunha (1985) nos apresenta sobre este Decreto:

Essa norma repressiva dizia que cometeria “infração disciplinar” o professor, o aluno ou o funcionário de estabelecimento de ensino público ou privado que se enquadrasse em diversos casos, entre os quais os seguintes: aliciar ou incitar à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participar nesse movimento; praticar atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados ou deles participar; conduzir ou realizar, confeccionar, imprimir, ter em depósito, distribuir material subversivo de qualquer natureza. (...) Se o infrator fosse professor ou funcionário, seria demitido (ou dispensado) e proibido de ser nomeado (ou admitido ou contratado) por qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de cinco anos. Se fosse estudante, seria desligado do curso e proibido de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino por três anos. A apuração das acusações de infração deveria ser feita por processo sumário, tudo correndo muito rápido, tendo o acusado apenas 48 horas para apresentar sua defesa. O processo seria conduzido por funcionário do estabelecimento de ensino, por iniciativa do dirigente do estabelecimento da Divisão de Segurança e Informação do MEC ou “de qualquer outra autoridade ou pessoa”. O mais incrível é que, embora o dirigente do estabelecimento fosse reconhecido agente da repressão, era, ao mesmo tempo, visado por ela. A simples remessa de auto de prisão em flagrante ou a mera comunicação do recebimento da denúncia criminal, feita por “autoridade competente”, obrigava o diretor de colégio ou faculdade e o reitor de universidade a instaurar o processo sumário. Se não fizesse isso, e não proferisse decisão em 48 horas depois de recebido o processo, o dirigente ficaria sujeito às penalidades do próprio decreto-lei, perdendo o cargo, sendo expulso do estabelecimento e proibido de lecionar, como um professor “subversivo” comum. Houve universidades que incluíram a maior parte dos dispositivos desse decreto-lei em seus estatutos, não podendo, é claro, impedir que outras contratassem os professores ou matriculassem os estudantes expulsos (CUNHA, 1985, p.39).

A partir destas definições, inúmeros professores sofreram aposentadoria compulsória e outros tantos professores e estudantes foram expulsos das instituições onde lecionavam ou estudavam.

Na imagem abaixo podemos verificar os estudantes da CORRENTE que foram autuados pelo Decreto - LEI N° 477: Ápio Costa Rosa, Elza Pereira, Gilney Amorim Viana, Lincoln Ramos Viana, Luiz Oswaldo Carneiro Rodrigues, Marcelo Ribeiro Vaz, Márcio Araújo de Lacerda, Pedro Carlos Garcia Costa, Sérgio Bittencourt Siqueira e Mário Roberto Galhardo Zanconato.

⁷⁸ Disponível em <http://www.acervodaditadura.rs.gov.br/legislação_14.htm>. Acesso em: 13 fev.2013.

ALUNOS PUNIDOS COM O 477*				
ANO	NOME	CURSO	MOTIVO DA PUNIÇÃO	O QUE FAZ HOJE
1969	Angelo Pezzuti	Medicina	subversão	morreu no exílio
1969	Antônio Rogério	-	-	-
1969	Apio Costa Rosa	Ciências Sociais	subversão	professor e bancário
1969	Athos Magno Costa e Silva	Medicina	subversão	médico em Goiânia
1969	Carlos Tadeu Biondi	-	-	-
1969	Décio Geraldo de Oliveira Sales	-	-	-
1969	Eduardo Demétrio Ferreira	Escola Técnica de M.G.	-	-
1969	Elza Pereira	Odontologia	-	-
1969	Erwin Resende Duarte	Medicina	subversão	engenheiro em BH
1972	Geraldo Cruz Pires	Escola Téc. Federal de M.G.	-	-
1969	Gildo Macedo Lacerda	Economia	subversão	foi morto pelos militares
1969	Gilney Amorim Viana	Medicina	subversão	deputado federal pelo PT em Mato Grosso do Sul
1969	Herbert Eustáquio de Carvalho	Medicina	subversão	tornou-se escritor; morreu em decorrência de Aids
1969	Jorge Raimundo Nahas	Medicina	subversão	concluiu curso em Cuba, é diretor de hospital em Betim
1969	Lincoln Ramos Viana	Esc. de Minas, Ouro Preto	-	-
1969	Luz Oswaldo Carneiro Rodrigues	Medicina	subversão	-
1969	Marcelo Ribeiro Vaz (chuchuzinho)	Medicina	subversão	psiquiatra em BH
1969	Márcio Araújo de Lacerda	Economia	subversão	empresário
1969	Marvin Roberto Ortega Rodrigues	Economia	invasão de restaurante	mora na Nicarágua
1969	Marcelo Boshi	Economia	invasão de restaurante	não concluiu curso, mora em São Paulo
1972	Maria Dalce Ricas	Direito	subversão	formou-se em Economia, é superintendente da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA)
1969	Maria José de Carvalho Nahas	-	subversão	formou-se em Cuba, trabalha em BH
1969	Olavo Junqueira de Andrade	Direito	ocupação de restaurante	-
1969	Otávio Reis da Silva	Ciências Sociais, UFOP	-	trabalha na UFGM
1969	Paulo Bicalho dos Santos	FACE	invasão de restaurante	-
1969	Pedro Garcia Costa	Escola de Minas, Ouro Preto	-	-
1969	Pedro Paulo Bretas	Medicina	subversão	há comentários de que mora em Caracas (Venezuela)
1969	Reinaldo José de Melo	-	subversão	trabalha na Prefeitura de Betim
1969	Robinson Ayres Pimenta	Economia	subversão	vereador pelo PT em Ipatinga
1969	Sérgio Bittencourt Siqueira	Direito	subversão	ex-colegas dizem que mora no Sul de Minas
1969	Mário R. Z. Galhardo (Chuchu)	Medicina	subversão	mora no interior de São Paulo
1969	Verbens	-	-	-

(*) Podem ter recorrido e cancelado a pena aplicada pelo MEC com base em processos na UFGM

EDITORA DE ARTE

FIGURA 7 – Relação dos alunos enquadrados no Decreto – Lei 477. Fonte: Processo indenizatório às vítimas da ditadura de Elza Pereira, sob a guarda e organização do Arquivo Público Mineiro para ser disponibilizado à consulta.

Lincoln Ramos Viana e Pedro Carlos Garcia Costa foram expulsos da Escola de Minas de Ouro Preto, com respaldo no Decreto 477, como comenta o próprio Lincoln:

Quando o movimento estudantil a nível nacional adquiriu uma força muito grande com as passeatas do Rio de Janeiro, o governo militar para tentar diminuir esta força

baixou um decreto-lei dizendo que todo aluno de uma universidade que fosse tido como “subversivo”, ou seja, que tivesse participação em atividades políticas poderiam ser enquadrados neste decreto e ser impedido de estudar em qualquer universidade durante três anos. Então, lá em Ouro Preto eu e o Pedro fomos enquadrados neste decreto. Foi simplesmente uma conversa de uma meia-hora com algumas perguntas com o secretário da Escola. Fechou-se o processo e o Ministro da Educação da época (Tarso Dutra) assinou uma portaria nos enquadrando. E fomos expulsos da Escola de Minas de Ouro Preto. Eu estava passando do 4º para o 5º ano de Geologia, faltava apenas fazer as provas finais. Nem isto foi permitido e perdi todo o 4º ano. Era 17 de Novembro de 1969 ⁷⁹.

Contudo, é preciso salientar que muitos estudantes enquadrados no Decreto - Lei N° 477 recorreram e não sofreram punições.

Em razão das medidas governamentais enérgicas, como o Decreto - Lei 477 e da força repressora do regime civil-militar, o movimento estudantil, aos poucos, foi perdendo espaço. Muitos estudantes foram presos, alguns desapareceram, outros foram obrigados a entrar na clandestinidade e aderiram à luta armada. Com a Corrente Revolucionária de Minas Gerais não foi diferente. A maioria dos estudantes que compunha as fileiras do setor estudantil da organização caiu na clandestinidade e passou a praticar uma resistência mais radical contra a ditadura civil-militar. Ademais, grande parte dos militantes ligados ao movimento estudantil foi alvo do policiamento político e indiciada em inquéritos policiais militares, como pode ser visto na imagem abaixo.

⁷⁹ VIANA. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. Juiz de Fora, 28 de julho de 2002.

557

S E C R E T O
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
I EXÉRCITO
4ª RM - 4ª DI - ID/4

Belo Horizonte, MG, de de 1969.
25

1. Assunto: IPM sobre "CORRENTE"
2. Origem: Enc. IPM
3. Classificação: - SNI/Ag III
4. Difusão: 4º RM - ID/4
5. Referência:

INFORMAÇÃO Nº IPM/ Secreto

1- Transcreve-se abaixo a relação nominal de estudantes que figuram como indiciados nos inquéritos dos quais fui encarregado:

- MARIO ROBERTO GALHARDO FANCONATO - Faculdade de Medicina UFPE
- MARCIO ARAUJO DE LACHERDA - Faculdade de Economia da UFPE.
- GILNEY ANORIM VIANA - Faculdade de Medicina da UFPE.
- JOSÉ DA SILVA SAVARES - Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte.
- DELIO DE OLIVEIRA MARTINI - Escola Técnica Federal de M. G.
- SERGIO BITENCOURT SEQUEIRA - Faculdade de Direito da UFPE.
- ROUBENIANO DINIZ VALÉRIO - Escola Técnica Federal de IB.
- MARIA MENDES BARBOZA - Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte.
- ELZA PEREIRA - Faculdade de Odontologia da UFPE.
- ÁLPIO COSTA ROSA - Faculdade de Filosofia da UFPE.
- EDIZ OSWALDO CARNEIRO RODRIGUES - Faculdade de Medicina da UFPE.
- MARCELO RIBEIRO VAZ - Faculdade de Medicina da UFPE.
- OSVALDO REIS DA SILVA RAMOS - Faculdade de Filosofia da UFPE.
- ANTONIO RENEIDE GUEDES - Faculdade de Filosofia da UFPEJ (Curso de Astronomia).
- ROGERIO CAMPOS TEIXEIRA - Faculdade de Filosofia da UFPEJ (Curso de Astronomia).
- MONTE DREHAN SAB - Faculdade de Direito de Itaboraí.
- LINCOLN RAMOS VIANA - Escola de Minas de Ouro Preto.

2- A presente informação é motivada pelo estabelecido pelo Decreto Lei nº 477 de 28 de fevereiro de 1969.

FIGURA 8 – Relação nominal dos estudantes que figuraram como indiciados nos inquéritos policiais militares referentes à CORRENTE. Fonte: APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0028, Imagem 583.

2.1.2.1. Perfil de um estudante guerrilheiro: Hécio Pereira Fortes

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENAÇÃO GERAL DE SEGURANÇA
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÕES

377

Nome: HELICIO PEREIRA FORTES

Filiação:

Naturalidade:

Data do nasc.:/...../.....

Residência:

Observações:

.....

.....

FIGURA 9 – Ficha de identificação de Hécio Pereira Fortes no DOPS/MG. Fonte: APM, Fundo DOPS/MG.

A escolha da apresentação da história de vida de Hécio Pereira Fortes ocorreu em função da carga simbólica expressa por sua biografia. Trata-se de um militante muito querido e exaltado pelos demais integrantes da organização, muitas vezes referenciado como exemplo de militância e resistência. Devido ao seu assassinato pelo regime civil-militar brasileiro, infelizmente não tive a oportunidade de entrevistá-lo. Sendo assim, deixo para seus companheiros a descrição de sua pessoa, nunca negligenciando o peso da emoção de um militante ao falar sobre um companheiro de luta política.

(...) O Hécio era isso, de um humanismo, de uma paciência, de uma dedicação, que não tem nem como transmitir, só quem viveu ⁸⁰.

Sobre o Ernesto – nome de guerra preferido do Hécio – te direi que o conheci ainda no Partidão (Partido Comunista Brasileiro, PCB) nas discussões preliminares do VI Congresso (do PCB). Foi “paixão” à primeira vista. Seu entusiasmo, caráter forte e convicções firmes, marcavam sua pessoa e seu trato. (...) Hécio destacou-se no Rio de Janeiro e São Paulo, onde morreu (em 1972). Não será esquecido jamais! ⁸¹

Hécio era uma pessoa suave, filho de farmacêutico. (...). O Hécio vinha da Escola Técnica. Ele era secundarista. Era estudioso, dedicado 24 horas por dia ⁸².

⁸⁰ OLIVEIRA. Entrevista concedida ao autor e à Isabel Cristina Leite. Belo Horizonte, 23 set. 2009.

⁸¹ ZANCONATO. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. São Paulo/Recife, 2004.

⁸² MAIA. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. Rio de Janeiro, 28 jan. 2003.

Desde que o encontrei, o pela primeira vez, passei a ter contato permanente com o ele. Quando ele vinha a Belo Horizonte, ficava na minha casa. (...). Nos meus primeiros encontros com o Hércio, fiquei impressionado. Ele tinha, depois do golpe, mantido o PCB unido em Ouro Preto, apesar de não ter qualquer contato com a estrutura do Partido. Promovera círculos de estudos e uma série de atividades de formação de militantes, de estudos políticos, de filosofia e de marxismo. Ele fez de Ouro Preto, uma verdadeira fábrica de quadros políticos. (...). O Hércio passou a ser um amigo que, a partir de então, viria a se encontrar comigo constantemente nos anos que se seguiram. Foi o companheiro com quem, naquela época, tive mais contato em Ouro Preto ⁸³.

O Hércio era um abnegado. Era militante 24 h. Ele só vivia para discutir política ⁸⁴.

Hércio Pereira Forte nasceu em 24 de janeiro de 1948 em Ouro Preto/MG, filho de José Ovídio Fortes e Alice Pereira Fortes. Passou a infância e juventude em sua terra natal. Aos 13 anos de idade terminou o ginásio no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto. Desde cedo, Hércio manifestou interesse pela vida cultural, social e política do país. Em Ouro Preto, habitualmente, se reunia com grupos de estudantes em torno do Grêmio Literário Tristão de Ataíde. Participava intensamente da vida cultural de sua cidade, onde redigiu os jornais “Voz do GLTA” e “Jornal de Ouro Preto”, criou e difundiu peças teatrais, promoveu jograis, e fundou o Cine-Clube de Ouro Preto.

Ao terminar o Ginásio ingressou na Escola Técnica Federal, onde aguçou o seu ativismo político e passou a fazer parte da União Colegial Oupretense. Estudante da Escola Técnica teve ativa participação no movimento estudantil secundarista, sobretudo no movimento estudantil técnico-industrial. Em 1966 participou dos congressos da União Nacional dos Estudantes Técnicos e Industriais (UNETI) no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte em 1967, nesse momento, já militante do PCB. Ingressou na Escola de Metalurgia, mas não chegou a concluir o curso. No ano de 1963 se filiou ao Partido Comunista Brasileiro. Depois do golpe, foi uma das figuras que manteve o PCB estruturado em Ouro Preto, atuando no movimento estudantil e no movimento operário. No movimento estudantil, além de militar na Escola Técnica, Hércio atuou também na Escola de Minas e na Escola de Farmácia da Universidade Federal. Já no movimento operário, desenvolveu um trabalho de conscientização e arregimentação junto à classe operária da fábrica de Alumínio ALCAN.

Hércio permaneceu no Partido Comunista Brasileiro até 1967, quando, junto com outros dissidentes, formou a Corrente Revolucionária de Minas Gerais. Em consonância com

⁸³ APGAUA. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. Nova Lima, 02 fev. 2003.

⁸⁴ BARROS. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. Niterói (RJ), 25 jan. 2003.

o documento de orientação da CORRENTE, atuava junto aos movimentos estudantil e operário. Neste último, destaca-se sua atuação na greve da Cidade Industrial de Contagem (1968), onde editava e veiculava o jornal "1º de Maio". Devido à exposição de sua figura e ao policiamento político, foi obrigado a entrar na clandestinidade. Já com o status de militante profissional, praticou algumas ações expropriatórias pela organização mineira.

Hélcio foi indiciado como foragido, em quatro inquéritos policiais militares, produzido pelo DOPS/MG para averiguar as ações da Corrente Revolucionária de Minas Gerais. Seu nome também integra o Processo N° 15/70 da Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: De acordo com o referido Processo:

Hélcio Pereira Fortes (Codinomes: "Roberto", "Manoel", "Ernesto" e "Alex"; foragido; (...); com os denunciados Gilney, José Júlio e Ricardo (e o não denunciado Zanonato, banido) é o fundador da OPM-CORRENTE, em Minas; autor e mantenedor do jornal clandestino "1º de Maio", da organização; tomou parte em várias expropriações; é autor da tentativa de homicídio do 1º Ten. da PMMG Nilton Thomaz Firmo, contra quem atirou (...); relacionador das autoridades civis e militares, para sequestro e "justiçamento" pela organização; coordenador das atividades de massa da organização, principalmente do meio estudantil; diretamente ligado a cúpula do PCBR; supridor de armas, munições e explosivos, à organização; antigo militante do Comitê Municipal do PCB, na Capital; (...) ⁸⁵. (Grifos do Processo).

Com a repressão ainda mais pesada, Hélcio foi obrigado a deixar o estado, rumo ao Rio de Janeiro, onde se juntou à Ação Libertadora Nacional. Após a morte de Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, Hélcio se tornou um dos comandantes da ALN, e conseqüentemente, um dos militantes mais procurados pelo regime civil-militar.

Hélcio Pereira Fortes foi preso na cidade do Rio de Janeiro, no dia 22 de janeiro de 1972, e imediatamente levado à tortura no DOI/CODI daquela cidade. Em seguida, foi transferido para o DOI-CODI/SP. Em São Paulo as torturas continuaram durante vários dias, até que, em 28 de janeiro, Hélcio morreu aos 24 anos de idade⁸⁶. A versão oficial do regime conta que Hélcio foi morto ao tentar resistir à prisão quando se encontrava na Avenida Bandeirante (SP), vindo da Rodoviária de São Paulo. Entretanto, foram localizados depoimentos policiais prestados por Hélcio que confirmam sua prisão. Além disso, alguns presos políticos do Rio de Janeiro e São Paulo denunciaram a sua prisão nos DOI-CODIs das duas cidades e comprovaram seu assassinato sob tortura.

⁸⁵ Processo indenizatório às vítimas da ditadura de Abner de Souza Pereira, sob a guarda e organização do Arquivo Público Mineiro para ser disponibilizado à consulta.

⁸⁶ Consultado em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=118>>. Acesso em: 07 mar.2013.

A obra “Dos Filhos Deste Solo” de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio relata a versão de uma testemunha que afirma ter identificado Hécio nos “porões” da tortura:

Darci Toshiko Miyaki era militante da ALN e conhecia Hécio. No dia 25 de janeiro de 1972, às 12h02, foi presa por agentes do DOI-Codi/RJ, na Rua Rainha Elizabeth. Nos intervalos da tortura, Darci era colocada em uma cela fortemente iluminada, o que fez perder a noção de quando era dia e quando era noite. Calculou, no entanto, que foi no dia 27 que recebeu suas roupas e foi encapuzada para ser removida daquele inferno. A costura do capuz estava esgarçada, o que lhe permitia enxergar o ambiente. Foi conduzida a um corredor. E viu Hécio Pereira Fortes em pé, encostado na parede.

Os dois foram transportados na mesma viatura: ele, no *chiqueirinho* (parte traseira da viatura, fechada e isolada do banco dianteiro); ela, entre o motorista e o agente do DOI-Codi, para que não visse Hécio nem conversasse com ele.

De um inferno para outro

Chegaram à Rua Tutóia, sede da Oban, o DOI-Codi de São Paulo, comandado pelo major Carlos Alberto Brilhante Ustra (general da reserva em 1998). Ela ficou em uma cela isolada no 2º andar por vários dias. Era submetida a sessões de tortura e também ouvia os gritos de Hécio sendo torturado. Um dia, ao ser conduzida para uma cela escura, de porta maciça de ferro, sem ventilação, o chamado *x-zero*, ou cela forte, ouviu o carcereiro dizer que acabara de sair dali um “presunto fresquinho”. Continuou sendo torturada, mas não mais ouviu os gritos de Hécio. Ficou com a convicção de que o corpo que havia sido retirado da solitária era o dele. (Grifos do próprio texto). (MIRANDA; TIBÚRCIO, 2008, p. 130 e 131).

Em 1975 a família de Hécio Pereira Fortes conseguiu retirar seus restos mortais da vala clandestina de Perus⁸⁷, em São Paulo, e enterrá-lo em um jazigo na Igreja São José, em Ouro Preto.

Para Marco Antônio Victória Barros a história de Hécio Pereira Fortes⁸⁸, juntamente com a de Antônio Carlos Bicalho Lana, precisa ser lembrada:

Eu vou criar um site contando alguns casos do Causim e do Hécio (...). Ouro Preto tem que referenciar estas pessoas, porque eles foram até a última dose, até a última reação daquele governo de exclusão. Eles são símbolos desta luta, são símbolos deste momento, símbolo de uma cidade que naquele momento era importantíssima no processo de esquerda. Eu acho que o Antonio Carlos Bicalho Lana e o Hécio Pereira Fortes foram os cidadãos ouro-pretanos que mais entraram a fundo neste processo de combate ao regime de exclusão, de combate à ditadura. E como se diz, se doaram a luta e são exemplos de abnegação. São exemplos de tudo. São pessoas

⁸⁷ Esta vala encontra-se no Cemitério Dom Bosco, em São Paulo, construído em 1971, sob governo de Paulo Maluf. Mais de 1049 ossadas foram encontradas entre indigentes, desaparecidos políticos e vítimas do Esquadrão da Morte. TELLES, Janaína. **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** São Paulo: Humanitas, 2002. Para mais informações: <<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/perus/perus.html>> e documentário: **Vala comum**. Direção: João Godoy. 32 min. 1994.

⁸⁸ O Projeto “Rua Viva”, idealizado pelo então vereador Betinho Duarte para homenagear os mortos e desaparecidos políticos mineiros, deu o nome de Hécio Pereira Fortes à uma rua localizada no bairro da Lagoa, em Belo Horizonte. DUARTE, Betinho. **Rua Viva**. O desenho da utopia. Belo Horizonte: Rona, 2004.

que mais se indignaram até a última instância sobre o que estava acontecendo no Brasil. A contribuição deles é valorosa. E nós precisamos resgatar isso, principalmente para a juventude ouro-pretana para entender que aquilo ali teve um passado que foi construído. Muita coisa foi mantida ali através de um processo de luta desse pessoal anterior lá. Esta memória tem que ficar para que as pessoas estudem e aprendem e não deixem que os mesmos erros ocorram⁸⁹.

2.1.3 Servidores públicos unidos em CORRENTE

Amparados por grupos de esquerdas ou por qualquer outro tipo de associação, muitos funcionários públicos se rebelaram contra as condições de trabalho e a política de arrocho salarial implementadas pelos governos militares. Com o intuito reverter a situação, os trabalhadores realizavam manifestações, distribuíam panfletos, formavam comissões de fábricas e preparavam greves nos principais centros urbanos do país.

No Estado de Minas Gerais, especialmente na prefeitura de Belo Horizonte, a CORRENTE teve papel relevante na conscientização e organização da classe dos servidores. Os servidores da prefeitura reivindicavam ajuste salarial e melhoria no plano de carreira, além de protestar contra as regalias de alguns funcionários do alto escalão. Conseguimos identificar os seguintes militantes da Corrente Revolucionária de Minas Gerais, que trabalhavam na prefeitura: Abner de Souza Pereira, Demétrio da Rocha Ribeiro, Francisco Antônio de Souza Jorge, Lívio Lopes, Maria Mendes Barbosa, Monir Tahan Sab e Paulo Geraldo Ferreira.

Para veicular suas ideias nos estabelecimentos subordinados à prefeitura, a CORRENTE editava e distribuía o jornal *Faísca*, um órgão de luta dos servidores da PBH, como sugere o próprio jornal.

⁸⁹ BARROS. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. Niterói (RJ), 25 jan. 2003.

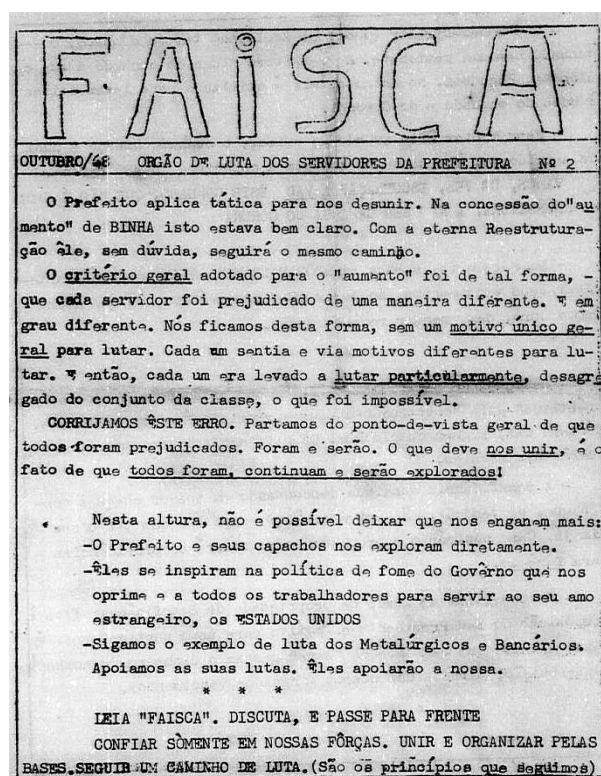


FIGURA 10 – Capa da edição Nº 2 do jornal *Faísca*, apreendido pelo DOPS/MG. Fonte: APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 026, Pasta 1024, Imagem 5.

Ao que parece, o nome do jornal faz alusão a uma faísca que tende a se alastrar e propiciar um grande incêndio, ou seja, uma grande transformação. No movimento dos servidores públicos, a “faísca” foi lançada com o intuito de se alastrar entre o funcionalismo, em busca da união e combatividade da classe, contra as condições de trabalhos as quais eram submetidos. Ao final de cada edição do jornal essa premissa se torna perceptível com as seguintes frases de ordem: "Leia *Faísca*. Discuta, e passe para frente"; "*Faísca* deve passar de mão-em-mão, para facilitar a nossa ação"; "Leia, discuta e passe ao colega"; "Leia e divulgue *Faísca*. Leia *Faísca*. Leia".⁹⁰

Tudo indica que o *Faísca* começou a ser editado em setembro de 1968, pois identificamos sua edição nº 2, datada de outubro daquele ano. Não conseguimos precisar até quando o jornal perdurou e quantas edições foram lançadas. Tudo leva a crer que o jornal era de circulação mensal e resistiu, pelo menos, até abril de 1969, quando encontramos a edição nº 8. Contudo, cabe ressaltar que a edições nº 6 e 7, excepcionalmente, foram editadas em um único exemplar, em março de 1969.

⁹⁰ Na capa da 2ª edição do Jornal, o nome está escrito Faísca, ou seja, sem o acento agudo na letra i. No entanto, nas capas de outras edições, assim como no corpo dos textos, a palavra Faísca já aparece acentuada.

A edição n° 2 procurou, antes de tudo, organizar a classe para uma luta em conjunto, já que naquele momento o trabalhador reclamava das suas situações em particular, o que inviabilizava a reivindicação de melhorias, na medida em que os motivos distintos eram fatores de desagregação.

O critério geral adotado para o “aumento” foi de tal forma, que cada servidor foi prejudicado de uma maneira diferente. E em grau diferente. Nós ficamos desta forma, sem um motivo único geral para lutar. Cada um sentia e via motivos diferentes para lutar. E então, cada um era levado a lutar particularmente, desagregado do conjunto da classe, o que foi impossível.

CORRIJAMOS ÊSTE ERRO. Partamos do ponto-de-vista geral de que todos foram prejudicados. Foram e serão. O que deve nos unir, é o fato de que todos foram, continuam e serão explorados. (Grifos do próprio jornal) ⁹¹.

Já a 8ª edição, além de realizar severas críticas ao prefeito de Belo Horizonte (Luiz Gonzaga de Souza Lima), reivindicava um aumento salarial de 10%, bem como o pagamento do quinquênio, como podemos notar em suas páginas:

TEMOS DIREITO A 10% DE AUMENTO sôbre nosso atual vencimento, isto é, deveríamos estar ganhando N\$ 136,40. E mais, TEMOS DIREITO A DIFERENÇA, oriunda dêste aumento, desde abril do ano passado, que perfaz um total de N\$ 148,80. Porém, o prefeito nega-nos êste direito líquido. (...) Não basta o miserável salário impingido pela Ditadura, o Prefeito também quer tirar sua casquinha.

Mas isso não ficará assim: JÁ INICIAMOS UM MOVIMENTO, exigindo este direito, usurpado do nosso mingado vencimento, para ser dado a uma minoria de corruptos e privilegiados.

Estamos exigindo também O QUINQUÊNIO que veio substituir o Avanço-Horizontal e o Adicional, retirados indevidamente de nossos vencimentos, conforme Lei do próprio Prefeito, que agora tenta escamoteá-la. (Grifos do próprio jornal) ⁹².

Nesta edição, podemos perceber também a preocupação da prefeitura com repercussão objetivada pelo jornal. Enquanto os editores do *Faísca* pregavam a sua disseminação entre todos os servidores, os órgãos da prefeitura proibiam a leitura do jornal entre seus funcionários. A seguir, uma nota do *Faísca* a esse respeito.

O CHEFE DO Zoológico, Sr. Camilo, que é Corona de lá, proibiu aos servidores de lerem o *FAÍSCA*, ameaçando a quem desobedecer. Mas isto não tem surtido efeito algum: TODOS LÁ DIVULGAM E LEEM FAÍSCA.

⁹¹ APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 026, Pasta 1024, Imagem 5.

⁹² APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 026, Pasta 1024, Imagem 2.

Outro que faz o mesmo é o chefe do Asfalto. Também lá os servidores continuam lendo e distribuindo *FAÍSCA*. (Grifos do próprio jornal) ⁹³.

Ademais, vale ressaltar que a edição anterior traz uma informação de que o diretor do zoológico renunciou ao cargo, em razão das denúncias infligidas pelo *Faísca* contra a sua pessoa:

O CORONEL-DIRETOR DO ZOOLOGICO⁹⁴, reuniu à 1º de janeiro (de 1969), os Servidores de lá e, anunciou sua saída. Disse que as denúncias de *Faísca* sobre sua pessoa criou uma situação insuportável para sua permanência lá. Jurou descobrir e denunciar os “cabeças do *FAÍSCA*”. (que venha) ⁹⁵. (Grifos do próprio jornal).

Vejamos a denúncia do *Faísca* ao diretor do Zoológico em edição anterior:

O Coronel-Diretor (dono) do Zoológico tem um cunhado. O cunhado tem uma camionete. A prefeitura aluga do cunhado a sua camionete. Paga bem. No entanto, ela é utilizada para levar coisas à casa do cunhado e do coronel.

Para manter êste estado de coisas, o cunhado ameaça e pune os servidores. Êle manda no Zôo com a cobertura do seu corona.

VAMOS, DE VEZ, ESCORRAÇAR A PAU ESTE CUNHADO, QUE NÃO É NADA NA PREFEITURA, A NÃO SER CAPANGA DO CORONA ⁹⁶. (Grifos do próprio jornal).

Por fim, a respeito do *Faísca*, é preciso observar que, além das reivindicações trabalhistas e críticas à prefeitura, o *Faísca* também se voltava para o confronto mais direto à ditadura civil-militar, o que insinua o tom ideológico dos grupos de esquerda no movimento dos servidores, a fim de recrutar numerário para a uma resistência mais violenta contra o regime. Uma das edições do jornal traz a seguinte crítica:

Não há liberdade de pensamento em nosso país. Após o golpe de 1964 a Ditadura foi gradativamente estreitando as possibilidades reais de as entidades de classe lutarem livremente. Hoje, elas estão inteiramente vinculadas aos órgãos da Ditadura, ou por elas, controladas.

Alguns colegas, entretanto insistem a permanecer em torno das Associações, que não são mais que uma figura retórica, cuja finalidade precípua é conferir uma fachada de democracia à Ditadura ⁹⁷.

⁹³ APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 026, Pasta 1024, Imagem 3.

⁹⁴ Não conseguimos identificar se o “Coronel-Diretor” do Zoológico que renunciou ao cargo é o “chefe” do mesmo estabelecimento (Sr. Camilo), que proibiu a leitura do jornal entre seus funcionários, além de jurar descobrir e denunciar os “cabeças” do *Faísca*.

⁹⁵ APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 026, Pasta 1024, Imagem 9.

⁹⁶ APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 026, Pasta 1024, Imagem 6.

Além dos integrantes que trabalhavam nos órgãos municipais submetidos à Prefeitura, a CORRENTE contava com militantes de outros departamentos públicos, a exemplo de Celso Aquino Ribeiro (Secretaria da Fazenda), Farid Helou (Faculdade de Arquitetura da USP), Fernando de Freitas Picardi (Caixa Econômica Estadual de Minas Gerais), Gilney Amorim Viana (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), Henrique Roberti Sobrinho (Departamento de Correios e Telégrafos de MG), Omar Batista Pereira (Banco do Brasil), Sônia Maria Ferreira Lima (Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais), Yone de Souza Grossi (Instituto Nacional de Previdência Social/MG).

Os servidores que tinham ligação com grupos de esquerda conjugavam o trabalho dentro dos estabelecimentos públicos com atividades externas, estabelecidas pelo grupo clandestino ao qual pertenciam. Ou seja, tais militantes, além de conscientizar e organizar a classe dos funcionários públicos, muitas vezes eram solicitados para alguma atividade relacionada à guerrilha urbana ou rural. Porém, com essas atividades, tais servidores públicos ficaram mais expostos aos olhos da repressão e muitos foram obrigados a viver na clandestinidade, passando à condição de militantes profissionalizados⁹⁸.

Como se não bastasse o enfraquecimento provocado pela profissionalização revolucionária, o movimento dos servidores também foi subtraído em razão do policiamento político dentro das repartições públicas. Tais repartições eram constantemente monitoradas pelo aparato repressor, que tinha o objetivo de identificar e indiciar os funcionários (militantes) que insuflavam os trabalhadores contra os patrões e contra o regime civil-militar. Na imagem abaixo estão relacionados os nomes dos funcionários públicos que figuraram como indiciados nos IPM's que averiguavam a atuação da CORRENTE, inclusive no movimento de massa.

⁹⁷ APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 026, Pasta 1024, Imagem 10.

⁹⁸ Os militantes profissionais eram aqueles mantidos pela organização devido a sua clandestinidade.

538

S E C R E T O
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
I EXÉRCITO
4ª RM - 4ª DI - ID/4

Belo Horizonte, MG, 25 de julho de 1969.

1. Assunt.: IPM sobre "CORRENTE"
2. Origem: Enc. IPM
3. Classificação:
4. Difusã: 4ª RM - ID/4 - SSI/Ag HI
5. Referência:

INFORMAÇÃO Nº IPM/ Secreto

1) Estão relacionados abaixo os nomes dos funcionários públicos que figuram como indiciados nos inquéritos dos fuz enarragado :

- GILNEY AMORIM VIANNA - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.
- FARIQ BELLOU - Faculdade de Arquitetura da USP (professor).
- PAULO GERALDO FERREIRA - Prefeitura de Belo Horizonte
- YONE DE SOUZA GROSSI - I N P S / MG.
- FERNANDO DE FREITAS PICARDI - CAIXA ECONÔMICA ESSENCIAL DE MINAS GERAIS
- LÍVIO LOPES - PREFEITURA DE BELO HORIZONTE.
- DEMÉTRIO DA ROCHA RIBEIRO - PREFEITURA DE BELO HORIZONTE.
- ABNER DE SOUZA RIBEIRO - PREFEITURA DE BELO HORIZONTE.
- EDOER TABAN SÁB - PREFEITURA DE BELO HORIZONTE.
- FRANCISCO ANTONIO DE SOUZA JORGE - PREFEITURA DE BELO HORIZONTE.
- MARIA MENDES BARBOSA - PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (PROFESSORA)
- SÔNIA MARIA FERREIRA LIMA - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MG.
- CELSO AQUINO RIBEIRO - SECRETARIA DA FAZENDA (FISCAL DE RENDAS)
- HENRIQUE ROBERTI SOBRINHO - D C T de Minas Gerais.

2) A presente informação é remetida face ao que prescreve o Ato Institucional nº 5.

FIGURA 11 – Relação nominal dos funcionários públicos que figuraram como indiciados nos inquéritos policiais militares referentes à CORRENTE. Fonte: APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0028, Imagem 584.

No intuito de enfraquecer ainda mais o movimento de contestação ao regime dentro das repartições públicas, o governo tratou de demitir muitos servidores que tiveram seus nomes ligados a grupos de esquerda. Com respaldo no artigo 6º, parágrafos 1º e 2º, do Ato Institucional N° 5, de 13 de dezembro de 1968, os seguintes servidores da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que pertenciam à Corrente Revolucionária de Minas Gerais, foram demitidos: Abner de Souza Pereira (trabalhador braçal), Demétrio da Rocha Ribeiro (escriturário), Lívio Lopes (auxiliar de contabilidade), Maria Mendes Barbosa (professora do Ensino Primário) e Paulo Geraldo Ferreira (inspetor sanitário)⁹⁹. O artigo 6º do AI-5 dizia que: "ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade

⁹⁹ Diário Oficial (Seção I - Parte I) Novembro de 1972; Brasília, 7 de novembro de 1972; 151º da Independência e 84º da República.

e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo" ¹⁰⁰. Nos parágrafos 1º e 2º do respectivo artigo, tal medida é reforçada e detalhada:

§ 1º - O Presidente da República poderá mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregado de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço ¹⁰¹.

§ 2º - O disposto neste artigo e seu § 1º aplica-se, também, nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios ¹⁰².

Portanto, a clandestinidade de muitos servidores, a prisão de outros, e as medidas repressivas do Governo Federal, foram os principais fatores que ocasionaram o enfraquecimento do movimento dos servidores públicos, assim como de todo movimento de massa em resistência à ditadura civil-militar e à sua política econômica e social. Após o Ato Institucional N° 5, tornou-se praticamente inviável qualquer tipo de manifestação do movimento de base. Logo, os grupos de esquerda se afastaram dos movimentos populares e se concentraram nas ações armadas para combater a ditadura civil-militar. Contudo, vale admitir que, enquanto foi possível, a atuação da Corrente Revolucionária de Minas Gerais junto aos movimentos de massa se mostrou positiva, pois, além de arregimentar militantes para a segunda fase do grupo (luta armada), o trabalho serviu para direcionar os trabalhadores e estudantes nas manifestações e reivindicações contra o regime. Com o aumento das atividades armadas, os setores da CORRENTE ligados aos movimentos sociais se enfraqueceram, pois tiveram que migrar seus militantes para a guerrilha urbana, já em caráter de extrema clandestinidade.

¹⁰⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 13 fev.2013.

¹⁰¹ *Ibidem*.

¹⁰² *Ibidem*.

2.1.3.1. Perfil de um servidor guerrilheiro: Gilney Amorim Viana

359

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENAÇÃO GERAL DE SEGURANÇA
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Nome: GILNEY AMORIM VIANA

Filiação: Divaldo + rancoso Viana
Maria Gloria Amorim Viana

Naturalidade: Brasileira = Minas Gerais

Data do nasc.: 18 / AGO / 1945

Residência:

Observações: Suspeito de fazer curso em CUBA = PRÉSO.

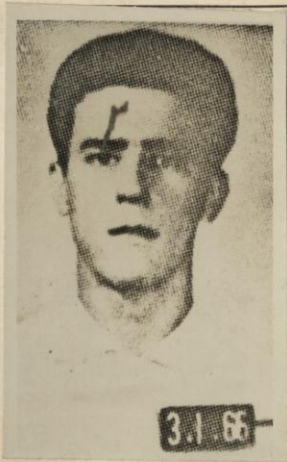


FIGURA 12 – Ficha de identificação de Gilney Amorim Viana no DOPS/MG. Fonte: APM, Fundo DOPS/MG.

No dia 14 de maio de 2011, fui à antiga sede da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG (FAFICH/UFMG), localizada na Rua Carangola n° 288, a fim de presenciar o lançamento público da Associação dos Amigos do Memorial da Anistia. Na localidade, mais precisamente, no antigo Colégio Aplicação da UFMG, mais conhecido como Coleginho, onde depois abrigou o Departamento de Psicologia da FAFICH, funcionará a sede do Memorial da Anistia em Belo Horizonte.

O objetivo era contactar ex-integrantes da CORRENTTE, que certamente compareceriam à cerimônia, sobretudo Gilney Amorim Viana, um dos convidados do evento. Aos poucos foi possível identificar alguns integrantes da organização que poderiam contribuir para minha pesquisa.

O comportamento de um senhor eloquente, cuja fisionomia não me era estranha, me chamou a atenção. Tratava-se de Gilney Amorim Viana, o qual havia visto em fotografias e vídeos.

Aproveitei a oportunidade para conhecê-lo, bem como apresentar minha pesquisa, a qual foi aceita com grande entusiasmo. Passados aproximadamente 6 meses, encontrei novamente com Gilney Amorim Viana nas dependências do Arquivo Público Mineiro e

marcamos a desejada entrevista, cujo ocorreu no dia 29 de junho de 2012, na casa do irmão do Gilney, Rodney Amorim Viana.

A fim de nortear a entrevista, elaborei um roteiro, que o entrevistado pediu para verificar. Em seguida começamos a entrevista, que durou aproximadamente 2 horas. Gilney relatou desde a origem da CORRENTE até a fusão da mesma na Ação Libertadora Nacional. Narrou, como sujeito ativo, toda a história da CORRENTE, bem como sua trajetória na mesma.

Filho de pais baianos, Divaldo Francoso Viana e Maria da Glória Amorim Viana, Gilney nasceu no ano de 1945, no estado de Minas Gerais, mais precisamente na cidade de Águas de Formoso. Em decorrência da naturalidade de seus pais, passou uma infância de idas e vindas para Minas e Bahia. Já sua adolescência viveu na cidade de Belo Horizonte, quando veio, no fim do ano de 1959, realizar seus estudos.

Dois anos depois, em 1961, Gilney Amorim Viana se filiou ao Partido Comunista Brasileiro, onde permaneceu até o ano de 1967, quando, insatisfeito com a linha programática do PCB, se juntou com dissidentes do Comitê Municipal de Belo Horizonte e formou a Corrente Revolucionária de Minas Gerais, a fim de estabelecer um combate mais violento contra a ditadura.

Na CORRENTE, participou praticamente de todos os setores, se destacando no setor ligado ao funcionalismo público, em razão de seu período como servidor, e nas ações armadas empreendidas pela organização. Talvez pelo seu alto nível de instrução (nesse período era estudante da Faculdade de Medicina da UFMG, além de dissidente do PCB), foi um dos redatores do documento inicial do grupo *Orientação básica para atuação: 20 pontos* e do jornal *Faísca*, voltado para a classe dos funcionários públicos. Na mesma proporção de sua atuação política, se deu o policiamento sobre seus atos.

Gilney Amorim Viana é o único integrante da Corrente Revolucionária de Minas Gerais que foi indiciado em todos os oitos Inquéritos Policial Militar produzidos pelo DOPS/MG para averiguar a estrutura e atuação da CORRENTE no estado.

Seu nome também integra o Processo N° 15/70 da Auditoria da 4° Circunscrição Judiciária Militar. De acordo com o Processo:

Gilney Amorim Viana: (Codinomes: “Augusto” e “Antonio”); foragido; GILNEY e o não denunciado Zanconato (porque banido) são os chefes da “CORRENTE” em

Minas; já são conhecidos das autoridades, civis e militares desde os idos de março de 1964, quando militava no Comitê Estudantil do PCB, na Capital; com os denunciados HÉLCIO, JOSÉ JÚLIO E RICARDO e o não denunciado Zanconato, fundou a “CORRENTE” em Minas; com os denunciados GILBERTO, MONIR, EFIGÊNIA e FRANCISCO esteve em contato com a cúpula do PCBR, da qual recebeu o dinheiro, as armas e as munições e as instruções, com o que deu início às expropriações e à ação armada, em Minas; friamente já fez atentados pessoais nas expropriações em que funcionou quase todas de que se tem conhecimento, sendo certo que, naquelas que não funcionou diretamente; estava na cobertura armada; responsável pelos planejamentos de expropriações e ações armadas e da execução dos mesmos; transportou armas e explosivos, pelo Estado e pela Capital, Coordenador dos Comitês; autor dos planos de assalto aos quartéis e delegacias, da Capital e do interior; participou e supervisionou e supriu os treinamentos de guerrilhas; supridor de armas, munições e explosivos; autor do documento base da organização (...). (Grifos do Processo)¹⁰³.

Vale ressaltar que a repressão política sobre Gilney começou logo após o golpe militar de 1964. No dia 30 de abril foi preso – por ser filiado ao PCB – durante o expediente de trabalho no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Nessa ocasião permaneceu preso por poucos dias, o que não ocorreu na 2ª prisão. Em 18 de março de 1970, Gilney foi preso na cidade do Rio de Janeiro. Iniciava ali uma reclusão de aproximadamente nove anos e dez meses no cárcere, vindo a ser solto só no ano de 1979, em razão da Lei da Anistia.

Na entrevista cedida ao autor, Gilney Amorim Viana comenta que, mesmo em cárcere, continuou a luta contra a ditadura civil-militar. Dentro da Penitenciária de Linhares/Juiz de Fora¹⁰⁴, local onde cumpriu grande parte de seu período de reclusão, redigiu uma carta (ver anexo IV) em denúncia às torturas e assassinatos cometidos pelo regime civil-militar:

(...) quando eu vim para Juiz de Fora, quando eu caí no Coletivo, que é uma organização dos presos lá em Linhares, eu escrevi uma denúncia de tortura, (...). Então só em Juiz de fora deu 5 denúncias de tortura, que era uma forma da gente continuar a guerra, no caminho da guerra psicológica, da verdade, desmoralizar as versões da ditadura, cê entendeu? Mentiam sobre assassinato, sobre as torturas e tudo mais, isso foi muito importante, então nós continuamos a guerra dentro da cadeia, cê entendeu? Foi isso que nós fizemos¹⁰⁵.

¹⁰³ Processo indenizatório às vítimas da ditadura de Abner de Souza Pereira, sob a guarda e organização do Arquivo Público Mineiro para ser disponibilizado à consulta.

¹⁰⁴ A Penitenciária Regional José Edson Cavalieri foi inaugurada em 1966 com presos vindos de Belo Horizonte. Ficou conhecida por Penitenciária de Linhares por causa da sua localização – o bairro de Linhares – na cidade de Juiz de Fora. A recepção de presos políticos começou em 1967 com militantes presos na guerrilha do Caparaó, contudo, somente em 1969 é que chegaram os primeiros militantes da guerrilha urbana, integrantes da CORRENTE e do COLINA. De acordo com Ribeiro (2007), naquele presídio todos os presos eram mantidos incomunicáveis.

¹⁰⁵ VIANA. Entrevista concedida ao autor. Belo Horizonte, 29 jun. 2012.

Após ser libertado, Gilney matriculou-se novamente no curso de Medicina da UFMG, o qual tinha sido suspenso pelo decreto 477. Posteriormente, foi residir em Cuibá/MT, onde contribuiu para a estruturação do Partido dos Trabalhadores (PT). No ano de 1994 foi eleito o primeiro deputado federal pelo PT/MT. Em 1998 se elegeu deputado estadual pela mesma legenda e estado. Em Mato Grosso também se tornou professor da Universidade Federal. Autor dos seguintes livros: *131 D Linhares - Memorial da Prisão Política* (1979), *Perspectivas da Social Democracia no Brasil* (1980), *A Revolta dos Bagrinhos* (1991), *Glória – mãe de preso político* (2000), *O Desafio da Sustentabilidade* (2001), *Fome de Liberdade: a Luta dos Presos Políticos pela Anistia* (2009), *Massacre da Chácara São Bento*. No ano de 2002, participou da elaboração do Programa de Meio Ambiente do Governo Lula. Em 2006 foi um dos idealizadores da Organização Não Governamental (ONG) “Flor do Cerrado”, que atua na preservação da cultura regional mato-grossense.

Atualmente, Gilney Amorim Viana trabalha como Acessor Especial do Ministério dos Direitos Humanos e Coordenador do Projeto *Direito à Memória e à Verdade* do Governo da presidenta Dilma Vana Rousseff, atuando em defesa da memória e honra dos presos, torturados, desaparecidos e mortos pela ditadura civil-militar.

2.2 Luta armada – A CORRENTE com armas na mão

No final da década de 1960, com os movimentos de massas já bem desarticulados em virtude da intensificação da repressão e da perda de militantes, as ações armadas se tornaram a realidade da maioria dos grupos clandestinos de esquerda em oposição à ditadura civil-militar. Com a Corrente Revolucionária de Minas Gerais não foi diferente. A partir de 1968 o grupo iniciou sua empreitada para a luta armada, em conformidade com o seu documento base *Orientação básica para atuação: 20 pontos*:

A tarefa imediata e fundamental do movimento revolucionário no Brasil consiste em organizar, iniciar, desenvolver e culminar a luta armada a partir da guerra de guerrilhas. O primeiro passo é a criação do comando unificado político-militar, que deverá assumir a direção do movimento ¹⁰⁶.

As ações mais violentas da organização eram de incumbência do 1º escalão, estruturado em três setores: Instrução, Expropriação, e Armas e Explosivos. O Setor de

¹⁰⁶ Documento *Orientação básica para atuação: 20 pontos*.

Instrução era responsável pelo treinamento dos militantes e pelo levantamento de “aparelhos”¹⁰⁷ e áreas para a realização da guerrilha. Por outro lado, o Setor de Armas e Explosivos tinha a missão de adquirir e guardar as armas e as munições utilizadas nas ações armadas, que por sua vez, eram executadas pelo Setor de Expropriação.

Tais ações concentraram-se no perímetro urbano, especialmente em Belo Horizonte, contrariamente ao que era pregado no ponto 8 do documento da CORRENTE:

As condições do Brasil indicam que a guerra de guerrilhas é o meio mais adequado para começar a desenvolver a luta armada popular e para criar o núcleo inicial de exército revolucionário. A Guerra popular no Brasil deve ter como cenário inicial o campo¹⁰⁸.

Para Gilney Amorim Viana, essa inversão estratégica ocorreu em decorrência da orientação de Carlos Marighella, que ao regressar da Conferência da OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade) sugeriu uma postura revolucionária, a qual foi adotada pela organização mineira. Na explicação de Gilney Viana, Marighella,

(...) inverte a clássica teoria foquista, que vem de um conceito chinês maoísta, e de que a guerra começa no campo e o campo cerca a cidade. Marighella falou: “No Brasil nós não temos uma base camponesa como tem na China e tudo. Então aqui a cidade é estratégica. A guerra começa na cidade, vai ao campo e volta à cidade”. Isto é uma inversão estratégica que o Marighella fez do pensamento de Mao e que Fidel (Castro) e (Ernesto) Che encamparam. Também em relação à visão foquista de montar um foco e ficar ali resistindo, o Marighella achava que, no Brasil como não tinha uma base camponesa muito forte, então tinha que se fazer um foco e uma coluna estratégica. Este é um conceito básico da guerra revolucionária que o Marighella criou¹⁰⁹.

Logo, a guerra de guerrilha empreendida pela Corrente Revolucionária de Minas Gerais seria iniciada em cidades estratégicas. Ricardo Apgaua, ex-integrante da CORRENTE, comenta como eram definidas essas regiões, além de citar alguns integrantes do grupo:

Quando começamos a estruturar a Corrente, definimos o que chamávamos eixos estratégicos para a luta contra a ditadura no estado de Minas Gerais. Eram, principalmente, cidades com unidades militares de peso e confluências de estradas importantes, capazes de dividir o país e criar problemas de abastecimento em caso de bloqueio. Entre as cidades que definimos como estratégicas, no estado, me lembro de Belo Horizonte, Governador Valadares, Montes Claros e Juiz de Fora.

¹⁰⁷ Os “aparelhos” são casas utilizadas por uma organização clandestina para a moradia de militantes e guarda de materiais.

¹⁰⁸ Documento *Orientação básica para atuação: 20 pontos*.

¹⁰⁹ VIANA. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. Brasília, 30 jan. 2004.

Nesta última ficava o comando da IV Região Militar. Em Juiz de Fora tínhamos um grupo muito bem organizado. Deles, me recordo do Marco Antônio, do Rogério de Campos Teixeira e dos irmãos Roberto e Antônio Guedes. Penso que todos eles foram presos. Em Montes Claros, também nos apoiamos na estrutura existente, dirigida pelo Porfírio e por um marceneiro que chamávamos “Nego” e de cujo nome já não me lembro. Em Valadares, até então tínhamos o José Adão coordenando as nossas atividades. Trouxemos o José Adão para Belo Horizonte e enviamos para lá o João Domingos Fassarella, então estudante de filosofia ¹¹⁰.

Já na explicação de Mário Roberto Galhardo Zanconato¹¹¹, a CORRENTE preparou duas colunas guerrilheiras no campo: na região do Rio São Francisco e na região da Rio-Bahia. Dessa forma, foram definidas como pontos de preparação para uma futura guerrilha rural, as seguintes cidades: Ouro Preto, Juiz de Fora, Divinópolis, Governador Valadares, Teófilo Otoni, Montes Claros e Vitória da Conquista (Bahia).

Além de Mário Roberto Galhardo Zanconato, Gilney Amorim Viana também comenta o modelo de guerrilha adotada pela organização. Afirma que a CORRENTE, sem abrir mão de sua autonomia, firmou um acordo estratégico com Carlos Marighella, em que formaria as colunas guerrilheiras no interior do estado.

E nessa reunião com Marighella (ocorrida em dezembro de 1968), nós decidimos o seguinte, que nós íamos continuar um grupo autônomo, nós não saímos da CORRENTE. Continuamos na CORRENTE, e nós íamos iniciar a guerrilha urbana, e que nós íamos preparar uma área de guerrilha rural. Foi esse o acordo com Marighella. E que nós estaríamos dentro da estratégia de Marighella, formar uma coluna guerrilheira ¹¹².

Com intuito de aprimorar as ações armadas, a CORRENTE enviou alguns de seus militantes para realizar treinamento de guerrilha em Cuba. Isso foi possível, devido, justamente, à estreita relação da organização mineira com Carlos Marighella, como comenta Ricardo Apgaua, um dos enviados à Cuba:

Esta postura, de aproximação com o Carlos Marighella, levou-o a enviar-nos alguns instrutores para dar-nos treinamento aqui em Minas. Posteriormente, ele nos ofereceu a oportunidade de fornecer instrução militar para os nossos militantes em Cuba. Até então, as nossas possibilidades de treinamento eram muito limitadas. Tínhamos amigos e companheiros fazendeiros nas regiões de Curvelo, Corinto, Itabira e Ferros. Íamos para as suas fazendas e, lá nos limitávamos às práticas de tiro ao alvo e exercícios táticos elementares de emboscadas. Baseávamo-nos em alguns manuais retirados do exército através de pessoas que faziam o serviço militar, como o Márcio Lacerda e o Arnaldo Rocha Cardoso¹¹³. Ambos tinham sido colegas de

¹¹⁰ APGAUA. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. Nova Lima, 02 fev. 2003.

¹¹¹ ZANCONATO. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. São Paulo/Recife, 2004.

¹¹² VIANA. Entrevista concedida ao autor. Belo Horizonte, 29 jun. 2012.

¹¹³ Os militantes citados são Márcio Araújo de Lacerda (Humberto/Grigo) e Arnaldo Cardoso Rocha.

Escola Técnica. Posteriormente, através de companheiros que já tinham estado em Cuba, tivemos um pequeno curso de explosivos e, aos poucos, o fomos repassando aos companheiros do interior. Era um treinamento orientado e executado por gente muito inexperiente. Ninguém com experiência militar real. Nossa estrutura era muito amadora¹¹⁴.

Para Ricardo Apgaua, o treinamento guerrilheiro em Cuba seria uma forma de sanar a falta de experiência dos jovens guerrilheiros armados no Brasil. Além dele, os militantes Antônio Carlos Bicalho Lana, José Júlio de Araújo e José da Silva Tavares também realizaram treinamento de guerrilha em solo cubano, onde ficaram aproximadamente dois anos. Outra contribuição de Marighella à Corrente Revolucionária de Minas Gerais foi o envio de instrutores para dar treinamento de guerrilhas a seus militantes em Minas Gerais, também visando aperfeiçoar as ações armadas. As ações armadas constituíam basicamente de “expropriações”¹¹⁵ a casas comerciais, bancos e lojas de armamentos. Para Viana, além de expropriar, era preciso *politizar a ação*. Tais ações tinham como principais objetivos: treinar guerrilheiros, servir como meio de sustento da organização, e, sobretudo, arrecadar verba para uma futura guerrilha no campo.

As principais ações armadas da CORRENTE foram: assalto expropriatório à Drograria São Feliz, assalto expropriatório à Boate 6 as 6, assalto expropriatório ao Bar e Mercearia São Vicente, assalto expropriatório à Firma Itaminas – Comércio de Minérios S/A, tentativa de assalto expropriatório a Pedreira de Belo Horizonte, assalto expropriatório à Mercearia Nossa Senhora da Conceição, roubo de um automóvel modelo Simca, assalto expropriatório à Caixa Econômica Estadual e, assalto expropriatório à loja de armamentos e munições Casa Tucano.

A primeira empreitada armada da CORRENTE ocorreu no dia 25 de outubro de 1968 (ou seja, antes do AI-5), e se tratou de uma expropriação ocorrida na Drograria São Felix, localizada na Avenida Amazonas, número 709, região central de Belo Horizonte. Por volta das 22h30min, os militantes Antônio Carlos Bicalho Lana, Gilney Amorim Viana, Hélcio Pereira Fortes, Marco Antônio Victória Barros e Rouberdário Diniz Valério saíram de um automóvel modelo Simca da cor preta e efetuaram a ação. Na ocasião, o militante Rouberdário Diniz Valério permaneceu na porta do estabelecimento, enquanto o restante do grupo adentrou a drograria e executou o assalto expropriatório. Dentro do automóvel permaneceu o integrante Arnaldo Fortes Drumond, que era responsável pela condução do

¹¹⁴ APGAUA. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. Nova Lima, 02 fev. 2003.

¹¹⁵ O termo “expropriação” é utilizado geralmente por militantes e ex-militantes para designar assaltos com a justificativa de expropriar a riqueza de um determinado estabelecimento, para a realização da guerrilha revolucionária.

veículo, o qual havia sido furtado no mesmo dia por Antônio Carlos Bicalho Lana, Hércio Pereira Fortes e Ricardo Apgaua. Este último não participou da ação na drogaria, mas organizou seus preparativos. Com intuito de não chamar a atenção da repressão, o automóvel teve suas placas trocadas minutos antes de chegar à Avenida Amazonas. Por determinação de Gilney Amorim Viana, a fuga dos militantes foi realizada a pé, devido um problema na embreagem do automóvel utilizado. De acordo com José Vieira da Silva, gerente da drogaria, os militantes levaram uma quantia de aproximadamente dois mil trezentos e vinte Cruzeiros Novos (2.320,00), sendo mil quatrocentos e setenta (1.470,00) do caixa do dia e oitocentos (800,00) do cofre da gerência. O dinheiro arrecadado foi utilizado para a preparação da guerrilha na área rural. Dias após a ação, alguns militantes da CORRENTE foram enviados a Teófilo Otoni, a fim de estabelecer aparelhos para organização, entre eles, Arnaldo Fortes Drummond, Rouberdário Diniz Valério e Hércio Pereira Fortes – que portava setecentos Cruzeiros Novos (700,00) oriundos da expropriação na Drogaria São Felix. Vale destacar que nenhum militante foi preso durante a ação na drogaria.¹¹⁶

¹¹⁶ APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0029.

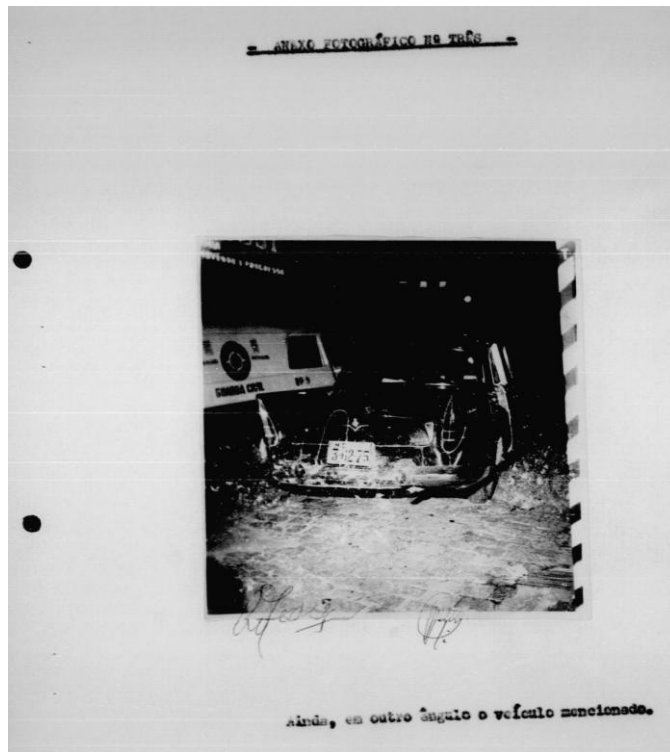


FIGURA 13 – Veículo utilizado na ação expropriatória da Drogaria São Felix. Fonte: APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0029, Imagem 101.

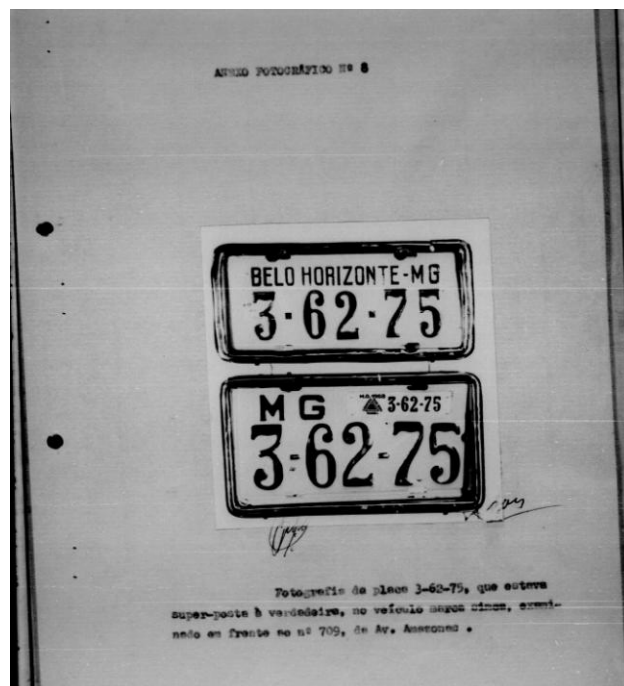


FIGURA 14 – Placas que estavam superpostas às originais do veículo utilizado na ação expropriatória da Drogaria São Felix. Fonte: APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003 Pasta 0029, Imagem 96.

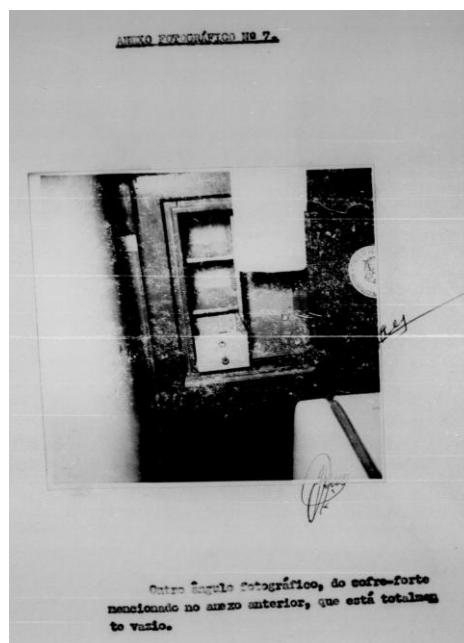


FIGURA 15 – Cofre da Drogaria São Felix. Fonte: APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003 Pasta 0029, Imagem 86.

No dia primeiro de dezembro de 1968, a CORRENTE efetuou um assalto expropriatório na Boate 6 as 6, situada na Avenida Nossa Senhora do Carmo, número 1400, Bairro do Carmo – Belo Horizonte (BR-135). Nesta ação participaram: Gilney Amorim Viana, José Alfredo, Leila Dias de Araújo, Lúcio Dias Nogueira e Nelson José de Almeida. Além desses, os militantes Mário Roberto Galhardo Zanconato e José Adão Pinto também foram indiciados no IPM instaurado para averiguar a ocorrência; o primeiro, como um dos planejadores da expropriação; e o segundo, como o receptor do montante arrecadado. A ação ocorreu em torno das 04h30min da madrugada. Segundo uma testemunha que se encontrava na casa noturna, a voz de assalto foi dada por um casal que dançava de maneira estranha e outros dois indivíduos que frequentavam o local, o que leva a crer que os integrantes da CORRENTE se passaram por clientes antes de efetuar a ação. Do lado de fora da boate, Lúcio Dias Nogueira era responsável por fazer a cobertura do grupo. Segundo o gerente do estabelecimento, alguns tiros foram disparados pelos assaltantes, deixando alguns clientes feridos. Para facilitar a fuga, renderam e levaram o carro de um cliente que chegara ao local. Na ocasião, todos os militantes envolvidos na ação conseguiram fugir. De acordo com o IPM instaurado, o valor arrecadado na expropriação foi de oitocentos Cruzeiros Novos (800,00), além de joias e relógios retirados de alguns clientes da casa noturna.¹¹⁷

¹¹⁷ APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0030.

A terceira expedição armada da CORRENTE ocorreu no Bar e Merceria São Vicente, localizado na Avenida Rodoviária, número 42, Bairro das Indústrias, município de Contagem. A ação ocorreu no dia 14 de dezembro de 1968 e foi planejada por Gilney Amorim Viana, Antônio José de Oliveira e Degule de Freitas Castro, que residia nas proximidades do armazém e já havia realizado um levantamento detalhado sobre o local, sendo a escolha dos militantes que efetuariam a expropriação também definida por Gilney Amorim¹¹⁸. Por volta das 23h00min, os militantes Gilberto Fernandes Gomes de Faria, José Alfredo, Márcio Araújo de Lacerda e Nelson José de Almeida entraram no armazém por uma porta lateral que se encontrava encostada e esperaram o dono do estabelecimento retornar da casa da namorada. Logo ao entrar no armazém, que era também sua residência, o proprietário, Vicente dos Santos Moreira, foi abordado pelo grupo. Durante 15 minutos os militantes da CORRENTE levaram aproximadamente quatro mil e oitocentos Cruzeiros Novos (4.800,00), uma máquina de somar manual marca Olivetti, um rádio de pilha pequeno marca Sharp, um aparelho barbeador elétrico marca Philips, além de diversos objetos do armazém (pasta dental, sabonete, gilete, latas de conservas, fósforo). Ao que tudo indica, os alimentos e utensílios de higiene seriam para suprir as necessidades dos militantes da organização em caráter de clandestinidade. Após a ação, o grupo fugiu no mesmo carro em que chegaram ao estabelecimento, um Volkswagen cor azul de propriedade do militante Márcio Araújo de Lacerda. O produto do roubo foi entregue a Antônio José de Oliveira, que o repassou para José Adão Pinto. Posteriormente, o dinheiro foi distribuído entre alguns integrantes da organização. Mário Roberto Galhardo Zanconato recebeu mil Cruzeiros Novos (1.000,00) para despesas com aparelhos e viagens a Montes Claros. O mesmo valor foi entregue a Gilney Amorim Viana. Ao militante Roubardário Diniz Valério foram repassados seiscentos Cruzeiros Novos (600,00) para subsidiar os custos de membros da CORRENTE em Teófilo Otoni. Márcio Araújo de Lacerda também recebeu cerca de seiscentos Cruzeiros Novos (600,00). O restante do montante arrecadado permaneceu em poder de José Adão Pinto, para ser gasto com as despesas gerais da organização, tais como: alimentação dos militantes, pagamento de casas alugadas (aparelhos), viagens, compra de armamentos e munições, entre outros. Por último, em relação à ação no Armazém São Vicente, chamamos atenção para um fato curioso. No IPM produzido pelo DOPS/MG para averiguar o assalto expropriatório, constam os testemunhos de três indivíduos que não estavam presentes durante a ação. Ou seja, de testemunhas que não testemunharam os fatos. Segundo eles, tiveram interesse pela

¹¹⁸ APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0031

ocorrência, pois motivara a prisão de vários integrantes da CORRENTE, os quais investigavam. Os testemunhos: Marcelo Paixão de Araújo, 2º Tenente de Infantaria do Exército; Jéssu do Nascimento Rocha, Capitão da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; e, Cócrane José de Paula, Subtenente da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Coincidentemente, todos seriam posteriormente conhecidos como famosos torturadores da polícia mineira.¹¹⁹

O quarto e o quinto ato armado da Corrente Revolucionária de Minas Gerais aconteceram no município de Ibirité e Belo Horizonte, respectivamente. Em Ibirité o alvo foi a pedreira de propriedade da Firma Itaminas – Comércio de Minérios e Metais, situada no distrito de Sarzedo. A ação ocorreu no dia 20 de janeiro de 1969 e foi executada por Antônio José de Oliveira, Délio de Oliveira Fantini, Marco Antônio Victória Barros, Roubardário Diniz Valério e Sérgio Bittencourt Siqueira. Dias antes, mais precisamente em 17 de janeiro, os integrantes da CORRENTE, Antônio José de Oliveira, Arnaldo Fortes Drumond, Marília Angélica do Amaral e Sérgio Bittencourt Siqueira, furtaram um veículo (Camionete Modelo C-14-16) para dar andamento à ação. Vale dizer que tal furto foi facilitado pelo militante José Alfredo, que fez uma cópia das chaves do veículo que se encontrava em reparos na oficina da Firma Motorauto, em que trabalhava¹²⁰. Na expropriação da pedreira em Sarzedo foram levados 40 quilos de dinamites, aproximadamente 60 espoletas, 2 rolos de cordel detonantes e um revolver da marca Taurus calibre 38, que estava em poder do vigia. Ao atingir o objetivo, o grupo abandonou o local, deixando o vigia amarrado por cordas. Em seguida, dirigiram-se para a Avenida Amazonas, em frente à Escola Técnica Federal de Minas Gerais, onde se encontraram com Gilney Amorim Viana e Demétrio da Rocha Ribeiro. Nesse momento o grupo se dividiu. Enquanto Marco Antônio Victória Barros e Sérgio Bittencourt Siqueira foram embora, o restante prosseguiu viagem até a casa Demétrio da Rocha Ribeiro, localizada na região da Pampulha, Belo Horizonte. Lá descarregaram os explosivos subtraídos e estruturaram o grupo que efetuará a 2ª ação do dia. Dessa forma, Antônio José de Oliveira, Arnaldo Fortes Drumond, Délio de Oliveira Fantini, Demétrio da Rocha Ribeiro, Gilney Amorim Viana e Roubardário Diniz Valério rumaram para a pedreira de Belo Horizonte, situada no Bairro São Geraldo. No local foram pressentidos pelo vigia Pedro Miguelino de Siqueira, o que determinou a fuga do bando. Após a tentativa frustrada, o grupo abandonou a camionete em torno do Hospital Borges da Costa, nas mediações da Faculdade de Medicina da UFMG. Cabe destacar que mesmo não sendo as primeiras expropriações da CORRENTE,

¹¹⁹ *Ibidem*.

¹²⁰ APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0029.

os eventos nas pedreiras de Sarzedo e Belo Horizonte geraram o 1º IPM sobre a organização. Tal medida se deu em razão da urgência em localizar os explosivos, que a qualquer momento poderiam ser utilizados em futuras ações da organização ou repassados a outras agremiações clandestinas.¹²¹

Também em Ibirité, a CORRENTE expropriou uma agência do Banco de Minas Gerais, no dia 05 de fevereiro de 1969. Na expropriação estavam presentes os militantes Antônio José de Oliveira (Tonhão), Délio de Oliveira Fantini e outros que não foi possível identificar. A ação foi bem sucedida até a saída do banco, quando um caminhoneiro, identificado no relatório dos militares como Salvador Campos, denunciou a ação à polícia, seguindo os revolucionários e auxiliando os órgãos de repressão. A polícia montou um grande cerco e os interceptaram. Tonhão e seus companheiros saltaram do carro para fazer a contenção armada e cobrir a fuga dos demais militantes com o dinheiro. Como norma de segurança, havia a orientação da CORRENTE para que os militantes não aceitassem “cair”¹²² vivos, dado às brutais torturas que estariam levando às ondas de prisões. Após vários disparos, cercado e sem saída, Antônio Carlos de Oliveira atirou no próprio peito, porém sobreviveu. Mesmo gravemente ferido, foi torturado por policiais no hospital e na delegacia. Um de seus pulmões foi removido, segundo um médico, devido ao disparo que deu contra o peito, mas é opinião de outros médicos que a remoção do pulmão foi obra do descaso e crueldade dos que desejavam a sua morte¹²³. Na ocasião o militante Délio de Oliveira Fantini também foi capturado. Depois de muita tortura, os militantes capturados foram levados ao Pronto Socorro de Belo Horizonte. Com o intuito de resgatá-los, a CORRENTE elaborou um plano de invasão ao hospital. A ação foi planejada por Hécio Pereira Fortes, Mário Roberto Galhardo Zanconato e Gilney Amorim Viana, que fez um levantamento do local, enquanto estudante de medicina. Para realizar a operação, Gilney Amorim Viana e Hécio Pereira Fortes roubaram um táxi. Entretanto, decidiram não concluir o resgate, em razão da periculosidade da ação.¹²⁴ Vale destacar que Tonhão resistiu as fortes torturas e não faleceu no cárcere do regime civil-militar. Antônio Carlos de Oliveira veio a falecer no dia 2 de setembro de 2012, ainda com muitas sequelas dos tempos de prisão.

¹²¹ *Ibidem*.

¹²² A expressão é utilizada pelos militantes, em geral, para designar a prisão ou captura pela polícia política.

¹²³ Consultado em: <<http://www.anovademocracia.com.br>>. Acesso em 17 de fev. 2013.

¹²⁴ APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0028.

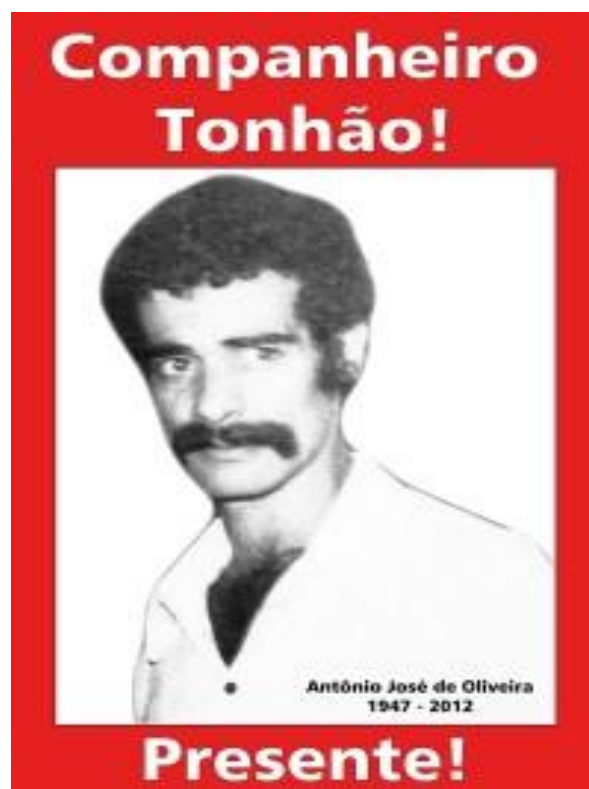


FIGURA 16 – Antônio José de Oliveira (Tonhão). Fonte: <<http://www.anovademocracia.com.br>>.



FIGURA 17 – Armas e munições utilizadas na ação da Agência Bancária Minas Gerais em Ibirité, apreendidas pelo DOPS/MG. Fonte: APM, Fundo DOPS/MG.

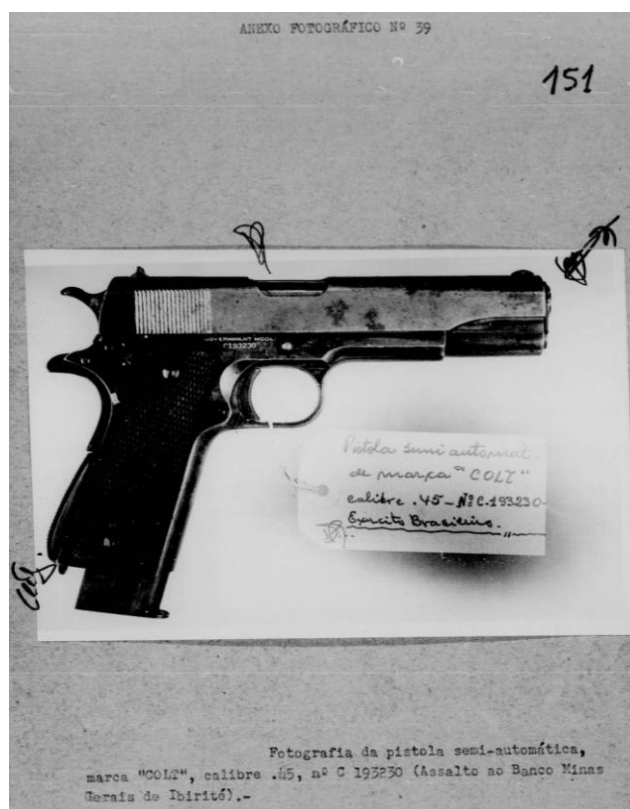


FIGURA 18 – Arma utilizada na ação da Agência Bancária Minas Gerais em Ibitiú, apreendida pelo DOPS/MG. Fonte: APM, Fundo DOPS/MG.

No mesmo mês a CORRENTE executou um assalto expropriatório à Merceria Nossa Senhora da Conceição, localizada na Cidade Industrial de Contagem, Rua Itapetinga nº. 470. Desta ação não conseguimos levantar mais informações.

Já no dia 20 de março de 1969, por volta das 19:00h, integrantes da CORRENTE abordaram um casal que se encontrava dentro de um carro (Simca) estacionado na confluência da Avenida do Contorno com Avenida Afonso Pena, Bairro Mangabeiras. O objetivo da abordagem era justamente levar o veículo, que seria utilizado em futuras expropriações. A ação foi executada por Arnaldo Fortes Drumond, Gilney Amorim Viana e um militante conhecido pelo codinome Gabriel e/ou Goiano. De acordo com o dono do veículo, Ruy Pereira dos Santos, antes de efetuar o roubo, os assaltantes lhe acertaram um tiro na boca, quando tinha a intenção de acertar em cheio o seu crânio. Já o militante Arnaldo Fortes Drumond alega que o disparo não ocorreu de forma intencional. Afirma que seu companheiro Gabriel e/ou Goiano tropeçou em uma pedra, acionando o gatilho da arma que portava, indo o projétil atingir tanto o motorista, quanto a moça que o acompanhava.¹²⁵

¹²⁵ APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0032.

No dia 31 de março de 1969, a CORRENTE empreendeu uma ação expropriatória na Caixa Econômica Estadual, situada na Avenida Alfredo Balena, número 181, região central de Belo Horizonte. O planejamento da ação foi incumbência de Gilney Amorim. Já a execução foi destinada aos militantes Lúcio Dias Nogueira, Marília Angélica do Amaral, Nelson José de Almeida, Márcio Araújo de Lacerda e Hélcio Pereira Fortes, que era o líder do grupo. Para chegar à agência bancária os integrantes da CORRENTE utilizaram um carro roubado nas proximidades da Praça da Liberdade por Gilney Amorim Viana, Lúcio Dias Nogueira e Hélcio Pereira Fortes. Por volta das 5:00h do dia 31, Márcio Araújo de Lacerda apanhou o veículo que havia sido deixado por Gilney Amorim Viana, em torno do Instituto de Educação de Minas Gerais. No mesmo local reuniu-se com os demais componentes da ação. Em seguida, Márcio Lacerda, que era responsável por conduzir o veículo, deixou os demais militantes em frente à Igreja Santa Efigênia. Enquanto esses se dirigiram a pé em direção à agência, Márcio Lacerda se deslocou de carro para frente da mesma, com o objetivo de propiciar a fuga do grupo após o término da ação. Sem conseguir abrir o cofre da agência, os militantes da CORRENTE levaram somente o dinheiro dos caixas, uma quantia aproximada de três mil Cruzeiros Novos (3.000,00). Após a fuga o grupo se reuniu na Praça Negrão de Lima, Bairro Floresta, onde realizaram uma análise da ação e marcaram outra expropriação para o dia seguinte. O alvo da vez era a loja de armamento Casa Tucano.

Na reunião ficou decidido que Hélcio Pereira Fortes, Lúcio Dias Nogueira, Mário Roberto Galhardo Zanconato e Márcio Araújo de Lacerda iriam participar da ação expropriatória no estabelecimento, localizado na Rua dos Tupinambás, número 1109, centro de Belo Horizonte. Na ocasião ficou combinado também o aproveitamento do automóvel utilizado no dia anterior. Dessa forma, por volta das 07:00h do dia 1º de Abril de 1969, os militantes adentraram à Casa Tucano, com exceção de Márcio Lacerda, que permaneceu dentro do veículo com a finalidade de facilitar a fuga. Entretanto, os militantes não contavam com a reação do proprietário do estabelecimento. Tão logo anunciado o assalto, o dono da loja, Gutierres da Rocha Jardim, apanhou uma arma de fogo com o intuito de evitar o ato, quando foi atingido de raspão por um tiro disparado pelo militante Lúcio Dias Nogueira. Em resposta, o filho de Gutierres da Rocha Jardim, que se encontrava no local, revidou o disparos com uma das armas expostas na loja. Imediatamente o grupo da CORRENTE empreendeu a fuga. Márcio Lacerda conduziu o veículo até as proximidades do Campo do Atlético (Avenida Bias Fortes), onde desembarcaram seus companheiros. Em seguida, abandonou o carro no

entroncamento da Rua Rio de Janeiro com Avenida do Contorno. Em seu depoimento ao DOPS/MG, Márcio Araújo de Lacerda conta que após a ação, trabalhou normalmente em seu serviço na Companhia Telefônica. Depois do expediente se dirigiu para um aparelho na Rua Jarí número 53, Bairro Renascença, onde se encontrou com Gilney Amorim Viana, Hércio Pereira Fortes, José Adão Pinto e Mário Roberto Galhardo Zanconato. A cúpula da CORRENTE reconheceu o fracasso da empreitada e decidiu que o carro utilizado na ação da Caixa Econômica Estadual e da Casa Tucano teria que ser destruído. Sendo assim, em torno das 23:00h do mesmo dia, Gilney Amorim Viana, José Adão Pinto e Márcio Araújo de Lacerda resgataram o carro abandonado e lavaram-no até a Praça das Bandeiras, no alto do Bairro Sion. No local atearam fogo ao veículo (Volkswagem vermelho) e lançaram três bananas de dinamites, concluindo o objetivo. Em seguida, os militantes caminharam a pé até a BR-135, onde cada um seguiu seu respectivo caminho. Tudo leva a crer que as dinamites utilizadas na destruição do automóvel foram aquelas expropriadas na pedreira de Sarzedo.¹²⁶

No entanto, a onda de ataques armados realizados pela CORRENTE durou até aproximadamente o mês de abril de 1969, quando boa parte de sua militância “caiu”, ocasionando o desmantelamento do grupo. A partir daí, a organização se fundiu à Ação Libertadora Nacional. Vale ressaltar que alguns integrantes da CORRENTE que se transferiram para a ALN, chegaram a se destacar nesta organização, como foi o caso de Antônio Carlo Bicalho Lana, Mário Roberto Galhardo Zanconato, José Júlio de Araújo, Arnaldo Cardoso Rocha, Nelson José de Almeida e Hércio Pereira Fortes. Este último se tornou um dos principais líderes da ALN após a morte de Joaquim Câmara Ferreira, substituto de Carlos Marighella. Hércio Pereira Fortes, Antônio Carlos Bicalho Lana, José Júlio de Araújo, Arnaldo Cardoso Rocha e Nelson José de Almeida foram mortos pela repressão enquanto militantes da ALN.¹²⁷

Do ponto de vista prático e ideológico, as ações armadas da Corrente Revolucionária de Minas Gerais não surtiram muito efeito, além do sustento da própria organização. Até porque, durante a execução, a CORRENTE não buscou difundir sua proposta, muito menos a real intenção das expropriações, na medida em que não realizaram panfletagens e não assumia a autoria das ações. Por outro lado, as ações armadas empreendidas pela organização,

¹²⁶ APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0031.

¹²⁷ Além dos militantes citados, outro militante que passou pela CORRENTE foi desaparecido e/ou assassinado pela ditadura militar. Trata-se de Rodolfo Carvalho Troiano, morto em 1974 na Guerrilha do Araguaia enquanto militante do PC do B. Seu corpo não foi encontrado. Em 1996, seus irmãos receberam uma Certidão de Óbito simbólica, com data e motivo do falecimento em branco. DUARTE, Betinho. **Rua Viva**. O desenho da utopia. Belo Horizonte: Rona, 2004.

representavam a insatisfação e a resposta, principalmente, à forte repressão e às medidas políticas e econômicas adota pelo regime. Dessa forma a polícia política tratou logo de abortá-las.

3. RESERVADO; MANCHETE: A CORRENTE REVOLUCIONÁRIA DE MINAS GERAIS SOB A ÓTICA DA POLÍCIA POLÍTICA E DA IMPRENSA.

3.1. O anticomunismo e a polícia política em ação

Anticomunismo é o termo que expressa claramente a opinião e o sentimento oposto e adverso ao comunismo. Portanto, a base de sua atuação estaria centrada numa atitude de recusa ao projeto comunista, pela palavra e pela ação (MOTTA, 2002 p. IX).

Após a Revolução Russa de 1917 e a ameaça da proliferação das ideias comunistas pelo mundo, aumentaram proporcionalmente as medidas para contê-las. No Brasil, as primeiras grandes ondas de ações anticomunistas ocorreram entre o período de 1935 e 1937, em decorrência do “Levante Comunista”. Tal movimento de insurreição que ocorreu em Natal (RN), Recife (PE) e Rio de Janeiro, foram liderados por tendências comunistas e militares nacionalistas da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização que congregava várias tendências políticas antifascistas (socialistas, comunistas, liberais progressistas). Na ocasião, o “Levante Comunista” foi reprimido pelo Governo de Getúlio Vargas.

Por conseguinte, constituiu-se o mito “Intentona Comunista”, o qual a imagem do comunismo passou a ser propagandeada como algo marginal e delinquente, que colocaria sério perigo à “ordem em vigência”. O comunismo foi relacionado à imagem do mal, através de adjetivos que denotam significados negativos, tais como “piratas”, “dementes”, “bárbaros”, “selvagens”, “degenerados”, “pecadores”, “demoníacos”, entre outros (MOTTA, 2002, p.47).

Ao longo dos anos, a recusa comunista e a propaganda anticomunista foram constituindo-se como núcleo essencial da cultura política nacional. O autor Rodrigo Patto Sá Motta (2002), em sua obra intitulada *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*, analisa como o sentimento do comunismo em nome da “defesa da democracia” esteve presente nos contextos de 1935/37, na Guerra Fria, e na conjuntura de 1964:

No que se refere às fases do anticomunismo agudo, três momentos se destacam: primeiro, o período entre 1935-1937, já mencionado; depois, o início da Guerra Fria, principalmente nos anos de 1946 a 1950, quando após breve interregno legal o PCB foi proscrito e voltou a ser perseguido; por fim, a crise de 1964, que levou ao golpe militar. Nos três períodos referidos, as atividades anticomunistas foram intensificadas, sendo que em 1937 e 1964 a “ameaça comunista” foi argumento político decisivo para justificar os respectivos golpes políticos, bem como para convencer a sociedade (ao menos parte dela) da necessidade das medidas repressivas contra a esquerda (MOTTA, 2002, p.22).

Após o golpe de 64, o anticomunismo, seguido de suas práticas, aparece como uma forma de proteção ao regime em vigência. Eram considerados comunistas, e conseqüentemente, terroristas, ladrões, subversivos, qualquer pessoa ou organização coletiva que discordasse ou ameaçasse os interesses do governo militares. Os mais perseguidos foram os estudantes e operários organizados, sindicalistas, artistas e intelectuais envolvidos em algum tipo de crítica ao governo, partidários de esquerda (sobretudo do PCB), e militantes de organizações clandestinas de esquerda, a exemplo dos membros da Corrente Revolucionária de Minas Gerais.

Dentre os articuladores do anticomunismo podemos destacar elementos sociais que vão desde empresários, políticos, intelectuais, religiosos, e principalmente militares, que a princípio suspeitavam de tudo e de todos. A polícia política era o instrumento desta elite, para a desarticulação de qualquer tipo de oposição, a principal encarregada da investigação e repreensão dos considerados suspeitos. Na parte da investigação, a polícia trabalhava em conjunto com os órgãos de informações e recebia considerável ajuda da figura dos informantes¹²⁸, que convencidos da “periculosidade” dos comunistas, colaboravam espontaneamente com a polícia política no Brasil.

Num trabalho sobre o imaginário anticomunista e o policiamento político, Assunção (2006), realiza um detalhado estudo sobre a definição de polícia política. A autora conclui que todas as fontes consultadas convergem para a mesma explicação que se tratava de uma polícia com a função de vigiar, controlar e reprimir aqueles que continham uma perspectiva de crítica ao regime capitalista em vigência. Como define Luiz Apolônio, autor do Manual de Polícia Política e Social, adotado pela Escola de Polícia de São Paulo em 1954:

A polícia política exerce sua missão em um largo raio de ação. Dentro do país zela pela manutenção da ordem político-social, pela segurança das instituições, da forma de governo e da segurança da autoridade, prevenindo e reprimindo as greves, atentados, agitações, conspirações, conjurações, revoluções, a propaganda e a disseminação das ideologias subversivas e dissolventes. Utiliza, em larga escala, agentes secretos em todos os setores onde eles se fizerem necessários. (Citado por ASSUNÇÃO, 2006, p.22).

Na definição de Antônio Dutra Ladeira, autor do *Manual de Organização e Práticas Policiais*, a polícia política:

¹²⁸ A respeito da figura do informante contribuinte ao regime civil-militar ver: MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. **A lógica da suspeição**: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 17, nº 34, p.203-220, 1997.

É a polícia do Estado que vela pela ordem, segurança e tranqüilidade públicas, exercendo ação preventiva e repressiva dos delitos contra a ordem política e social. Zela pela segurança do Estado e do regime político social, preservando os direitos e garantias individuais, e se empenham no sentido da integração social, com base na valorização dos esforços comunitários (LADEIRA, 1971, p. 355).

No Brasil, a polícia política começou a se constituir a partir da década de 1920, quando a ressalva contra os comunistas já estava intencionalmente propagada, em decorrência de fatos como a Revolução Russa de 1917, e com a “ameaça” de ideologias contrárias, sobretudo no meio operário, que neste momento recebia fortes influências de imigrantes anarquistas e comunistas. Portanto, a polícia política no Brasil, inclusive em Minas Gerais, nasceu com o intuito de combater às desordens políticas e sociais.

A ordem política é a que diz respeito à independência, soberania e integridade territorial da União. É a ordem prevista na Constituição da República, dos estados e nas leis orgânicas, que estabelecem a organização e as atividades dos poderes políticos. Em nome dessa ordem, e por meio de ações preventivas e repressivas, a polícia defendia o regime político estabelecido e o combate às ideologias subversivas. A ordem social, diz respeito aos direitos e garantias individuais e sua proteção civil e penal. São direitos do indivíduo a garantia da propriedade, a proteção da família e o trabalho. Tal ordem primava pela organização e funcionamento dos serviços públicos e de utilidade geral. Sendo assim, seria dever da polícia coibir as manifestações públicas que pudessem provocar desordem social, tais como greves, atentados e agitações. Nesse caso, a desordem social poderia se transformar em desordem política.

Apesar das tentativas de separação entre ordem política e ordem social, encontradas nas legislações e nos manuais de polícia, as delegacias e os departamentos criados para o policiamento político nos mostram uma forte imbricação entre as duas.

No estado de Minas Gerais, o policiamento político teve como marco inicial a criação da *Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social* em 1927, que possuía as seguintes atribuições: zelar pela existência política e segurança interna da República; garantir, por meios preventivos, a manutenção da ordem; vigiar quaisquer manifestações públicas e as ações de indivíduos perturbadores da ordem; manter vigilância sobre a ação de indivíduos filiados às modalidades de anarquismo e do comunismo; diligenciar a expulsão de estrangeiros que se tornarem perigosos; garantir o exercício dos direitos individuais e a

liberdade do trabalho; investigar os fatos referentes à violação das leis protetoras da vida e da integridade física das pessoas, e do estado civil; entre outros¹²⁹.

Em 1931 extinguiu-se a *Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social* e suas atribuições foram distribuídas entre duas novas delegacias: *Delegacia de Ordem Pública (DOP)* e *Delegacia de Segurança Pessoal*. As atribuições referentes à segurança pessoal foram transferidas para a *Delegacia de Segurança Pessoal* e as demais ficaram a cargo da *Delegacia de Ordem Pública*. Dessa maneira, esta ficou encarregada de todas as atribuições da antiga Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social, excetuando-se as seguintes: orientação a processos de acidente de trabalho, investigação de fatos referentes à violação das leis protetoras da vida e integridade física das pessoas. Além de ter mantido algumas das funções da delegacia extinta, a *Delegacia de Ordem Pública* recebeu as atribuições de investigação e processo dos crimes políticos¹³⁰.

Mediante o crescimento da disseminação das ideologias-anticomunistas, amplamente divulgada pelos Estados Unidos no contexto de Guerra Fria, a *Delegacia de Ordem Pública* sofreu uma reestruturação em 1954, aumentando suas atribuições. Seus serviços foram organizados em seções e delegacias visando o seu melhor funcionamento. Em 1956 foi transformada em *Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)*. Tal departamento foi dividido em três delegacias: Delegacia de Ordem Política e Social, Delegacia de Vigilância Especial e Delegacia de Fiscalização de Armas, Munições e Explosivos. Após 1956, o *Departamento de Ordem Política e Social* do Estado sofreu modificações em sua estrutura de funcionamento, no entanto manteve basicamente as mesmas atribuições.

Mesmo tendo sofrido muitas alterações estruturais e funcionais, é possível afirmar que o DOPS teve como principais atribuições prevenir, reprimir e punir os crimes políticos e sociais; controlar a entrada, permanência e saída de estrangeiros; vigiar e investigar manifestações públicas de caráter político; investigar e vasculhar a vida de integrantes de entidades consideradas perigosas, sobretudo o Partido Comunista Brasileiro; fiscalizar o uso e comércio de armas, munições e produtos químicos diversos; impedir, muitas vezes mediante a utilização de métodos escusos, a atuação política de quaisquer indivíduos defensores de ideologias contrárias ao regime político estabelecido; organizar e arquivar dossiês e

¹²⁹ **Guia de Fundos e Coleções do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais e Arquivo Público Mineiro, 2006.

¹³⁰ *Ibidem*.

prontuários de indivíduos e empresas suspeitas. O DOPS/MG foi extinto no ano de 1989.¹³¹ Vale destacar ainda que o *Departamento de Ordem Política e Social* funcionou também com o nome de *Delegacia de Vigilância Social* (DVS).

Portanto, o DOPS/MG foi um dos principais encarregados pelo policiamento político durante os governos militares no Estado de Minas Gerais e, conseqüentemente, responsável pela investigação, monitoramento e repressão dos grupos clandestinos em resistência ao regime, tal como aconteceu com a Corrente Revolucionária de Minas Gerais.

3.2. Reservado: o policiamento político sobre a CORRENTE

Devido ao grau de visibilidade de suas ações armadas, a CORRENTE passou a ser constantemente monitorada pelo policiamento político. Para apurar a estrutura e atuação da organização, o *Departamento de Ordem Política e Social* do Estado de Minas Gerais (DOPS/MG) instaurou oito inquéritos policiais militares, com o intuito de identificar e punir os seus integrantes, referentes ao assalto à Drogeria São Félix/as, no dia 25 de outubro de 1968¹³²; ao assalto à Boate 6 as 6, no dia 1 de dezembro de 1968¹³³; ao assalto ao Bar e Merceria São Vicente, no dia 14 de dezembro de 1968¹³⁴; ao assalto à empresa Itaminas Comércio de Minérios S/A e tentativa de assalto à pedreira em Belo Horizonte, no dia 20 de janeiro de 1969¹³⁵; ao roubo do Automóvel Simca, no dia 20 de março de 1969¹³⁶; ao assalto à Caixa Econômica Estadual, no dia 31 de março de 1969¹³⁷; ao assalto à Casa Tucano, no dia 1 de abril de 1969¹³⁸ e; por fim, um IPM referente ao próprio grupo: IPM CORRENTE¹³⁹.

Ao todo foram indiciadas 77 pessoas nos Inquéritos Policiais militares sobre a Corrente Revolucionária de Minas Gerais. Entretanto, é preciso ressaltar que nem todos pertenciam de fato à organização mineira. Alguns entraram nos inquéritos por manter algum

¹³¹ **Guia de fundos e coleções do Arquivo Público Mineiro.** Secretaria de Estado de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, 2006.

¹³² Fonte: APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0029.

¹³³ Fonte: APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0030.

¹³⁴ Fonte: APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0031.

¹³⁵ Fonte: APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0029.

¹³⁶ Fonte: APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0032.

¹³⁷ *Ibidem.*

¹³⁸ Fonte: APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0031.

¹³⁹ Fonte: APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0028.

tipo de relação com a CORRENTE, a exemplo do caso de Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, ambos dirigentes da Ação Libertadora Nacional¹⁴⁰.

Desses oitos inquéritos, sete foram instaurados para averiguar ações armadas específicas, e um para apurar a estrutura da organização. Eram constituídos pelos termos de perguntas aos indiciados, termos de inquirição das testemunhas, termos de perguntas aos ofendidos, autos de reconhecimentos e relatório final e conclusivo. Os relatórios finais dos inquéritos de uma ação armada específica eram constituídos de introdução, fatos delituosos ocorridos, análise sucinta do movimento comunista internacional e suas influências na estruturação de grupos subversivos no Brasil, estruturação da organização, análise jurídica das ocorrências, ação criminosa que motivou o inquérito, indiciados, pedido de prisão preventiva e conclusão. Já o relatório final do inquérito destinado a examinar a composição da CORRENTE, era formado por introdução, análise sucinta do movimento comunista internacional e suas influências na estruturação de grupos subversivos no Brasil, origem da organização, metas a alcançar e processos de atuação, intercâmbio com outros grupos revolucionários, área de atuação, aparelhos, munições, explosivos, estrutura, ações delituosas realizadas, imprensa clandestina oficializada, indiciados, prisões preventivas e conclusão.

¹⁴⁰ Acreditamos que citar tais nomes no IPM seria uma forma de justificar a abertura de dossiês sobre elas no DOPS/MG, já que nem mesmo atuavam diretamente no estado.

298

RELATÓRIO
(SUMÁRIO)

1. INTRODUÇÃO.
2. ANÁLISE SUCINTA DO MOVIMENTO COMUNITÁRIO INTERMUNICIPAL E /
SEUS INTERSSETORES DE FORMAÇÃO E ATIVIDADES DE GRUPOS SUB-
VERSIVOS CLANDESTINOS NO BRASIL.
3. O GRUPO REVOLUCIONÁRIO CLANDESTINO "CORRENTE"
 - a. Origem
 - b. Metas a alcançar e processos de atuação
 - c. Intercâmbio com outros grupos revolucionários
 - d. Áreas de atuação
 - e. Aparelhos
 - f. Armamento, munição e explosivos
 - g. Estrutura
 - h. Ações delituosas realizadas
 - i. Imprensa clandestina oficializada
4. INDICIADOS
5. PRISÕES PREVENTIVAS
6. CONCLUSÃO

FIGURA 19 – Capa do Relatório Final do IPM – CORRENTE. Fonte: APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0028, Imagem 345.

Cabe destacar que o encarregado dos IPM's era o Tenente-Coronel da Artilharia do Exército Manoel Alfredo Camarão de Albuquerque. No ano de 1969, o Tenente-Coronel serviu no 12º Regimento de Infantaria de Belo-Horizonte. Consta como um dos militares que cursou Escola das Américas na década de 1960 e atualmente se encontra na lista de denunciados por tortura¹⁴¹. Devido aos seus serviços prestados ao governo, foi condecorado com a Medalha do Pacificador¹⁴². Já o escrivão dos inquéritos era o Major da Polícia Militar João Teixeira Vicente, igualmente acusado de tortura durante a ditadura¹⁴³. Como testemunhas, além dos cidadãos que realmente presenciaram as ações armadas ou foram vítimas das mesmas, conseguimos identificar ainda os seguintes agentes da repressão: Sargento da PM/MG José Eustáquio de Almeida Praxedes, Capitão da PM/MG Pedro Ivo dos Santos Vasconcelos, 1º Sargento da PM/MG Leo Machado, 2º Sargento da PM/MG Alberto

¹⁴¹ Disponível em: <<http://www.documentosrevelados.com.br/nome-dos-torturadores-e-dos-militares-que-aprenderam-a-torturar-na-escola-das-americas/lista-dos-torturadores/>>. Acesso em: 21 maio 2013.

¹⁴² A medalha do pacificador foi instituída pelo Decreto nº 39.745, de 17-8-1955, para homenagear militares e civis, nacionais ou estrangeiros, que tenham prestado serviços ao Exército brasileiro, elevando o prestígio da Instituição ou desenvolvendo as relações de amizade entre o Exército Brasileiro e os de outras nações.

¹⁴³ Disponível em: <<http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/30395/civel-acao-indenizatoria-por-danos-morais-em-desfavor-da-uniao-federal>>. Acesso em: 21 maio 2013.

Lopes de Lisboa, Capitão da PM/MG Jésu do Nascimento Rocha, Subtenente da PM/MG Cócrane José de Paula, Capitão de Infantaria do Exército Hilton de Paula da Cunha Portela e 2º Tenente de Infantaria do Exército Marcelo Paixão de Araújo. Tudo leva a crer que as testemunhas não passavam de agentes que contribuía com os interrogatórios, muitas vezes realizados sob torturas. Na ação indenizatória por Danos Morais em desfavor da União Federal, solicitada por José Adão Pinto essa premissa pode ser confirmada. O militante alegou que entre os seus torturadores estava o Major da PM/MG João Teixeira Vicente, o Capitão da PM/MG Pedro Ivo dos Santos Vasconcelos, o Capitão da PM/MG Jésu do Nascimento Rocha, o Capitão do Exército Hilton de Paula da Cunha Portela e o Tenente do Exército Marcelo Paixão de Araújo. Trata-se do escrivão dos inquéritos e de suas testemunhas, respectivamente¹⁴⁴.

No ano de 1998 a Revista *Veja* (número 1576)¹⁴⁵ publicou ampla reportagem divulgando os acontecimentos sofridos por José Adão Pinto e seus colegas de cárcere. Embora o militante seja nominalmente citado junto com outras vítimas, a principal personagem da matéria é Marcelo Paixão de Araújo. No ranking dos torturadores feito pela revista, o Tenente Paixão aparece em primeiro lugar com 22 acusações, seguido pelo Delegado do DOPS/SP, Sérgio Paranhos Fleury (19 acusações), e as testemunhas dos inquéritos da CORRENTE, Capitão do Exército Hilton de Paula da Cunha Portela (18 acusações) e Capitão da PM/MG Pedro Ivo dos Santos Vasconcelos (17 acusações). Em 9º lugar, ainda consta o nome de outra testemunha dos IPM's da CORRENTE, o Capitão da PM/MG Jésu do Nascimento Rocha¹⁴⁶.

¹⁴⁴ Disponível: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/denuncias.asp?CodDenuncia=99>>. Acesso em: 07 mar.2013.

¹⁴⁵ Revista *Veja* nº. 1576, dezembro de 1998. Disponível em: <http://www.veja.abril.com.br/091298/p_044.html>. Acesso em: 07 maio 2013.

¹⁴⁶ Para produzir o ranking da tortura no regime civil-militar, a Revista *Veja* consultou os processos abertos contra os grupos de esquerda entre 1964 e 1979. No início dos anos 1980, os organizadores do livro *Brasil: Nunca Mais* conseguiram fotocopiar todos os 707 processos, hoje guardados no arquivo pessoal do reverendo Jaime Wright, da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil. Na casa do reverendo, em Vitória, no Espírito Santo, a Revista examinou os processos. Nessa leitura, anotaram-se quantas vezes cada acusado de tortura aparecia. Assim, chegou-se à lista dos principais torturadores da ditadura. A lista de acusações não significa que o ex-tenente Marcelo Paixão de Araújo, número 1 da relação, seja o maior torturador do Brasil, nem que os três militares que comparecem em último lugar, com três acusações cada um, tenham sido pouco ativos nos porões. Isso porque havia torturadores que usavam capuz ou codinome, para dificultar a identificação. E, dos 7.367 presos interrogados nos 707 processos abertos pela Justiça Militar, apenas 1.843, o que equivale a cerca de 25% do total, acusaram algum agente de tortura. Os demais presos que não denunciaram ninguém, podem não ter sido torturados, mas também podem ter passado por sessões de suplício, porém, temendo pela própria vida, preferiram silenciar sobre seus algozes. Por fim, sabe-se que dezenas de presos entraram no porão e saíram mortos e há ainda uma centena de "desaparecidos políticos", gente que jamais pôde incriminar o torturador.

Em entrevista a Otávio Luiz Machado, o militante Marco Antônio Victória Barros também alega ter sido torturado pelo Capitão Hilton de Paula da Cunha Portela, o que reforça nossa hipótese¹⁴⁷.

Os agentes repressivos agiam em conjunto e pertenciam a distintos órgãos policiais, tais como: Polícia Militar, Exército e DOPS. Desta forma, os presos políticos, muitas vezes, eram obrigados a passar por uma peregrinação prisional, a fim de ser interrogados por tais órgãos, além do cumprimento da pena.

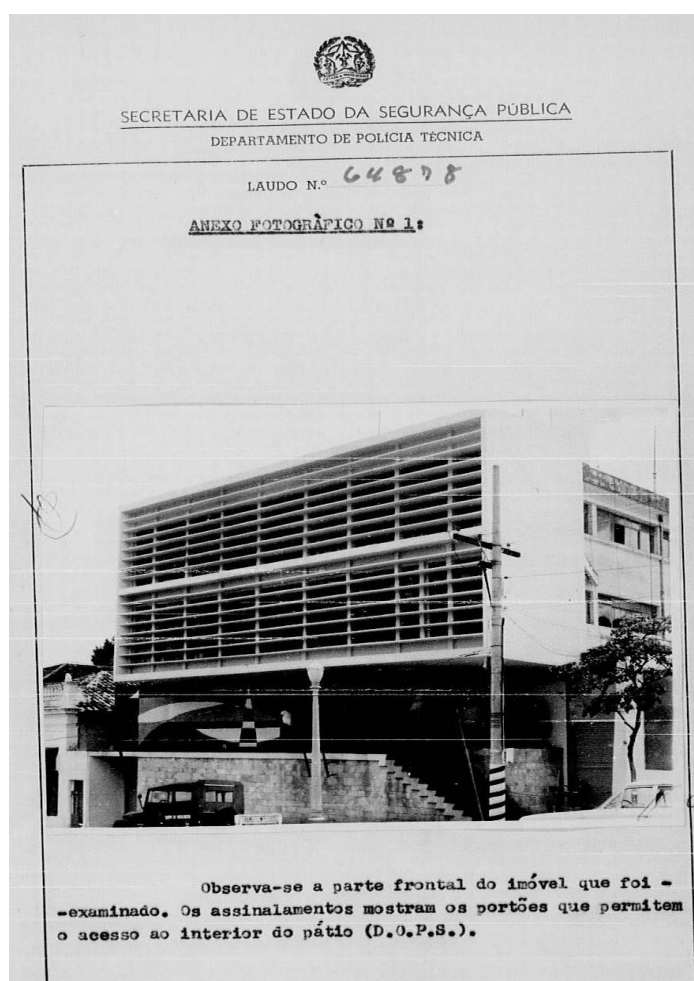


FIGURA 20 – Prédio onde funcionava o antigo DOPS/MG, localizado na Avenida Afonso Pena, nº 2.351, região centro-sul de Belo Horizonte. Fonte: APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 0055, Pasta 4163, Imagem 50.¹⁴⁸

¹⁴⁷ BARROS. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. Niterói (RJ), 25 jan. 2003.

¹⁴⁸ No período da ditadura, o prédio, onde atualmente abriga o Departamento de Investigação Antidrogas da Polícia Civil, era o principal centro da repressão política de Minas Gerais. No dia 16 de outubro de 2013, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte se reuniu e aprovou o tombamento do imóvel. De acordo com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (Sedese), no local ainda é previsto a instalação do Memorial dos Direitos Humanos de Minas Gerais.

Em relação aos Inquéritos Policiais Militar, o primeiro ponto a ressaltar é a denominação que a Corrente Revolucionária de Minas Gerais recebia do DOPS/MG:

(...) entidade ilegal que se propunha a obter a derrubada do governo por intermédio da luta armada, com a finalidade de implantar um Estado Socialista chefiado por uma Ditadura do Proletariado, nos moldes ditados pela doutrina comunista (...) ¹⁴⁹.

Em outro ponto do inquérito, a organização foi caracterizada como uma “organização clandestina de origem marxista leninista partidária de uma ação mais violenta adepta da tática adotada na Revolução Cubana” ¹⁵⁰.

Sendo assim, em meio às tais caracterizações, a CORRENTE foi vigiada tanto no movimento de massa, quanto nas ações armadas. Em relação aos setores de massa é visível a preocupação do DOPS/MG com a imprensa clandestina. A respeito do jornal *1º de Maio*, o DOPS/MG tinha a seguinte perspectiva:

Este órgão de imprensa clandestina tinha a finalidade de produzir o descontentamento da massa operária da Cidade Industrial, situada no município de Contagem, próximo a Belo Horizonte.

Vários números foram produzidos e distribuídos, alcançando grande repercussão entre os milhares de operário da Cidade Industrial.

Seus textos procuravam criar um ódio entre empregados e patrões, sempre ressaltando a necessidade da greve como meio de pressão ¹⁵¹.

Em relação ao panfleto *Faísca*, distribuído entre os servidores públicos, o Departamento de Polícia política também registrou sua opinião.

Trata-se de um pequeno jornal, tipo boletim, que era redigido, impresso e distribuídos por militantes do setor dos servidores (Prefeitura de BH) da “CORRENTE”; tendo à frente GILNEY AMORIM VIANA e MONIR TAHAN SAB, que eram assessorados por LÍVIO LOPES e DEMÉTRIO DA ROCHA RIBEIRO.

Vários números do jornal em aprêço foram produzidos e distribuídos entre funcionários da Prefeitura de Belo Horizonte, bem como nos mais diversos meios de servidores públicos e operários.

Pela simples vista dos exemplares que acompanham o presente inquérito pode-se ter a ideia do propósito dos seus escritos, bem assim da repercussão causada nos seios da classe operária e de servidores ¹⁵².

¹⁴⁹ APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0029-1, Imagens 12 e 13.

¹⁵⁰ APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0029, Imagem 006.

¹⁵¹ APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0028, Imagens 363 e 364.

¹⁵² APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0028, Imagem 364.

Segundo o DOPS/MG, o movimento de massa tinha o objetivo de insuflar a greve, fazer propaganda difamatória contra o governo, gerar a subversão comunista e recrutar novos elementos para a luta armada, motivos de extrema periculosidade que deveriam ser recriminados.

Logo, as ações violentas empreendidas pela organização mineira intensificaram ainda mais o monitoramento e repressão da polícia política. No que diz respeito à luta armada, para o DOPS/MG, a grande influência da esquerda nacional e, sobretudo, da CORRENTE, foi Carlos Marighella. Para ilustrar a postura da CORRENTE em conformidade com Marighella, o Departamento cita no IPM instaurado para apurar a estrutura da organização, trecho de uma carta enviada por este guerrilheiro ao ex-almirante Cândido de Aragão.

(...) É chegado o momento de fazer a coleta dos fundos, comprar e capturar armas e munições, fabricá-las clandestinamente, selecionar e adestrar combatentes, preparar médicos e enfermeiros, recolher remédios, roupas, calçados e alimentos, estabelecer o apóio logístico à guerrilha. (Os grifos são do próprio DOPS/MG) ¹⁵³.

E prontamente afirma: A “CORRENTE”, em particular, originou-se e pautou suas atividades em perfeita consonância com a estratégica e a tática acima indicada” ¹⁵⁴.

Em seguida, o DOPS/MG apresenta fragmentos do documento que define a estratégia revolucionária da CORRENTE, *Orientação básica para atuação: 20 pontos*.

A tomada do poder pelas forças revolucionárias e a destruição do aparelho do Estado burguês-latifundiário só podem ser realizadas através da luta armada. No curso do processo revolucionário será necessário combinar várias formas de lutas de massas, pacíficas e armadas, legais e ilegais. Todas as demais formas de lutas devem servir ao desenvolvimento da luta armada e não lhe constituir obstáculo ¹⁵⁵.

As condições do Brasil indicam que a guerra de guerrilha é a mais adequada para começar a desenvolver a luta armada popular e para criar o núcleo inicial do exército revolucionário (...) ¹⁵⁶. (Os grifos são do próprio DOPS/MG).

A fim de relacionar a Corrente Revolucionária de Minas Gerais à imagem da OLAS, o DOPS mineiro ainda destaca e explora outro ponto do documento.

¹⁵³ APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0028, Imagem 351.

¹⁵⁴ *Ibidem*.

¹⁵⁵ APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0028, Imagem 352.

¹⁵⁶ APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0028, Imagem 355.

A Revolução Brasileira é parte integrada da Revolução Socialista Mundial e da Revolução Latino-Americana, devendo conjugar-se, sob a bandeira da OLAS, à luta revolucionária que os povos irmãos da América travam contra o inimigo comum ¹⁵⁷. (Os grifos são do próprio DOPS/MG).

No que diz respeito à análise do movimento comunista internacional e suas influências na estruturação de grupos clandestinos no Brasil, o DOPS/MG é categórico em afirmar que as organizações de esquerda obedeceram a uma liderança de sentido universal, divididas entre as tendências da URSS ou da China, que buscavam um objetivo comum: “promover, no país, a derrubada do atual regime, através da subversão e da destruição das intuições democráticas” e, “implantar o regime comunista, levando o país para a órbita de MOSCOU ou de PEQUIM” ¹⁵⁸. Posteriormente, o DOPS/MG afirmaria que além do comando superior de Moscou ou Pequim, dois acontecimentos constituíram o estopim para o surgimento de várias organizações de esquerda pelo Brasil: a 1º Conferência da OLAS e a divulgação das teses foquistas de Jules Régis Debray.

A reprodução de trechos do documento *Orientação básica para atuação: 20 pontos* no IPM evidencia a intenção da polícia política em reforçar a imagem da CORRENTE como um grupo subversivo e radical, a fim de fundamentar o monitoramento e a repressão sob a organização.

Outro fator bastante abordado nos inquéritos policiais é sobre o intercâmbio da CORRENTE com outras organizações de esquerda. Uma preocupação do sistema de investigação e do policiamento político foi tentar detectar uma possível união dos grupos clandestinos de esquerda que se opuseram ao regime. O questionamento sobre a ligação da CORRENTE com o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e o *Grupo Marighella*, denominação que recebia a ALN, era fator constantes nos inquéritos. Para o DOPS/MG, essa relação se constituía no apoio financeiro e na troca de militantes. Vale ressaltar também, que nos depoimentos e interrogatórios, quase sempre buscavam chegar a outro grupo ou a um guerrilheiro específico. Um momento comum entre os interrogatórios dos membros da CORRENTE foi o questionamento sobre o paradeiro de Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, devido à estreita relação do grupo mineiro com a Ação Libertadora Nacional (ALN). Dessa forma, a caça ao inimigo nº 1 do regime civil-militar intensificou o monitoramento e repressão sob a organização mineira.

¹⁵⁷ APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0028, Imagem 352.

¹⁵⁸ APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0028, Imagem 347.

Com o intuito de desestruturar a logística da organização e prender os seus militantes, o DOPS/MG monitorou e desapropriou os imóveis utilizados como aparelhos da CORRENTE. No decorrer das investigações foram identificados aparelhos em várias regiões do estado: Rua Jarí, n.º. 53, Bairro Renascença, Belo Horizonte; Rua Padre Eustáquio, n.º. 2914, Bairro Padre Eustáquio, Belo Horizonte; Rua Icaraí, n.º. 449, Bairro Caiçaras, Belo Horizonte; Rua Guandu, n.º. 117/B, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte; Travessa do Rubim, n.º23, Teófilo Otoni; Rua Castro Alves, n.º. 34, Governador Valadares; e, Rua B.A., Freitas, n.º. 358/A, Montes Claros. Além desses, foi localizado também um aparelho em Vitória da Conquista, no sul da Bahia ¹⁵⁹. Todo o material encontrado no interior dos aparelhos mencionados foi apreendido, por se tratar de bens pertencentes a uma organização clandestina. Dentre esses, destacam-se os materiais bélicos (armamento, munições e explosivos) que eram obtidos através de compras ou roubos para a realização das ações armadas (Ver no anexo V a lista dos materiais bélicos apreendidos).

Por último, em relação aos inquéritos policiais militares, vale destacar as principais legislações que fundamentaram o indiciamento dos militantes da CORRENTE. Os governos militares buscaram criar aparatos jurídicos com o intuito de legitimar a fiscalização e repressão aos grupos de esquerdas e aos cidadãos com postura contrária aos valores políticos estabelecidos. A maioria dos militantes da organização mineira foi indiciada no Art. 21 do Decreto-Lei 314, de 14 de março de 1967. Tal decreto “define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências” ¹⁶⁰. Insere-se neste artigo a pessoa que “tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou de indivíduo” ¹⁶¹. O artigo propõe uma pena de 4 a 12 anos de reclusão. Já o militante que foi indiciado também por alguma ação armada foi sujeito a uma pena-reclusão adicional de 2 a 4 anos em razão do Artigo 23 do mesmo Decreto: “Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva” ¹⁶². A CORRENTE contou ainda com militantes enquadrados no inciso I do Artigo 43. Tal inciso determina circunstância agravante o indiciado que for “agente militar ou funcionário público, a êste se equiparando o empregado de autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista” ¹⁶³.

¹⁵⁹ Fonte: APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0028, imagem 362.

¹⁶⁰ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 fev.2013.

¹⁶¹ *Ibidem*.

¹⁶² *Ibidem*.

¹⁶³ *Ibidem*.

O Decreto-Lei 510, de 20 de março de 1969, alterou dispositivos do Decreto 314, e deu outras providências. Do Decreto 510, grande parte dos integrantes da CORRENTE foi indiciada no Artigo 36, que incrimina quem “constituir, filiar-se ou manter organização de tipo militar, de qualquer forma ou natureza, armada ou não, com ou sem fardamento, com finalidade combativa”¹⁶⁴. Nesse caso, institui-se uma reclusão de 1 a 3 anos para “os cabeças”, reduzida à metade para os demais. Aos militantes inseridos no movimento de massa foi aplicado o artigo 39 do diploma legal acima citado, que versa e penaliza os indivíduos responsáveis pela difusão de propagandas “subversivas”. Deste artigo foram destacados nos IPM’s os incisos I, II e IV, que descreve e condena:

I - a utilização de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda da guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária;

II - o aliciamento de pessoas nos locais de trabalho ou ensino;

IV - a greve proibida.¹⁶⁵

Vale ressaltar que, os inquéritos policiais militares produzidos pelo DOPS/MG e aqui destacados, alimentaram as informações da CORRENTE no ORVIL. Além dos depoimentos coletados durante os interrogatórios dos presos, a elaboração do ORVIL contou com informações pesquisadas em informes (documento típico da área de informações), documentos das operações propriamente ditas e informações em relatórios periódicos.

A análise sobre a CORRENTE no ORVIL parte do VI Congresso do PCB, ocorrido em novembro de 1967, momento em que a organização mineira se configurou como dissidência do seu partido matriz. Para explicitar o objetivo da CORRENTE, os redatores do ORVIL (analistas de informação), utilizaram trechos do documento *Orientação básica para atuação: 20 pontos*:

(...) a Corrente – como ficou conhecida a nova organização – estabelecia como objetivo estratégico imediato da revolução brasileira “a destruição do aparelho burocrático-militar do Estado burguês-latifundiário e a sua substituição por um governo popular revolucionário”¹⁶⁶.

¹⁶⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10510.htm>. Acesso em: 13 fev.2013.

¹⁶⁵ *Ibidem*.

¹⁶⁶ Projeto ORVIL, p. 115.

Uma questão bastante enfática no ORVIL são as relações estabelecidas entre a CORRENTE e outros grupos de esquerda. A comparação da organização mineira com o Agrupamento Comunista de São Paulo (AC/SP) – futura ALN – é fator comum no documento.

Tal relação é abordada a partir das divergências e semelhanças entre ambas. Ao mesmo tempo em que é apontada uma aproximação – no que diz respeito à prática revolucionária –, é tratada como divergência a posição da CORRENTE em relação à necessidade de estabelecer um partido. Para exemplificar essa postura da organização mineira, mais uma vez foi utilizado o *Orientação básica para atuação: 20 pontos*¹⁶⁷. No entanto, é preciso lembrar que a CORRENTE só manteve a estrutura de partido em um primeiro momento, posteriormente se portou como uma organização político-militar desgarrada da estrutura partidária. Isso nos leva a crer que a análise produzida no ORVIL foi baseada somente no documento base da CORRENTE, sem a mínima preocupação em compreender a postura real da organização ao longo de sua existência.

Ainda no que diz respeito à relação da CORRENTE com o Agrupamento Comunista de São Paulo, são assinalados no ORVIL os treinamentos oferecidos pelo segundo grupo ao primeiro, além da troca de militantes entre os dois e a presença de militantes da organização mineira na direção do AC/SP. De acordo com o documento, essa relação caracterizou a organização mineira como uma extensão, em Minas Gerais, do movimento liderado por Carlos Marighella, o que não é verdade, pois como já foi salientado, a CORRENTE se pautou como uma organização autônoma.

Um fato curioso que não se encontra nos inquéritos policiais militares, é um possível plano da CORRENTE em tentar desorientar a polícia política na distinção dos grupos COLINA e CORRENTE. De acordo com o ORVIL, no início de 1969, a CORRENTE planejou uma série de ações sucessivas visando intranquilizar a população e desmoralizar as autoridades militares. O plano constava da atuação de 5 grupos que, durante 17 dias, realizariam atos terroristas, roubos de armas em delegacias, telefonemas ameaçadores às autoridades, tiros em carro de polícia, pichações etc. Nas pichações seriam utilizadas a sigla COLINA, visando referenciar as ações empreendidas anteriormente por esta organização e manter as autoridades desorientadas a respeito da existência da CORRENTE. Contudo, não conseguimos identificar se de fato o plano existiu e se foi executado, apesar de o ORVIL nos informar:

¹⁶⁷ Trata-se do ponto 16 do referido documento, já retratado na página 47.

A trajetória de crimes e de terror da Corrente foi interrompida a partir de 10 de abril de 1969, como resultado da ação perseverante do órgão de segurança. A Corrente, até então confundida com o COLINA, foi completamente desbaratada com a prisão de 17 militantes, incluindo o seu principal líder, Mário Roberto Galhardo Zanconato (Xuxu)¹⁶⁸.

Em relação à atuação da CORRENTE, tanto no movimento de massa quanto na luta armada, o ORVIL não traz muitas informações por nós desconhecidas, motivo pelo qual não entraremos em detalhes quanto a esta questão.

Já em relação ao desmonte da organização o documento destaca a prisão dos grupos que atuavam em Juiz de Fora e Governador Valadares. Por último, o ORVIL credita a extinção da CORRENTE ao isolamento perante as massas, à clandestinidade e às ações de banditismo: a “necessidade de realizar ações de banditismo, com a finalidade de sustentar uma estrutura clandestina, despreocupando-se do apoio das massas, levaria a Corrente ao isolamento e à destruição”¹⁶⁹.

Enfim, o aparecimento do ORVIL demonstrou que ainda há muito que ser revelado sobre os tempos de ditadura civil-militar (1961-1985). Longe de ser a última palavra, este importante documento traz uma visão essencialmente militar, de uma história de múltiplas facetas, dos grupos de esquerda atuante no período, como a Corrente Revolucionária de Minas Gerais.

Através da documentação produzida pelo DOPS/MG e pelo Projeto ORVIL, conseguimos perceber como a CORRENTE foi eficientemente monitorada pelo aparato repressivo da ditadura civil-militar. Com isso, as estratégias e ações da organização mineira, que alimentavam a repulsa anticomunista da polícia política, foram fortemente reprimidas. O que para as organizações de esquerda era companheirismo, atuação, expropriação, rapto e repressão; para o policiamento político era comunismo, subversão, assalto, sequestro e manutenção da ordem. E foi justamente em cima destas caracterizações que a Corrente Revolucionária de Minas Gerais foi “eficazmente” contida, em nome da “segurança nacional”.

¹⁶⁸ Projeto ORVIL, p. 323.

¹⁶⁹ Projeto ORVIL, p. 251.

3.3. Manchete: A CORRENTE nas bancas de jornal

Ao analisar os jornais *Estado de Minas* e *Diário da Tarde* buscamos perceber como a imprensa divulgava as ações, principalmente armadas, da Corrente Revolucionária de Minas Gerais. Seriam reconhecidas como ações políticas ou meramente tratadas como crimes comuns? A análise também nos permitiu identificar como a polícia política retratava tais ações perante a população, já que a imprensa sempre buscava a avaliação e esclarecimentos das autoridades perante um crime. O que levaria um assalto a ser identificado pela polícia como um crime político? Teria sido a CORRENTE propagada como uma organização comunista e subversiva que objetivava derrubar o governo, ou a identidade e ideologia de seus integrantes foi negligenciada a fim de preservar as investigações ou, quem sabe, camuflar o movimento de resistência ao regime civil-militar? É o que veremos nas páginas que seguem.

A primeira empreitada armada da CORRENTE noticiada pela imprensa mineira foi a ação contra a Drogaria São Felix, ocorrida em 25 de outubro de 1968. Já no dia seguinte ao ocorrido, o *Estado de Minas* veiculou a seguinte manchete: “Seis homens com metralhadoras assaltam farmácia e levam milhões”¹⁷⁰. O grande destaque da notícia foi o suposto montante levado pelo grupo na ação. De acordo com a reportagem, os assaltantes levaram uma quantia de aproximadamente três milhões de Cruzeiros antigos, um número bem superior ao registrado pela polícia política. De acordo com o IPM produzido pelo DOPS/MG para averiguar o caso, a CORRENTE angariou uma quantia aproximada de dois mil trezentos e vinte Cruzeiros Novos (2.320,00) com a ação. Outro ponto a ressaltar neste impasse de informação entre o jornal e o IPM é a unidade monetária utilizada. Enquanto o *Estado de Minas* fala em Cruzeiros antigos o DOPS/MG utiliza Cruzeiros Novos para informar a quantia do roubo. Nesse caso, podemos afirmar que o DOPS/MG está em conformidade com o Decreto-Lei 01/65, o qual embasa a modificação da moeda brasileira para Cruzeiro-Novo, o que ocorreu a partir de 13 de fevereiro de 1967.

O *Estado de Minas*, datado de 27 de outubro de 1968, chama a atenção para a omissão de soldados na fuga dos ladrões da Drogaria São Felix. Segundo a reportagem, um advogado que perseguia os assaltantes solicitou ajuda a dois soldados que encontrara pelo caminho, no entanto, enquanto um soldado alegou que estava terminando o expediente, o outro informou

¹⁷⁰ Jornal *Estado de Minas*, 26 de outubro de 1968, p. 16, consultado em microfilme no Arquivo Público Mineiro.

que iria tomar um café. Ademais, o *Estado de Minas* utilizou o assalto à Drogaria São Félix para ratificar a falta de policiamento no centro de Belo Horizonte, devido ao reduzido numerário de guarda civil e de viaturas para patrulhar a cidade. Cabe salientar ainda, que na cobertura do assalto, a polícia informou que emitiu ordem ao chefe de plantão do Departamento de Trânsito para obstruir as barreiras rodoviárias, a fim de apreender um Sinca preto, o carro utilizado pelos assaltantes durante a ação. Detalhe: os ladrões fugiram a pé, devido a um problema mecânico no carro. A rota de fuga dos ladrões teve início na Avenida Amazonas, seguindo pela Rua São Paulo, Tupis, Afonso Pena (Avenida), Bahia e Praça Rui Barbosa, tal como demonstra o roteiro da fuga elaborado pelo Departamento de Arte dos Diários dos Associados, de acordo com as indicações do advogado que seguiu o grupo de assaltantes.

Omissão de soldados facilitou fuga dos ladrões da São Félix

Assaltantes da Drogaria São Félix foram perseguidos pelo advogado Elionil Espírito Santo até a Praça Rui Barbosa, quando desapareceram nas imediações da "gare" da Central do Brasil. O assalto foi praticado com calma e a fuga, a pé, revelou a tranquilidade dos seis assaltantes da drogaria. O advogado prestou declarações ao delegado Luigi de Freitas e forneceu detalhes sobre o seu trabalho para localizar um policial no roteiro da fuga dos ladrões. A resposta do militar foi a de que estava deixando o serviço e não iria auxiliá-lo. Outro soldado, na Praça Rui Barbosa, negou-se a prender os assaltantes que estavam sendo perseguidos pelo advogado. O policial foi tomar um café em bar situado naquele logradouro público, depois do que os ladrões não foram mais vistos.

Elionil Espírito Santo deixou a casa de sua noiva e, ao passar pela Drogaria "São Félix", (av. Amazonas, 709), observou que alguns rapazes tentavam empurrar um carro. Chegou a caminhar em direção ao veículo a fim de ajudá-los. Os ladrões resolveram, porém, abandonar o carro e o local, a pé. Caminharam uns 50 metros e ganharam a rua São Paulo. Eram seis jovens, todos trazendo capas de "shantung" e botinas. O advogado enumerou para o delegado a sua preocupação em prender os

e Samuel Matosinhos anotaram o roteiro da fuga e comunicaram as viaturas da Rádio Patrulha as observações feitas pelo advogado.

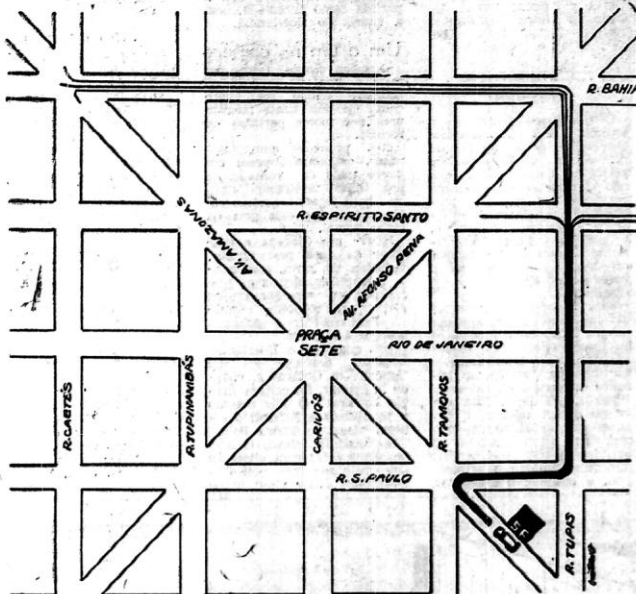
Cidades sem policiamento

O assalto à Drogaria "São Félix" revelou a falta de policiamento nas ruas centrais de Belo Horizonte e a omissão de dois soldados da PMMG, que não quiseram "colaborar" com o perseguidor dos assaltantes. Os ladrões fugiram pelo centro da cidade não tendo o advogado encontrado nenhum guarda civil para ajudá-lo. A Guarda Civil não está com o efetivo completo, nem a Rádio Patrulha dispõe de viaturas para patrulhar a cidade. Após o alarme, quatro carros da RP entraram em ação. Não tiveram êxito na captura dos ladrões.

O roteiro da fuga aos assaltantes, revelado pelo advogado, é um retrato de corpo inteiro da situação da Polícia Civil, que não tem guardas nem viaturas para reprimir o crime. Os ladrões revelaram calma na fuga. Não se perturbaram com o defeito do carro e saíram a pé, passando pelo centro da cidade, às 23 horas. Não havia polícia para prender os seis homens do assalto à Drogaria "São Félix".

Transeunte dominado

Antônio Luiz Boas, postalista aposentado, passava pelo



Seis assaltantes, autores do roubo na Drogaria "São Félix" "destilaram" pelo centro da cidade. O advogado Elionil teve forte decepção ao pedir a ajuda de dois soldados da PMMG, que se negaram a auxiliá-lo. A rota da fuga dos ladrões teve início na avenida Amazonas, seguindo pela rua São Paulo, Tupis, Afonso Pena, Bahia e Praça Rui Barbosa. O desenho de Cristiano, do Departamento de Arte dos "Diários Associados" foi feito de acordo com as indicações do advogado que perseguiu os ladrões, na noite de anteontem.



O gerente da Drogaria "São Félix", José Vieira da Silva abriu o cofre, ameaçado por uma metralhadora

FIGURA 21 – Notícia do *Estado de Minas* de 27 de outubro de 1968 referente à fuga dos assaltantes da Drogaria São Félix. Fonte: *Jornal Estado de Minas*, 27 de outubro de 1968, p. 16, consultado em microfilme no Arquivo Público Mineiro.

Já o jornal *Diário da Tarde* noticiou o assalto à drogaria da seguinte forma: “Gang da metralhadora no assalto à Drogaria”¹⁷¹. No decorrer da notícia, o jornal informa que os cinco homens armados de metralhadora e armas automáticas, trajando capa de nylon preta, boina, óculos escuros e luvas, não pareciam ser assaltantes profissionais. O que chama atenção é que o *Diário da Tarde* salienta que o assalto foi executado por cinco homens, uma vez que o *Estado de Minas* alega ser seis o número de assaltantes que participaram do roubo. De acordo com o IPM referente ao caso, enquanto cinco homens adentraram a Drogaria para efetuar a ação, um permaneceu na porta do estabelecimento para fazer a segurança do grupo e outro aguardou dentro do veículo com o intuito de facilitar a fuga. Portanto, no IPM são apontados sete assaltantes ao todo. No mais, a reportagem do *Diário da Tarde* não traz muitas informações adicionais às do *Estado de Minas*, a não ser o roubo do carro utilizado na ação da Drogaria. Segundo a reportagem, o carro foi roubado no cruzamento da Avenida Amazonas com Avenida Barbacena, e logo após o roubo deu defeito em sua embreagem, fato que se repetiria na fuga do grupo após o assalto a Drogaria São Felix.

Em relação ao caso da Drogaria São Felix, tanto o *Estado de Minas* quanto o *Diário da Tarde* não cogitaram hora alguma a possibilidade de o assalto ser um crime político. Da mesma forma a polícia, que na ocasião, tratou o assalto como um crime comum. Vale lembrar que o assalto à drogaria São Felix foi a primeira investida armada da Corrente Revolucionária de Minas Gerais, e que não contou com distribuição de nenhum tipo de propaganda, o que talvez explique o desconhecimento da polícia política em relação ao objetivo prático e ideológico da ação.

O segundo assalto efetuado pela CORRENTE foi na Boate 6 as 6, localizada na Avenida Nossa Senhora do Carmo, número 1400, no dia 01 de dezembro de 1968. No dia 03 de dezembro do respectivo ano, o *Estado de Minas* veiculou que a “quadrilha que assaltou a boate ameaça agir contra os motéis”¹⁷². Um cliente do estabelecimento noturno declarou à polícia que ouviu de um dos assaltantes que era a hora de assaltar os motéis, pois teria muito dinheiro. Na notícia, ainda foi informado o valor do roubo, um milhão de Cruzeiros antigos, além de relógios, joias e o carro de um cliente. Mais uma vez os dados são incoerentes com as informações obtidas no IPM produzido pelo DOPS/MG, o qual assinala que o roubo da boate

¹⁷¹ Jornal *Diário da Tarde*, 26 de outubro de 1968, p. 01, consultado na Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais.

¹⁷² Jornal *Estado de Minas*, 03 de dezembro de 1968, p. 07, consultado em microfilme no Arquivo Público Mineiro.

rendeu aos assaltantes uma quantia aproximada de oitocentos Cruzeiros Novos, além dos outros objetos também descritos pelo jornal. Por último, o *Estado de Minas* chamou a atenção para as descrições físicas dos assaltantes, informadas pela clientela da boate:

Uma jovem morena, vestindo mini-saia vermelha, de aproximadamente 20 anos, que tem cerca de 1,66 metros, com voz grossa – de mulher que fuma muito (...);

Moreno pardo, baixo, usando óculos escuro e magro, usava um revólver que seria calibre 45 (...);

Moreno Pardo, mais claro que o segundo ladrão, forte, de 1,77 metros mais ou menos e usava óculos;

O único preto, medindo aproximadamente 1,72 metros (Jornal *Estado de Minas*, 03 de dezembro de 1968, p. 07).

Contudo, foram descritas as características físicas de apenas quatro pessoas, uma vez que o DOPS/MG identificou cinco assaltantes no caso da boate.

Outro jornal que noticiou o assalto à casa de entretenimento foi o *Diário da Tarde*, o qual retratou, em sua capa do dia 02 de dezembro de 1968, a seguinte manchete: “O terror do assalto na boate”¹⁷³.

¹⁷³ Jornal *Diário da Tarde*, 02 de dezembro de 1968, p. 02, consultado na Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais.



FIGURA 22 – Manchete de Capa do *Diário da Tarde* de 02 de dezembro de 1968 referente ao assalto a Boate 6 as 6. Fonte: *Jornal Diário da Tarde*, 02 de dezembro de 1968, p. 02, consultado na Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais

Na página 15 do mesmo número é destacada a figura de uma mulher no comando da ação contra a boate: “Uma mulher comanda o assalto”¹⁷⁴. Na edição posterior do jornal, o dono do estabelecimento salienta que “a mulher que comandou o assalto é de baixa classe, do tipo das que frequentam a Praça Raul Soares”¹⁷⁵. Além disso, insinua que “a mulher é amante de um dos bandidos”¹⁷⁶ e que “o casal deve ser ladrão profissional, que contratou três pistoleiros para matar para eles”¹⁷⁷. Após o assalto, o dono da boate chamou a atenção do porteiro, por ter permitido a entrada do bando de assaltantes, alegando que em sua casa de

¹⁷⁴ *Jornal Diário da Tarde*, 02 de dezembro de 1968, p. 15, consultado na Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais.

¹⁷⁵ *Jornal Diário da Tarde*, 03 de dezembro de 1968, p. 09, consultado na Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais.

¹⁷⁶ *Ibidem*.

¹⁷⁷ *Ibidem*.

entretenimento só frequentam pessoas selecionadas e de gabarito. No entanto, o que mais chamou a atenção na cobertura do *Diário da Tarde* sobre o assalto foi o questionamento de a ação ter sido de cunho político, mesmo sendo destacado que a boate fica nas proximidades do Morro do Papagaio, “esconderijo de muitos ladrões”¹⁷⁸. Prontamente, a matéria traz a opinião de alguns policiais sobre o crime. Enquanto policiais do DOPS acreditavam que a ação foi realizada sob a justificativa política, os policiais da *Delegacia de Furtos e Roubos* afirmavam: “não passam de ladrões comuns, que estão aproveitando a onda de assalto atribuído a terroristas”¹⁷⁹.

De acordo com o *Estado de Minas*, o roubo da pedreira em Ibitaré, de propriedade da Firma Itaminas - Comércio de Minérios e Metais, ocorrido no dia 20 de janeiro de 1969, também foi investigado pela polícia política, mais precisamente pela *Delegacia de Vigilância Social*, na figura do Delegado Tacyr Omar Menezes Sia. Na notícia veiculada dia 22 de janeiro, o jornal destaca o empenho da polícia em capturar os ladrões, pois estariam munidos de 40 kilos de materiais explosivos roubados da pedreira. Vale ressaltar que a técnica de explosivos vinha sendo empregada por outras organizações de esquerda espalhadas pelo país, o que explica a preocupação policial. Na reportagem ainda é referenciada a tentativa de assalto à pedreira de Belo Horizonte e o furto do carro (Camionete Modelo C-14-16) utilizado nas ações. Por último, diferentemente da polícia, o jornal credencia o assalto da pedreira à tal “gang da metralhadora”¹⁸⁰, a qual teria assaltado também o Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A e o Banco Mercantil de Minas Gerais S/A, ambos em Sabará. Vale ressaltar que os assaltos ao Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A e ao Banco Mercantil de Minas Gerais S/A ocorreram no dia 14 de janeiro de 1969 e foram efetuados pelo grupo Comando de Libertação Nacional (COLINA). Ao que tudo indica, até mesmo pela ausência de qualquer uso de propaganda ou autoria do crime, a imprensa mineira, até este momento, não conseguia distinguir crimes comuns de ações armadas de cunho político, muito menos diferenciar as organizações clandestinas que atuavam no estado¹⁸¹.

Já no dia 06 de fevereiro de 1969, o *Estado de Minas* divulgou a ação da CORRENTE contra o Banco de Minas Gerais com a seguinte manchete: “Quadrilha armada assalta banco

¹⁷⁸ Jornal *Diário da Tarde*, 02 de dezembro de 1968, p. 15, consultado na Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais.

¹⁷⁹ *Ibidem*.

¹⁸⁰ Jornal *Estado de Minas*, 22 de janeiro de 1969, p. 08, consultado em microfilme no Arquivo Público Mineiro.

¹⁸¹ APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 002, Pasta 0021.

em Ibitité, mas dois já estão presos”¹⁸². A ação aconteceu no dia 05 de fevereiro do respectivo ano, e, de acordo com o jornal, foram roubados 20 milhões de cruzeiros antigos, dos quais 10 milhões e trezentos mil foram recuperados pela polícia. As informações a respeito das prisões dos dois integrantes da CORRENTE não trazem muitas novidades em relação ao IPM instaurado para averiguar o caso, com exceção de que a polícia recebeu a ajuda dos moradores da região para cercar os assaltantes. Foi informado também que o um dos assaltantes, José Antônio de Oliveira, tentou suicídio ou teria sido ferido por seu próprio companheiro durante o tiroteio. No jornal do dia posterior foi divulgado o nome e/ou apelido (codinome) dos assaltantes. De acordo com a notícia, um dos ladrões presos - provavelmente Délio de Oliveira Fantini - foi ouvido e denunciou os seus companheiros: Marco Antônio - tido como chefe do grupo -, “Play-Boy”, “Beto” e “Joaquim Redondo”¹⁸³.

Já o *Diário da Tarde*, de 08 de fevereiro de 1969, deu ênfase à procura da polícia pelos assaltantes que conseguiram fugir do cerco policial em Ibitité. Segundo o jornal, a polícia formou um esquadrão com duzentos investigadores e soldados da PM acompanhados de cães pastores alemães. Foi destacado também que policiais do DOPS tentaram localizar a família de Antônio José de Oliveira, pois outros parentes estariam envolvidos no assalto. Os policiais confirmaram ainda que os assaltantes do Banco de Minas Gerais foram os mesmos que assaltaram a Boate 6 as 6. Outra informação relevante é que os presos do assalto iriam ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional, o que insinua que o caso vinha sendo tratado pela polícia como crime político. A Lei de Segurança Nacional é a lei que visa garantir a segurança nacional de um estado contra a subversão da lei e da ordem. Nesse período, o Decreto-Lei 314 de 13 de março de 1967 transformou em legislação a doutrina de Segurança Nacional, que era fundamento do estado após o golpe militar de 1964.

No dia 21 de março de 1968, o *Diário da Tarde* divulgou o roubo ao Carro Simca, ocorrido no Bairro Mangabeiras na noite anterior. Vale lembrar que na ocasião, um casal estava namorando dentro do carro, quando foi abordado pelos assaltantes que efetuaram a ação e levaram o veículo, além de um revólver – que se encontrava no porta-luvas. O grande destaque da matéria foi o reconhecimento de um dos assaltantes pelos passageiros. O assaltante reconhecido era o militante da CORRENTE Gilney Amorim Viana. Rui Pereira, um dos passageiros do Simca, era bancário e estudante de medicina, mesma profissão e curso de Gilney Amorim. Já a outra passageira, era antiga conhecida de Gilney, pois trabalhou

¹⁸² Jornal *Estado de Minas*, 06 de fevereiro de 1969, p. 14, consultado em microfilme no Arquivo Público Mineiro.

¹⁸³ Não conseguimos identificar os nomes entre os integrantes da CORRENTE.

como empregada doméstica em sua casa durante muitos anos¹⁸⁴. Segundo o Jornal, ao reconhecer o assaltante Ana Quaresma Gomes pediu: “Gil não faça isso”¹⁸⁵. E teve a seguinte resposta de Gilney: “Não fale meu nome, agora sou obrigado a atirar”¹⁸⁶. Em seguida, de acordo com a notícia, a passageira levou um tiro no braço esquerdo. Contudo, a história narrada no jornal se mostra no mínimo duvidosa, pois de acordo com a fala de Gilney o disparo teria o objetivo de matar, e não complicar sua situação perante a testemunha, além do mais, a vítima seria velha conhecida da família de Gilney¹⁸⁷.

Ao saber da identidade de um dos assaltantes, a polícia imediatamente começou a caça à Gilney, cercando uma residência no Bairro Santo Antônio, sem sucesso. O que podemos tirar desta reportagem é que a polícia, com certeza, sabia que o assaltante procurado era um militante de esquerda, já que Gilney Amorim Viana tinha sido preso ainda em 1964, por ser filiado ao PCB. Portanto, o roubo do automóvel poderia ser tratado como um crime de cunho político – como de fato era. Contudo, tais informações não foram divulgadas ao jornal, o que dá a entender que a polícia não informava à imprensa a natureza de um crime político.

Dias depois, mais precisamente em 31 de março do ano 1969, o carro roubado foi utilizado na ação contra a Caixa Econômica Estadual, situada na Avenida Alfredo Balena, número 181, região central de Belo Horizonte. No dia 10 de abril dois participantes do assalto já estavam presos, como noticiou o *Estado de Minas*: “polícia secreta pega assaltantes e apura assalto à Caixa Econômica Estadual”¹⁸⁸. De acordo com a notícia, um funcionário da agência viu um dos assaltantes na rua e o seguiu até o número 449 da Rua Icarai (aparelho da organização). Depois de informada, a polícia, composta pela Equipe de Choque da *Delegacia de Furtos e Roubo* e por agentes secretos da PM, cercou a casa e prendeu dois envolvidos no assalto ao banco, além de armas, livros e panfletos. Os dois homens presos, que não tiveram seus nomes revelados, foram levados para a *Delegacia de Vigilância Social*, com o intuito de serem interrogados. No dia seguinte, o mesmo jornal divulgou a prisão de mais 30 homens: “Polícia secreta prende mais 30 e liquida rede de ladrões de banco”¹⁸⁹. De acordo com o *Estado de Minas*, após o interrogatório dos dois presos na Rua Icarai, agentes da PM deram “batidas” nos endereços fornecidos e iniciaram a prisão do grupo, encaminhando-os para a DVS e para o Departamento de Instrução da Polícia Militar. De acordo com a polícia, os

¹⁸⁴ APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0032, imagem 6.

¹⁸⁵ *Jornal Diário da Tarde*, 22 de março de 1969, p. 12, consultado na Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais.

¹⁸⁶ *Ibidem*.

¹⁸⁷ APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0032, imagem 6.

¹⁸⁸ *Jornal Estado de Minas*, 10 de Abril de 1969, p. 10, consultado em microfilme no Arquivo Público Mineiro.

¹⁸⁹ *Jornal Estado de Minas*, 11 de Abril de 1969, p. 06, consultado em microfilme no Arquivo Público Mineiro.

assaltantes detidos teriam a idade aproximada de 20 a 25 anos. Pela primeira vez o grupo foi identificado. Segundo a reportagem,

Com agentes espalhados, começaram a serem caçadas todas as pessoas ligadas ao bando, que se chama “Corrente” e que controla uma grande organização, responsável por assaltos a bancos de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Os dois assaltantes do banco de Ibitaré, que estavam presos no DVS, também fazem parte da “gang” (Jornal *Estado de Minas*, 11 de Abril de 1969, p. 06).

Contudo, cabe aqui fazer uma ressalva: no acervo da polícia política e nas entrevistas de ex-militantes, não encontramos nenhuma informação a respeito desta prisão em massa dos integrantes da CORRENTE. Caso fosse verdadeiro, não seria demasiado afirmar que a estrutura celular da organização era falha, o que concordamos em partes, já que por outro lado, após a prisão de alguns integrantes, o comando da organização tratou de enviar seus militantes mais visados para o interior e para fora do estado¹⁹⁰.

Outra ação armada da CORRENTE que a imprensa mineira cobriu, foi o assalto à Casa Tucano, localizado na Rua dos Tupinambás, número 1109, centro de Belo Horizonte. De acordo com o *Estado de Minas* do dia 2 de abril de 1969, a “gang” que agiu contra a casa de armas parece ser a mesma que assaltou a Caixa Econômica Estadual. Já a polícia, pronunciou que não havia nenhuma dúvida de que o estudante de medicina, autor do assalto contra um casal no final da Avenida Afonso Pena, participou também das ações contra a agência bancária e contra a casa de armamentos (Casa Tucano). O nome do universitário foi mantido em sigilo, mas foi informado que abandonou o emprego num estabelecimento bancário de Belo Horizonte e deixou os estudos para integrar a “gang” de assaltantes¹⁹¹. O desfecho da ação na Casa Tucano já foi explicitado e o jornal não traz muitas novidades em relação ao IPM referente ao caso.

Por último, o *Diário da Tarde* datado de 10 de Abril de 1969, divulgou um tiroteio entre três integrantes da CORRENTE e um tenente da PM, em frente à Cantina do Ferreira, na esquina da Rua Espírito Santo. O fato se deu porque o Tenente Wilton Tomás Firmo reconheceu os três assaltantes que teriam participado do assalto contra a Caixa Econômica Estadual. Ao dar a voz de prisão, dois sacaram suas armas 7.65 e atingiram o militar, enquanto uma patrulha volante prendia o outro cidadão que tentava fugir. Os nomes dos três

¹⁹⁰ De acordo com Gilney Amorim Viana, no começo, as normas de segurança entre os integrantes da CORRENTE não foram seguidas fielmente, mas depois foram se aperfeiçoando. VIANA. Entrevista concedida ao autor. Belo Horizonte, 29 jun. 2012.

¹⁹¹ Trata-se do integrante da CORRENTE Gilney Amorim Viana.

homens não foram revelados¹⁹². Contudo, a polícia revelou que os indivíduos tinham ligação com os assaltantes de Ibirité e iam frequentemente ao Rio de Janeiro e São Paulo, fazendo parte de um plano nacional de assaltos.¹⁹³

Enfim, com a análise dos Jornais *Estados de Minas e Diário da Tarde* foi possível perceber que a imprensa mineira limitou a CORRENTE a uma organização criminosa comum especialista em assaltos a bancos, desconhecendo o verdadeiro caráter das ações, o que consequentemente acarretava no desconhecimento também da população. Ademais, o jornal relacionava – por confusão – os assaltos a crimes ocorridos no Rio de Janeiro e São Paulo, às vezes com o mesmo teor político, mas igualmente tratados pela imprensa mineira como crimes comuns. Outra conclusão que podemos tirar dessa análise foi que tais jornais muitas vezes não se preocupavam com os verdadeiros resultados das ações, se atendo à manchetes sensacionalistas, que, com certeza, chamariam mais a atenção da população e renderiam mais vendas das edições. Em relação ao posicionamento da repressão nos jornais, percebemos que mesmo sabendo as identidades dos assaltantes, a polícia não divulgava a real intenção dos assaltos e, sobretudo, o histórico político dos assaltantes. A maioria das ações era tratada como crimes comuns, quem sabe, para camuflar o movimento de resistência ao governo militar em questão.

¹⁹² De acordo com Marco Antônio Victória Barros, na ocasião estavam apenas dois militantes, Hécio Pereira Fortes e Mário Roberto Galhardo Zanconato. Enquanto o primeiro alvejou o policial, o segundo foi capturado pela polícia. Fonte: BARROS. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. Niterói (RJ), 25 jan. 2003.

¹⁹³ Não conseguimos identificar notícias referentes às ações contra o Bar e Merceria São Vicente e contra a Merceria Nossa Senhora da Conceição.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo tendo sido consideravelmente abordado pela historiografia brasileira nos últimos anos, a luta armada no regime civil-militar, sempre que retomada, se transforma em alvo de polêmica e interpretações contrárias. O grande questionamento que se faz, é de até que ponto podemos considerar, de fato, a *Nova Esquerda* como uma resistência aos governos militares?

Sendo assim, o estudo da Corrente Revolucionária de Minas Gerais, mais uma vez retoma este impasse. No entanto, nesse sentido, sua análise não difere das demais organizações clandestinas de esquerda que optaram pela prática da guerrilha como tentativa de conter a política governista. Concordamos com Ridenti (2004), ao afirmar que mesmo com caminhos divergentes para alcançar o socialismo, em seu primeiro momento o projeto da esquerda era único, resistir e combater a ditadura civil-militar. Portanto, a utilização do termo resistência nos parece o mais apropriado para a caracterização da luta armada nesse regime, já que, devido às deficiências e à fragilidade da esquerda, a tomada do poder e a instauração de um governo socialista estavam longe de se concretizar. Por outro lado, cabe ressaltar que nos últimos anos o adjetivo resistência vem sendo utilizado com a composição do termo democrática (resistência-democrática), “que tem servido para justificar e legitimar opções políticas posteriores de ex-guerrilheiros, já inseridos no processo institucional no quadro da democratização da política brasileira” (RIDENTI, 2007, p.134). Tal como Ridenti, não concordamos com esta leitura, já que a palavra democracia dificilmente era abordada com uma ênfase maior pelas organizações clandestinas de esquerda. O que se enfatizava, como já foi dito, era a derrubada do governo para a implantação do Estado Socialista.

No entanto, mesmo longe de concluir seu objetivo final, foi notória a resistência dos grupos de esquerda armada ao regime militar. Em Minas Gerais, com a Corrente Revolucionária não foi diferente. Suas ações e comportamentos se mostraram presentes numa época em que o espaço para reivindicação e manifestação era praticamente nulo.

No movimento de massa – estrutura herdada do seu partido matriz – ressaltamos a atuação da CORRENTE no meio operário, estudantil e funcionalismo público. No movimento operário, o grande destaque foi sua participação da Greve dos metalúrgicos da “Cidade Industrial” ocorrida em abril de 1968, a primeira grande greve após o golpe militar de 1964. A participação da CORRENTE na greve se deu principalmente através do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, o qual tinha como secretária, Conceição

Imaculada de Oliveira, integrante da organização mineira. Além disso, para difundir suas posições no movimento grevista, a CORRENTE editou e veiculou o jornal *1º de Maio*, o qual era distribuído entre os trabalhadores da “Cidade Industrial”. O movimento grevista contou com mais de 20 empresas paralisadas e aproximadamente um total de dezesseis mil trabalhadores parados. A Greve durou até o dia 2 de maio e proporcionou um reajuste de 10% – a nível nacional – aos trabalhadores. Mesmo tendo sido caracterizada como um movimento espontâneo (Weffort, 1972), defendemos a hipótese de que a Greve de Contagem contou com fundamental participação das organizações de esquerda, sobretudo da Corrente Revolucionária de Minas Gerais, que através do sindicato e das comissões de fábricas, conseguiu difundir suas posições políticas e orientar a classe dos trabalhadores da Cidade Industrial.

Em relação ao movimento estudantil destacamos a participação da CORRENTE no meio secundarista (ensino fundamental, ensino médio, ensino técnico e ensino profissionalizante) e universitário. A maioria dos estudantes que integraram o setor estudantil da Corrente Revolucionária de Minas Gerais era oriunda de instituições de ensino de Ouro Preto e Belo Horizonte. Em Ouro Preto os estudantes pertenciam, em sua maioria, à Escola de Engenharia de Minas e à Escola Técnica, além de fazerem parte de entidades estudantis, tal como o Diretório Acadêmico da Escola de Minas e o Centro Acadêmico da Escola de Minas. Já na capital mineira os estudantes pertenciam, em grande parte, aos cursos universitários da UFMG, tais como Medicina, Filosofia, Direito, Letras, Ciências Sociais, Ciências Econômicas e Odontologia. O núcleo estudantil tinha como principais atividades a discussão e orientação política entre os estudantes, pichações com expressões de protesto contra a ditadura, manifestações em datas cívicas e panfletagem em torno das universidades e nas portas das fábricas, além de contribuir na organização sindical dos trabalhadores. Entretanto, em razão das medidas governamentais enérgicas e da força repressora do regime civil-militar, o movimento estudantil, aos poucos, foi perdendo espaço. Muitos estudantes foram presos, alguns desapareceram, outros foram obrigados a entrar na clandestinidade.

Já a atuação junto aos servidores públicos se deu principalmente nos órgãos da Prefeitura de Belo Horizonte, em razão do grande número de integrantes da CORRENTE que trabalhavam nas repartições municipais. Os servidores reivindicavam ajuste salarial e melhoria no plano de carreira, além de protestar contra as regalias de alguns funcionários do alto escalão e contra a ditadura. A fim de marcar posição e difundir suas ideias junto à classe

dos servidores públicos, a CORRENTE editou o jornal *Faísca*, um órgão de debate e reivindicação dos servidores da PBH.

Portanto, a Corrente Revolucionária de Minas Gerais, em um primeiro momento, permaneceu ativa no movimento de massa, manifestando claramente a estrutura herdada do seu partido matriz. A atuação da organização juntos aos movimentos sociais se mostrou positiva, pois, além arregimentar militantes para a segunda fase do grupo (luta armada), o trabalho serviu para direcionar os trabalhadores e estudantes nas manifestações e reivindicações contra o regime. Com o aumento das atividades armadas, os setores ligados aos movimentos sociais se enfraqueceram, pois tiveram que migrar seus principais militantes para a guerrilha urbana, já em caráter de extrema clandestinidade.

Apesar da intenção de realizar a guerrilha rural, estipulada em seu documento base (*Orientação básica para atuação: 20 pontos*), as ações armada da CORRENTE aconteceram no perímetro urbano, mais precisamente em Belo Horizonte. Em 25 de outubro de 1968 a organização efetuou sua primeira ação expropriatória. As ações armadas constituíam basicamente de “expropriações” a casas comerciais, bancos e lojas de armamentos e tinham como principais objetivos, treinar guerrilheiros, servir como meio de sustento da organização e, principalmente, arrecadar verba para uma futura guerrilha no campo. A onda de ataques armados realizados pela CORRENTE durou até abril de 1969, quando boa parte de sua militância foi capturada pela polícia política ou foi obrigada a entrar na clandestinidade.

É preciso admitir que, em decorrência da falta de propaganda informando a proposta do grupo e as reais intenções das expropriações, as ações armadas empreendidas pela CORRENTE não surtiram muito efeito do ponto de vista prático e ideológico. Por outro lado, representavam a insatisfação e a resposta, principalmente, à forte repressão e às medidas políticas e econômicas adotadas pelos governos militares. Sendo assim, a polícia política mineira tratou logo de abortá-las.

Devido ao grau de visibilidade de suas ações armadas, a CORRENTE passou a ser constantemente vigiada pelo policiamento político mineiro. Através da documentação produzida pelo DOPS/MG e pelo Projeto ORVIL conseguimos perceber como a CORRENTE foi eficientemente monitorada pelo aparato repressivo da ditadura civil-militar. Com isso, as estratégias e ações da organização mineira foram fortemente reprimidas, o que acarretou o desmantelamento do grupo em meados de 1969. Mais tarde o grupo se fundiria ao quadro da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Ademais, vale lembrar, que grande parte das ações armadas da CORRENTE foi noticiada pela imprensa mineira (*Jornal Estado de Minas* e *Jornal Diário da Tarde*). Entretanto, nas reportagens e manchetes, na maioria das vezes, os casos eram tratados como um crime comum, o que nos levou a perceber o desconhecimento da imprensa sobre o verdadeiro caráter das ações, o que, conseqüentemente, ocasionava também o desconhecimento da população.

Ao final de um trabalho com essa temática, uma das perguntas que sempre vem à tona é se a *Nova Esquerda*, enquanto resistência à ditadura, influenciou no tempo de duração do período militar iniciado pelo golpe de 1964. Teria a ditadura persistido um tempo maior, sem a contrapartida – principalmente armada – da esquerda brasileira? Ou a ação violenta daqueles que almejava outro modelo de governo não intimidou os militares de plantão, a ponto de prolongar a abertura política? Afinal, quem saiu vencedor naquele cenário no qual o antagonismo era visível? São perguntas que mesmo após quatro décadas, não conseguimos chegar a um denominador comum. Talvez porque essa disputa ainda sobrevive, não na medição da força física, mas no campo da memória e, sobretudo, na luta pelo reconhecimento daqueles que agiram – à sua maneira – “a favor” de um país.

Sendo assim, buscamos com este trabalho contribuir para a compreensão do que foi a resistência da *Nova Esquerda* contra a ditadura civil-militar no Brasil a partir da história da Corrente Revolucionária de Minas Gerais. Entretanto, esta pesquisa não é a última palavra sobre o grupo, muito menos sobre a *Nova Esquerda* que atuou em resistência aos governos militares. Trata-se apenas de mais um passo para melhor compreensão do período. Muito ainda há para ser pesquisado e abordado. Para tanto, se torna necessário continuar a investigação, seja nos arquivos da polícia política¹⁹⁴, seja nos arquivos pessoais de ex-militantes, ou por meio de depoimentos e entrevistas dos sujeitos históricos da época, que certamente tem a contribuir para novas análises e interpretações para o resgate da memória coletiva de grupos e instituições que atuaram contra a ditadura civil-militar brasileira.

Por último, concluímos com as palavras utilizadas por Marco Antônio Victória Barros, um dos integrantes da CORRENTE, o qual analisa o período em que viveu e hoje é preocupado em preservar esta memória.

¹⁹⁴ É importante ressaltar que o Arquivo Público Mineiro recolheu, em fevereiro de 2013, 731 rolos de microfimes (521 originais e 192 cópias) provenientes do DOPS/MG e da COSEG. Tais documentos abrangem os anos de 1964 a 1995. Sendo assim, muito ainda se tem a pesquisar nos acervos da polícia política mineira, inclusive, documentos produzidos após o fim do regime civil-militar, com os quais poderemos perceber como a polícia política se portou após o fim da ditadura. Depois do processo de identificação e organização esses microfimes estarão disponíveis à consulta pública.

Nestas páginas, portanto, ganham vida homens e mulheres que agiram com altruísmo de acordo com as suas ideias e consciência. Coisa bem pouco comum em um país cuja cultura política dominante é marcada pela acomodação, diversas. Mas vários destes indivíduos assumiram o risco da incompreensão, do ostracismo, das prisões, da tortura e até da morte ¹⁹⁵.

¹⁹⁵ APGAUA. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. Nova Lima, 02 fev. 2003.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2004. 194 p.

ANDERSON, Perry. **A crise da crise do marxismo**: introdução a um debate contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1984. pp. 17-23. (Coleção Primeiros voos).

ANTUNES, Priscila. Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile. In: FICO, Carlos et al. (org). **Ditadura e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI e ABIN**: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias estudantis** – Da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. **DOPS/MG**: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964). Dissertação (Mestrado) UFMG. 2006.

BANDEIRA, Luis Alberto Muniz. Fidel Castro, a revolução cubana e a América Latina. **Revista Espaço Acadêmico**. N.82. Março de 2008.

BANDEIRA, Luiz Alberto. **De Martí a Fidel**. A revolução cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BERTOLINO, Farley. **Movimento estudantil e esquerda católica na capital mineira**: história e memória de uma geração - 1961/1968. 2010. 279 p. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2007. 2v.

BRANCO, Andréa Castello. A história contada pelos protagonistas. In: **Teoria e debate**, ano

21, maio 2008, p.15-20.

BRASIL: NUNCA MAIS. Projeto A, Tomo II.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos. **Direito à verdade à memória**. Brasília: SEDH, 2007.

CAMISASCA, Marina Mesquita. **Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961-1964)**. Belo Horizonte, 2009. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Minorias silenciadas**. São Paulo: Editora da USP, Imprensa Oficial do Estado, FAPESP, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CHAVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (Org.). **Questões para história do presente**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

CHILCOTE. Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro: Conflito e integração – 1922-1972**. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1982. 413 p.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Minorias silenciadas**. São Paulo: Editora da USP, Imprensa Oficial do Estado, FAPESP, 2002.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. 1968: movimento estudantil e crise na política brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº2, jun.1994.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 3º Edição, 1985.

D'ARAÚJO, Maria Celina et all.(org). **Visões do golpe**. A memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio & CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.p.04.

DA-RIN, Silvio. **Hércules 56**. O sequestro do embaixador americano em 1969. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2008, 351 p.

DEBRAY, Régis. **A revolução na revolução**. São Paulo: Centro Editorial Latino-Americano, s.d.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**: o tempo da Ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 4, 2003.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 135 p.

DUARTE, Betinho. **Rua Viva**. O desenho da utopia. Belo Horizonte: Rona, 2004.

DUTRA LADEIRA, Antônio. **Manual de Organização e Prática policiais**. Academia de Polícia Civil de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1971.

FALCON, Francisco. História e poder. IN: CARDOSO & VAINFAS. **Domínios da História** – Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do Mito**: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Niterói: Ed.UFF, Mauad, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

FICO, Carlos. **Além do golpe**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. São Paulo: Record, 2004.

FREI BETTO. **Batismo de sangue**: a luta clandestina contra a ditadura militar. Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito. São Paulo: Casa Amarela, 2000.

GARCIA, Marco Aurélio. As esquerdas no Brasil e o conceito de Revolução: trajetórias. In: ARAÚJO, Angela. (org.). **Trabalho, cultura e cidadania**. São Paulo: Scritta, 1997.

GASPARI, Elio. **As ilusões armadas**: a ditadura derrotada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **As ilusões armadas:** a ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **As ilusões armadas:** a ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. 311 p.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas:** a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987. 255 p.

Guia de Fundos e Coleções do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais e Arquivo Público Mineiro, 2006.

HALBAWCHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWN, Eric. A Guerra Fria. IN: **A era dos extremos.** O breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. **O Colapso do populismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LEITE, Izabel Cristina. **Comando de Libertação Nacional:** oposição armada à ditadura em Minas Gerais (1967 – 1969). 2009. 235 p. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LIMA, Edileuza Pimenta de. **“Trabalhador: arme-se e liberte-se”:** a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a resistência operária pela luta guerrilheira. 2007. 115f. Monografia (graduação em História) Departamento de História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular:** da JUC ao PC do B. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2 ed., 1984.

LOWY, Michel. **O pensamento de Che Guevara.** São Paulo: Expressão Popular, 2002.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 17, nº 34, 1997, p.203-220.

MARIGHELLA, Carlos. **Minimanual do guerrilheiro urbano**. 1969. Disponível em: <<http://www.consultapopular.org.br/formacao/textosclassicos/MANUAL%20DO%20GUERRILHEIRO%20URBANO.doc/view>>. Acesso em: 24 Ago. 2011.

_____. **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Livramento, 1979. 144 p.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A rebelião estudantil: 1968**. México, França e Brasil. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

_____. **Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968**. São Paulo: Papyrus, 1987.

MIRANDA, Nilmário. A cidade operária símbolo. In: **Teoria e Debate**, ano 21, maio 2008, p. 21-24.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo**. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado – 2ªed., rev. e ampl. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

MONIZ BANDEIRA, Alberto. **De Martí a Fidel**. A revolução cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MOTTA, Rodrigo Pato. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Pato. O PCB e a moral comunista. IN: **LOCUS**. Revista de Historia.vol. 3. 1997.

NEVES, Magda de Almeida. **Trabalho e cidadania**: as trabalhadoras de Contagem. Petrópolis: Vozes, 1995. 292 p.

OLIVEIRA, Samuel. **“A favela vem à cidade e não é para sambar”**: O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). Dissertação de Mestrado. UFMG. 2008.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: UNICAMP, 1995.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros: História e memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. 259 p.

PIMENTA, Aluísio. **Universidade: a destruição de uma experiência democrática**. Petrópolis: Vozes, 1985.

POLLACK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos: Rio de Janeiro, vol.2, n.3, p.3-15, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 200 p.

_____; SÁ, Jair Ferreira de (Orgs.). **Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971**. 2 ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2006. 464p. (Coleção assim lutam os povos).

RÉMOND, René (org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

RÉMOND, René. O retorno do político. IN: CHAUVEAU & TÉTART. **Questões para a história do presente**. Bauru: Edusc, 1992. pp.51-60.

RESENDE, Maria Efigênia & NEVES, Lucilia. **Memória de Reitores (1961-1990)**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

RIBEIRO, Flávia F. **Linhares: Resistência e repressão num presídio na ditadura militar**. IN: ANAIS do IV Encontro Regional Sudeste de História Oral: História, Cultura e Poder. Juiz de Fora. 2005.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993. 284 p.

_____. Esquerdas Armadas Urbanas: 1964–1974. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.) **História do Marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960 – Vol. 6**. Campinas: UNICAMP, 2007. Cap.3, p. 105-151.

_____. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.) **As esquerdas no Brasil** – Revolução e Democracia (1964...) – Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 21-51.

_____. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: MOTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). **O golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004. Cap.3, p.53-65.

ROLEMBERG, Denise. A ideia de revolução. In: **Que história é essa?** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil** - o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. Tese de Doutorado apresentada à UNICAMP. Campinas (SP), 2005.

_____. Partido Comunista do Brasil: definições, ideologias e trajetória política. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.) **História do Marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960** – Volume 6. Campinas: UNICAMP, 2007. Cap.2, p.63-103.

SANDOVAL, Salvador. **Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil 1945-1990**. São Paulo: Ática, 1994. 222 p.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: UNIRIO e Boitempo Editorial, 2001.

SADER, Emir. Cuba no Brasil: Influências da revolução cubana na esquerda brasileira. In: REIS FILHO, Daniel et. all. **História do Marxismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SEGATTO, José Antonio. **Breve história do PCB**. 2.ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989. 135 p.

SILVA, José Luiz We. **A deformação da história: ou para não esquecer**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. 96 p.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. **Os usos e abusos da História oral**. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

STARLING, Heloisa. **Os senhores das Gerais**. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986.

TELLES, Janaína. **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** São Paulo: Humanitas, 2002.

VIANA, Gilney Amorim. **131-D, Linhares: memorial da prisão política**. Contagem: Editora História, 1979. 89p.

VINHAS, Moisés. **O Partidão**. A luta por um partido de massas 1922-1974. São Paulo: Editora Hucitec, 1982. 268 p.

VITRAL, Thiago Veloso. **Corrente Revolucionária de Minas Gerais: uma resistência armada ao regime militar brasileiro no Estado de Minas Gerais (1967-1969)**. Monografia de Bacharelado em História. PUC/MG, 2008.

WEFFORT, Francisco. Participação e conflito industrial: Osasco e Contagem – 1968. São Paulo: **Cadernos Cebrap**, n. 5, 1972. 93 p.

FONTES

→ *Documento Base da Corrente Revolucionária de Minas Gerais: Orientação básica para atuação: 20 pontos*

→ **Fundo Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG), disponível no Arquivo Público Mineiro.**

- Rolo 002, Pasta 0021; Título: Colina - laudos técnicos – fev. 1969 - mar. 1969.
- Rolo 003, Pasta 0028; Título: Corrente Revolucionária de Minas Gerais – abr. 1969 - nov. 1971.
- Rolo 003, Pasta 0029; Título: Corrente Revolucionária de Minas Gerais – abr. 1969 - ago. 1969.
- Rolo 003, Pasta 0029; Título: Corrente Revolucionária de Minas Gerais – Assalto à Drogeria São Félix – maio 1969.
- Rolo 003, Pasta 0030; Título: Corrente Revolucionária de Minas Gerais – maio 1969 - jun. 1969.

- Rolo 003, Pasta 0031; Título: Corrente Revolucionária de Minas Gerais – maio 1969 - ago. 1969.
- Rolo 003, Pasta 0031; Título: Corrente Revolucionária de Minas Gerais – maio 1969 - jun. 1969.
- Rolo 003, Pasta 0032; Título: Corrente Revolucionária de Minas Gerais – maio 1969 - jun. 1969.
- Rolo 003, Pasta 0032; Título: Corrente Revolucionária de Minas Gerais – maio 1969 - jun. 1969.
- Rolo 017, Pasta 0250; Título: Manifestações e Protestos no Dia do Trabalhador – dez. 1967 - maio. 1969.
- Rolo 017, Pasta 0251; Título: Conflitos estudantis – abr.1968 - out. 1974.
- Rolo 026, Pasta 1024; Título: Jornal Faísca – out. 1968 - abr. 1969.
- Rolo 0055, Pasta 4163; Título: Investigações Diversas – dez. 1969 - nov. 1975.

→ **Projeto ORVIL**

→ **Relatos Orais**

- VIANA, Gilney Amorim. Entrevista concedida ao autor. Belo Horizonte, 29 jun. 2012.
- OLIVEIRA, Conceição Imaculada de. Entrevista concedida ao autor e à Isabel Cristina Leite. Belo Horizonte, 23 set. 2009

Entrevistas e depoimentos concedidos a Otávio Luiz Machado pelos projetos “A Corrente Revolucionária de Minas Gerais”, “Reconstrução Histórica das Repúblicas Estudantis da UFOP”, e “A Atuação do Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto: entre o desenvolvimentismo e o radicalismo (1956 e 1969)”, ambos realizados pelo Laboratório de Pesquisa Histórica do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto.

- APGAUA, Ricardo. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. Nova Lima, 02 Jan. 2003. Disponível em: <<http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com/2007/07/depoimento-de-ricardo-apgaua.html>> Acesso em: 14 Jun. 2011.

- BARROS, Marco Antônio Victória. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. Niterói, 25 Jan. 2003. Disponível em: <<http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com/2008/03/depoimento-de-marco-antnio-victoria.html>> Acesso em: 14 jun. 2011.
- COSTA, Pedro Carlos Garcia. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. Belo Horizonte, 02 Dez. 2002. Disponível em: <<http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com/2008/03/depoimento-de-pedro-carlos-garcia-costa.html>> Acesso em: 14 jun. 2011.
- LIMA, Sônia Ferreira de. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. Ouro Preto, 10 Jan. 2003. Disponível em: <<http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com/2008/03/depoimento-de-snia-maria-ferreira-de.html>> Acesso em: 14 jun. 2011.
- MAIA, Cesar Epitácio. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. Rio de Janeiro, 28 Jan. 2003. Disponível em: <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com/2008/03/depoimento-de-cesar-maia_19.html> Acesso em: 14 Jun. 2011.
- VIANA, Gilney Amorim. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. Brasília, 30 Jan. 2004. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1074>> Acesso em: 14 Jun. 2011.
- VIANA, Lincoln Ramos. Depoimento Concedido a Otávio Luiz Machado. Juiz de Fora, 28 jul. 2002. Disponível em: <<http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com/2007/07/depoimento-de-lincoln-ramos-viana.html>> Acesso em: 14 jun. 2011.
- ZANCONATO, Mário Roberto Galhardo. Depoimento concedido a Otávio Luiz Machado. São Paulo / Recife, 2004. Disponível em: <<http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com/2007/07/depoimento-de-mrio-roberto-galhardo.html>> Acesso em: 14 jun. 2011.

→ *Jornais*

Jornal *Estado de Minas* (1968-1969), disponível no Arquivo Público Mineiro.

- Jornal *Estado de Minas*, 26 de outubro de 1968, p. 16.
- Jornal *Estado de Minas*, 27 de outubro de 1968, p. 16

- Jornal *Estado de Minas*, 03 de dezembro de 1968, p. 07
- Jornal *Estado de Minas*, 22 de janeiro de 1969, p. 08.
- Jornal *Estado de Minas*, 23 de janeiro de 1969, p. 16.
- Jornal *Estado de Minas*, 6 de fevereiro de 1969, p. 14.
- Jornal *Estado de Minas*, 7 de fevereiro de 1969, p. 16.
- Jornal *Estado de Minas*, 8 de fevereiro de 1969, p. 8.
- Jornal *Estado de Minas*, 2 de abril de 1969, p. 6.
- Jornal *Estado de Minas*, 3 de abril de 1969, p.7.
- Jornal *Estado de Minas*, 10 de Abril de 1969, p. 10.
- Jornal *Estado de Minas*, 11 de Abril de 1969, p. 06.

Jornal *Diário da Tarde* (1968-1969), disponível na Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais.

- Jornal *Diário da Tarde*, 26 de outubro de 1968, p. 01.
- Jornal *Diário da Tarde*, 28 de outubro de 1968, p.13.
- Jornal *Diário da Tarde*, 02 de dezembro de 1968, p. 02 e 15.
- Jornal *Diário da Tarde*, 03 de dezembro de 1968, p. 09.
- Jornal *Diário da Tarde*, 16 de dezembro de 1968, p. 15.
- Jornal *Diário da Tarde*, 8 de fevereiro de 1969, p. 10.
- Jornal *Diário da Tarde*, 11 de fevereiro de 1969, p. 1 e 9.
- Jornal *Diário da Tarde*, 21 de março de 1969, p. 1.
- Jornal *Diário da Tarde*, 22 de março de 1969, p. 1 e 12.
- Jornal *Diário da Tarde*, 27 de março de 1969, p. 9.
- Jornal *Diário da Tarde*, 1 de abril de 1969, p. 1 e 14.
- Jornal *Diário da Tarde*, 2 de abril de 1969, p. 9.
- Jornal *Diário da Tarde*, 3 de abril de 1969, p. 1 e 8.
- Jornal *Diário da Tarde*, 10 de abril de 1969.

ANEXO I – Listagem dos integrantes da CORRENTE

Nome	Data de nascimento	Naturalidade	Setor
Abelardo Magalhães			Comitê Estudantil (Universitário)
Abner de Souza Pereira	05/03/1940	Bambuí - MG	Comitê dos Servidores
Afonso Carlos Vitor	13/01/1945	Belo Horizonte - MG	
Ana Lúcia Batista	27/11/1942	Venda Nova - MG	Comitê Operário
Antônio Carlos Bicalho Lana	02/03/1949	Ouro Preto - MG	Comitê Estudantil (Secundarista) / Setor de Expropriação (1º Escalão)
Antônio Carlos Madeira	13/08/1928	Jundiá - SP	3º Escalão
Antônio de Pádua Rodrigues			Comitê Estudantil (Secundarista)
Antônio José de Oliveira	03/10/1947	Brumadinho - MG	Comitê Operário / Setor de Expropriações (1º Escalão)
Antônio Magalhães	19/09/1938	Ibirité - MG	Comitê Operário
Antônio Maria Claret Torres	30/07/1943	Mariana - MG	Comitê Operário
Antônio Mendes Barros			Comitê Estudantil (Secundarista)
Antônio Rezende Guedes	15/11/1947	Juiz de Fora - MG	Comitê Operário / Comitê Estudantil (Universitário)
Ápio Costa Rosa	24/10/1941	Caratinga - MG	Comitê Estudantil (Universitário) / Comitê dos Servidores
Armando Teixeira Frutuoso	20/05/1923	Guanabara - GB	
Arnaldo Cardoso Rocha	28/03/1949	Belo Horizonte - MG	
Arnaldo Fortes Drumond	20/11/1949	Ouro Preto - MG	Setor de Expropriações (1º Escalão)
Athaulpa Valença Padilha			Comitê Estudantil (Universitário)
Braz Teixeira da Cruz	03/02/1939	Itaúna - MG	Comitê Operário
Celso Aquino Ribeiro	23/12/1938	São Tomás de Aquino - MG	Comitê dos Servidores
Cesar Eptácio Maia			Comitê Estudantil (Universitário)
Colatino Lopes Soares Filho	28/09/1948	Niterói - RJ	
Conceição Imaculada de Oliveira	12/06/1946	Marinhos - MG	Comitê Operário / Setor de Expropriações (1º Escalão)
Degule de Freitas Castro	11/05/1943	Guaraciaba - MG	Comitê Operário
Délio de Oliveira Fantini	16/12/1950	Sabará - MG	Comitê Estudantil (Secundarista) / Setor de Expropriações (1º Escalão)
Demétrio da Rocha Ribeiro	12/08/1933	Conceição - MG	Comitê Estudantil / Comitê dos Servidores
Efigênia Maria de Oliveira	31/08/1944	São José do Paraopeba - MG	Comitê Operário
Elias Siqueira	01/03/1949	Governador Valadares - MG	Comitê Estudantil
Elza Pereira	12/03/1944	Sorocaba - MG	Comitê Estudantil (Universitário)

Eustáquio Pinto de Oliveira	02/03/1949	Brumadinho - MG	Comitê Operário
Farid Helou		Pires do Rio - GO	Comitê dos Servidores
Fernando de Freitas Picardi	18/10/1944	São Roque de Minas - MG	Comitê dos Servidores
Francisco Antônio de Souza Jorge	12/06/1932		Comitê dos Servidores
Geraldo Clemente Soares	23/11/1943	Pedro Leopoldo - MG	Comitê operário / Setor de Armas e Explosivos (1º Escalão)
Geraldo Moreira da Silva	13/04/1941	Alvinópolis - MG	Comitê operário
Gilberto Fernandes Gomes de Faria	09/08/1934	Belo Horizonte - MG	Comitê dos Servidores
Gilney Amorim Viana	12/08/1945	Águas Formosas - MG	Comitê Estudantil (Universitário) / Comitê dos Servidores / Setor de Expropriação (1º Escalão)
Hélcio Pereira Fortes	24/01/1948	Ouro Preto - MG	Comitê operário / Comitê Estudantil (Secundarista) / Setor de Instrução (1º Escalão)
Henrique Roberti Sobrinho		Tocantins - TO	Comitê dos Servidores
Jadir de Oliveira Isidoro	24/02/1938	Ponte Nova - MG	
João Domingos Fassarela	12/05/1943	Espírito Santo - ES	Comitê Estudantil (Universitário)
Joaquim Antônio da Fonsêca	10/04/1936	Rio Piracicaba - MG	Comitê Operário
José Adão Pinto	05/07/1947	Governador Valadares - MG	Setor de Instrução (1º Escalão)
José Alfredo	22/07/1946	Campos Altos - MG	Setor de Expropriação (1º Escalão)
José Antônio Pinto Pinheiro	09/06/1945	Três Corações - MG	
José da Silva Tavares	17/02/1946	Poços de Caldas - MG	Comitê Operário / Comitê Estudantil (Universitário) / 1º Escalão
José Júlio de Araújo	22/07/1943	Itapecerica - MG	1º Escalão
José Martins da Silva	16/03/1916	Londrina - PR	
José Natalino Magalhães	25/12/1944	Ibirité - MG	Comitê Operário
José Salvati Filho	12/09/1946	Juiz de Fora - MG	
Judas Tadeu Tibúrcio	20/07/1944	Bom Sucesso - MG	
Juversino Cândido da Silva	15/10/1921	Lafaiete - MG	
Leila Dias de Araújo		Tarumirim - MG	Comitê Estudantil (Universitário) / Setor de Expropriação (1º Escalão)
Lincoln Ramos Viana	10/09/1943	Nova Era - MG	Comitê Estudantil (Universitário)
Lívio Lopes	27/02/1939	Belo Horizonte - MG	Comitê dos Servidores
Lúcio Dias Nogueira	01/05/1950	Santo Antônio do Monte - MG	Setor de Armas e Explosivos (1º Escalão)
Luiz Oswaldo Carneiro Rodrigues	27/03/1949	Jesuânia - MG	Comitê Estudantil (Universitário)
Marcelo Ribeiro Vaz	16/03/1948	Arcos - MG	Comitê Estudantil (Universitário)
Márcio Araújo de Lacerda	22/01/1946	Leopoldina - MG	Comitê Estudantil (Universitário) / Setor de Armas e Explosivos (1º Escalão)
Marco Antônio Victoria Barros	03/12/1947	João Molevade - MG	Comitê Estudantil (Secundarista) / Setor de Expropriação (1º

			Escalão)
Margot de Alvarenga Araújo	06/04/1940	Belo Horizonte - MG	Cedia casa para encontros (3º Escalão)
Maria Imaculada Diniz	26/01/1941	Belo Horizonte - MG	Comitê Operário / Comitê dos Servidores
Maria Mendes Barbosa	13/11/1941	Matipó - MG	Comitê Estudantil (Universitário) / Comitê dos Servidores
Marília Angélica do Amaral	01/07/1950	Brumadinho - MG	Comitê Estudantil (Secundarista) / Setor de Armas e Explosivos (1º Escalão)
Mário Roberto Galhardo Zanconato	01/05/1945	Rio de Janeiro - GB	Comitê Estudantil (universitário) / 1º Escalão
Matias Gomes Barbosa	14/03/1925	Coração de Jesus - MG	Comitê Operário
Monir Tahan Sab	03/11/1938	Teófilo Otoni - MG	Comitê Estudantil (Universitário) / Comitê dos Servidores
Nelson José de Almeida			1º Escalão
Olavo Gualberto Fróes	13/08/1947	Governador Valadares - MG	Comitê Operário / Comitê Estudantil
Omar Batista Pereira		Alpercata - MG	Comitê dos Servidores
Oswaldo Severino da Silva	10/11/1930	Pará de Minas - MG	Comitê Operário
Otávio Reis da Silva Ramos	25/05/1945	Ouro Preto - MG	Comitê Estudantil (Universitário)
Otto José Walter Schneider		Tumiritinga - MG	Comitê Estudantil
Paulo Geraldo Ferreira	20/10/1936	Barbacena - MG	Comitê dos Servidores
Pedro Carlos Garcia Costa	29/06/1945	Viçosa - MG	Comitê Estudantil (Universitário)
Pedro Paulo de Andrade Cruzeiro	27/05/1946	Juiz de Fora - MG	
Rachid Rachid de Araújo Filho	22/10/1944	Bom Jesus da Lapa	Cedia casa para encontros (3º Escalão)
Ricardo Apgaua Paulo Guilherme	10/09/1948	Belo Horizonte - MG	Comitê Estudantil (Secundarista) / 1º Escalão
Rodolfo de Carvalho Troiano		Juiz de Fora - MG	
Rogério de Campos Teixeira	08/09/1948	Juiz de Fora - MG	Comitê Estudantil (Universitário)
Rouberdário Diniz Valério	18/12/1948	Paraopeba - MG	Comitê Estudantil (Secundarista) / Setor de Instrução (1º Escalão)
Salatiel Teixeira Rolim	26/01/1927	Rio de Janeiro - GB	
Sérgio Bittencourt Siqueira	25/04/1944	Nova Lima - MG	Comitê Estudantil (Universitário) / Setor de Armas e Explosivos (1º Escalão)
Sônia Maria Ferreira Lima	10/02/1944	Ouro Preto - MG	Comitê Estudantil (Universitário) / Comitê dos Servidores
Yone de Souza Grossi	11/07/1932	Raul Soares - MG	Comitê Operário / Comitê Estudantil (Universitário) / Comitê dos Servidores
Yone Lima			Comitê Estudantil (Universitário)
Wilsom Romeu	24/08/1948	Caratinga - MG	Comitê Estudantil

Obs.: As lacunas em branco representam ausência da informação.

Fonte: APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0028 e Processo Nº 15/70 da Auditoria da 4º Circunscrição Judiciária Militar.

ANEXO II

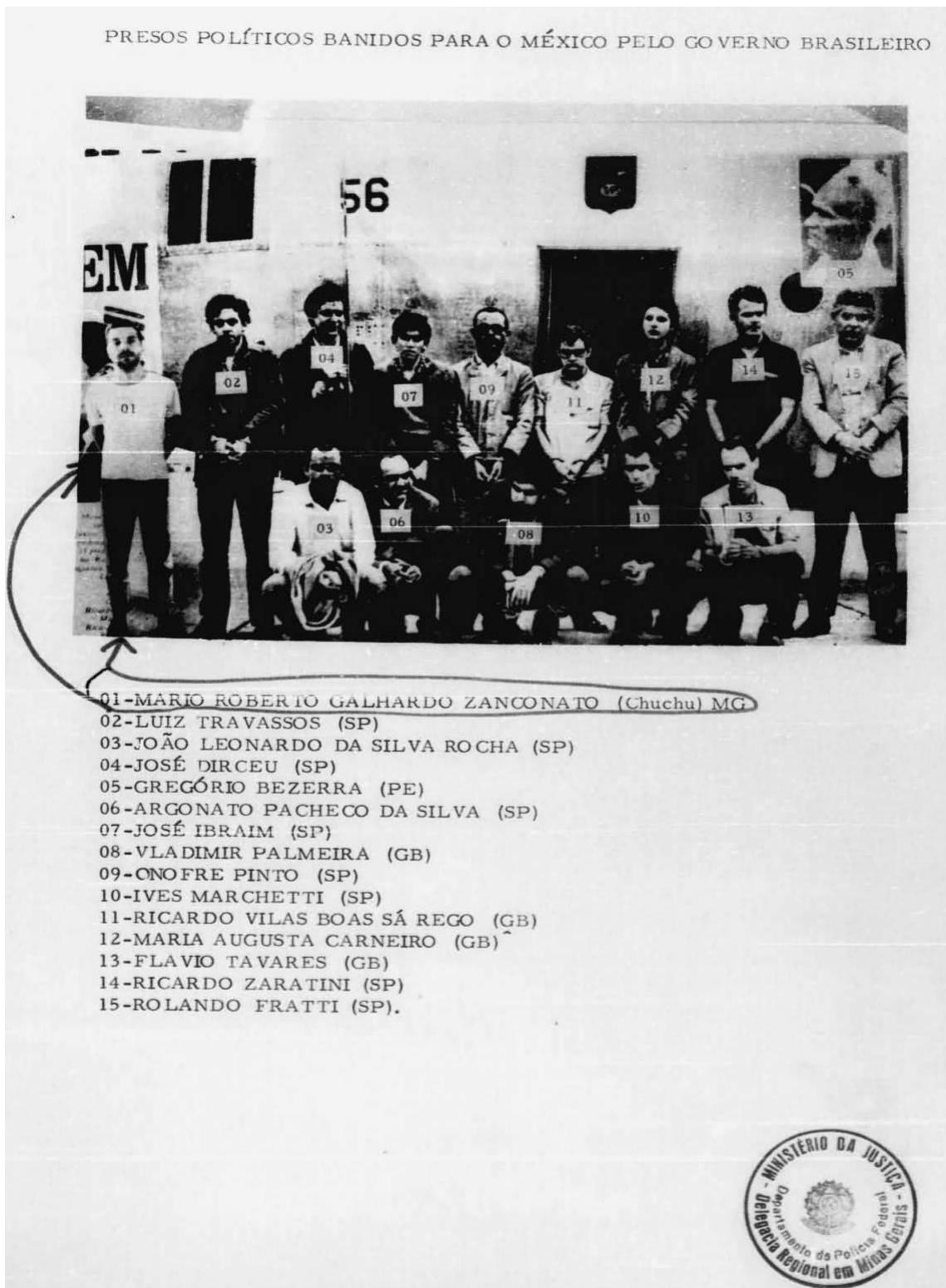


FIGURA 23 – Presos políticos trocados pelo resgate do embaixador estadunidense no Brasil, Charles Burke Elbrick. Fonte: APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 017, Pasta 0251, Imagem 141.

ANEXO III

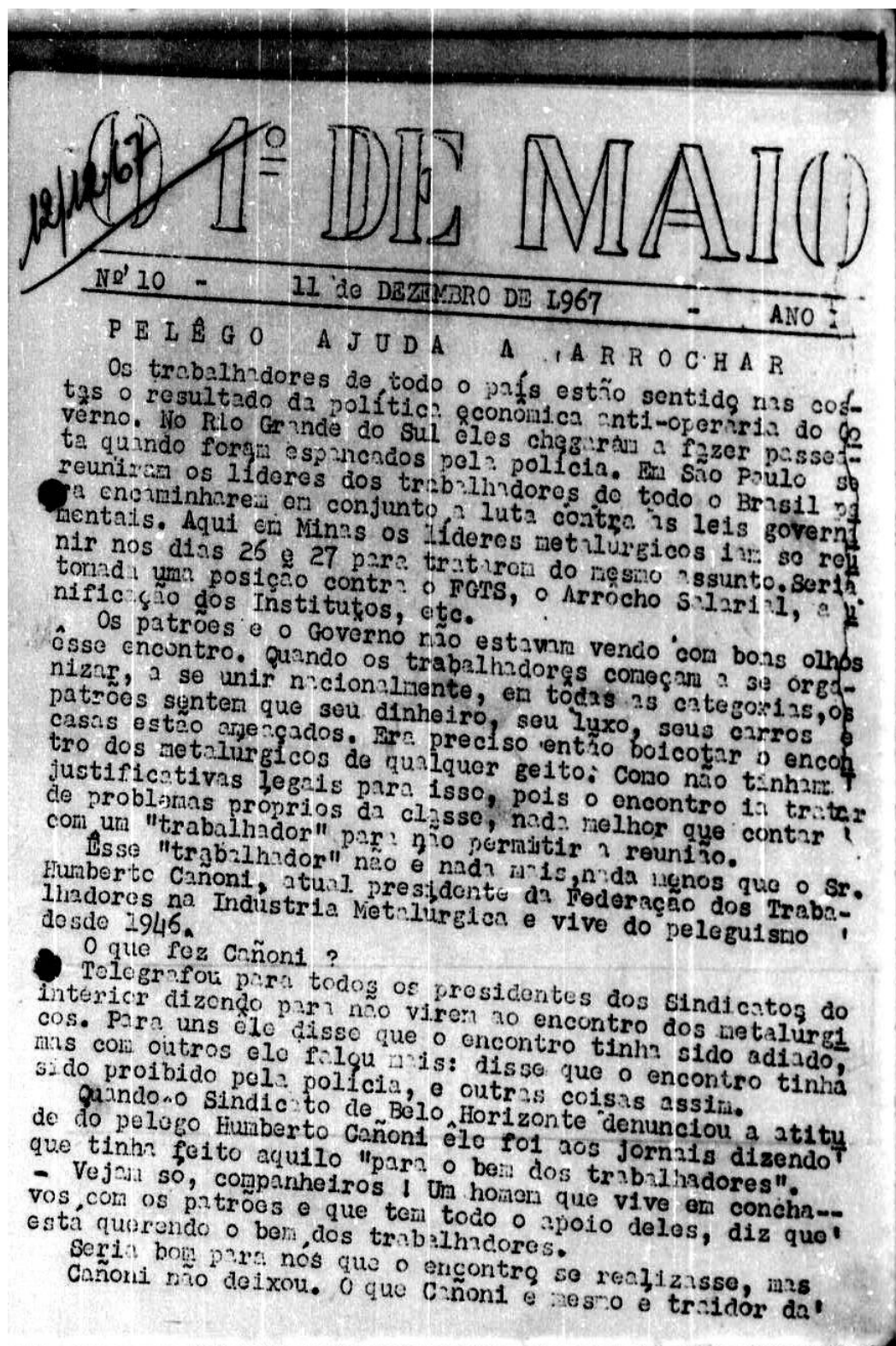


FIGURA 24 - Jornal 1º de Maio, edição n.10, p.1, apreendido pelo DOPS/MG. Fonte: APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 017, Pasta 0250, Imagem 67.

DESEMPREGO EM MASSA

Indo a Demisa para São Paulo, à busca de novos lucros, foram despedidos centenas de operários. A eles juntam-se os companheiros da Barmol, ameaçados também de irem para a rua sob a desculpa da Companhia ter perdido o mercado de compra.

Agora, com o F.G.T.S., tudo está muito fácil para os patrões: quando o operário começa a ganhar mais, é posto na rua. Quando começa a defender seus direitos com voz mais grossa, também. Quando, por um motivo ou por outro não interessam manter o número de empregados, é fácil mandar embora. Tudo isso sem se preocupar mais com estabilidade e indenização, águas passadas depois do Re-

gime do fundo.

Até quando, companheiros, podemos permitir que o desemprego, a miséria, a fome, rondem nossos lares para satisfazer somente os interesses dos patrões?

Será que a nossa missão é mesmo ficar calados e "bonzinhos", ou lutar decisivamente para acabar com este estado de coisas?

LUTEMOS CONTRA O DESEMPREGO;
PELA DERRUBADA DA POLÍTICA
ECONÔMICA DA DITADURA!

"O 1º de MAIO"

Jornal de combate da
classe operária.

COMPANHEIRO

A Imprensa Operária enfrenta todas as dificuldades impostas pela ditadura. Para mantê-la é necessária a sua contribuição.

Forme um Círculo de Leitores do "O 1º de Maio" e envie notícias e sugestões e sua contribuição financeira, possibilitando-nos melhorar e desenvolver o seu jornal, um dos instrumentos de combate da classe operária.

A direção.

FIGURA 25 – Jornal 1º de Maio, edição n.10, p.2, apreendido pelo DOPS/MG. Fonte: APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 017, Pasta 0250, Imagem 68.

ANEXO IV

Penitenciária Regional de Juiz de Fora, 06 de dezembro de 1976.

Ao

Exmo. Sr.

Arcebispo Metropolitano de Juiz de Fora

Dom Geraldo Maria de Moraes Penido

JUIZ DE FORA-MG.

Sr. Arcebispo.

Nós, presos políticos recolhidos à Penitenciária Regional de Juiz de Fora-M.G., vimos através deste documento coletivo, expor à V. Exa., sobre a contida e angustiante situação em que nos encontramos.

Resolvemos apelar para o espírito humanitário e cristão de V. Exa., pois tomou acompanhado a sua atuação, em escala arquidiocesana, e bem como a da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, da qual V. Exa. faz parte, em escala nacional, na defesa dos direitos humanos, - como bem explicita o documento "Comunicado Pastoral ao Povo de Deus", da Comissão Representativa da CNBB, divulgado a 16 de novembro de 1976.

Outrossim, relembramos gratamente de sua intervenção mediadora quando da greve de fome dos presos políticos de Linhares, em março de 1971, em luta por condições carcerárias condignas e adequadas, (as quais, não obstante conquistas parciais, continuam essencialmente inadequadas e degradantes). Assim como também sua visita à Esta Penitenciária, à ocasião da Páscoa de 1974, quando, a par do interesse pela situação dos presos em geral, nos honrou com sua atenção, de nós ouvindo o relato da situação então vigente, e mais particularmente a que se referia à permanência de cinco companheiros em regime de punições sucessivas, trancafiados nas celas em condições irregulares, e isolados dos demais.

Ato início deste ano enviamos a V. Exa. uma pequena carta-coletiva, datada de 08 de março de 1976, na qual assinalávamos: "Em passadas visitas a esta Penitenciária, tivemos a oportunidade de constatar o interesse com que V. Revma. nos ouviu a respeito das condições carcerárias aqui prevalentes", e a terminávamos "...esperando a valiosa atenção de V. Revma.". Anexo enviamos uma cópia do nosso requerimento-coletivo ao Sr. Juiz Auditor da 4ª Circunscrição da Justiça Militar, Dr. Mauro de Seixas Telles, de 08 de março de 1976, pelo qual se poderia ter uma visão de conjunto de nossa problemática, e de nossa reivindicação. Recentemente soube-se que até a data de 04 de novembro de 1976, V. Exa. não tinha recebido aquela nossa carta-coletiva e o anexo. Não nos admiramos que isto tenha acontecido, porque violações de direitos do homem e do cidadão são aqui comuns e rebiteiras, - como se poderá perceber do nosso relato abaixo.

* Em verdade, o fato de estarmos presos em Linhares por longos 7 anos,

FIGURA 26 – Carta escrita por presos políticos da Penitenciária de Linhares (Juiz de Fora) em denúncia às más condições carcerárias da instituição prisional, p.1. Fonte: Processo indenizatório às vítimas da ditadura de Gilney Amorim Viana, sob a guarda e organização do Arquivo Público Mineiro para ser disponibilizado à consulta.

afeta não somente a nós presos políticos, mas também aos nossos familiares - o que se nos torna uma preocupação adicional. Da nossa parte, pela situação que temos vivido, e sobre ela refletido, há muito chegamos a duras conclusões :

- 1) - que, além de presos, estamos confinados, isolados de nossos familiares, distanciados de nossos advogados;
- 2) - que estamos submetidos a condições carcerárias inadequadas, carecedoras e desrespeitosas aos nossos direitos, como homens e cidadãos;
- 3) - que, em verdade, estamos sob total controle das autoridades militares, e não sob a responsabilidade legal das autoridades judiciárias e carcerárias.

Para superar tal situação - aflitiva para nossos familiares, e angustiante para nós presos políticos - ao nosso ver em flagrante violação à Constituição Brasileira, à Declaração Universal dos Direitos Humanos, subscrita pelo Brasil perante a ONU, e até mesmo às leis menores; é que temos lutado, e por sua vez e segundo suas próprias condições, também os nossos familiares, para que se concretize a TRANSFERÊNCIA DE TODOS OS PRESOS POLÍTICOS DESTA PENITENCIÁRIA PARA OUTRO ESTABELECIMENTO PENAL CIVIL LOCALIZADO EM BELO HORIZONTE, OU EM SEUS ARREDORES, PRÓXIMO À RESIDÊNCIA DE Nossos familiares (e advogados), onde prevaleçam condições carcerárias condignas e adequadas, sob inteira responsabilidade das autoridades judiciárias.

Para conseguir tal objetivo temos nos esforçado, bem como nossos familiares, e a nós se nos afigura de maior relevância o apoio e o empenho de V.Exa. (e, extensivamente, dos organismos da Igreja Católica Apostólica Romana), como de resto, já tiveram oportunidade de solicitar nossos familiares que se entrevistaram com V. Exa. a 04 de novembro de 1976.

Dentre as três características centrais de nossa situação, destacamos a que se refere ao nosso isolamento, que impossibilita um bom relacionamento com nossos familiares (bem como uma eficaz comunicação com nossos advogados). E isto não é de hoje, isto acontece desde outubro de 1968, quando para cá foram trazidos dezenas de presos políticos, então recolhidos à diversos locais, transformando esta Penitenciária em um autêntico presídio-político. Atualmente todos os nossos familiares residem em Belo Horizonte, à exceção das familiares de um companheiro, que residem no Ceará, (e, no passado, foram poucos e raras os presos políticos que tinham familiares residentes em Juiz de Fora-MG), - pelo que, são obrigados a viajar por 4-5 horas de ônibus até Juiz de Fora-MG, e aqui chegando devem passar pelo QG da 4ª Região Militar do Exército Brasileiro para conseguirem a autorização nominal para visita (alguns têm autorização especial permanente), após o que são obrigados a recorrer ao carro de aluguel para chegarem à Penitenciária, onde, depois de alguns trâmites burocráticos, conseguem nos ver por 90 (noventa) minutos, fândo os quais são obrigados a percorrer os longos quilômetros da viagem de volta. Vale ressaltar que, dentre os visitantes mais regulares, estão nossas mães, pessoas idosas e de múltiplos afazeres, visivelmente desgastadas com tais viagens cheias de percalços.

FIGURA 27 – Carta escrita por presos políticos da Penitenciária de Linhares (Juiz de Fora) em denúncia às más condições carcerárias da instituição prisional, p.2. Fonte: Processo indenizatório às vítimas da ditadura de Gilney Amorim Viana, sob a guarda e organização do Arquivo Público Mineiro para ser disponibilizado à consulta.

- casos de autorização expressa do Sr. Juiz Auditor da 4ª C.J.M., que são simplesmente ignoradas, por exemplo: a 28 de maio de 1975 requeremos coletivamente ao Sr. Juiz Auditor da 4ª C.J.M. "...6)-que nos seja permitido ter e ler jornais como "Opinião", "O Pasquim", "Crítica", livros e revistas do CENRAP, bem como todas as publicações que circulam legalmente no País". Segundo fomos informados o Sr. Juiz Auditor despachou favoravelmente ao nosso requerimento, assegurando-nos este direito que vinha sendo sistematicamente violado. Pois as autoridades carcerárias e elas continuaram enviando todas as publicações ao QG da 4ª RM, e este continuou censurando-as até com maior rigor. Disto demos ciência ao Sr. Juiz Auditor da 4ª C.J.M., a 04/agosto/75, 11/outubro/76, 08/março/76, e noutras oportunidades, sem que nada mudasse, até hoje;

- igualmente requeremos ao Sr. Juiz Auditor, a 28/maio/75, 25/junho/75, 17/julho/75, e noutros requerimentos coletivos, que "... 5)- que nos seja garantido o direito de assistir officios religiosos aqui realizados, de acordo com livre decisão" (28/maio/75). O Sr. Juiz Auditor da 4ª C.J.M. despachou favoravelmente, contudo, à exceção de uma única vez, quando aqui esteve pessoalmente o Sr. Juiz Auditor, Dr. Mauro de Seixas Telles, não nos permitiram assistir tais cerimônias religiosas;

- recentemente, quando chegaram à Linhares, dois novos companheiros, o Sr. Juiz Auditor, autorizou expressamente ao Sr. Diretor da Penitenciária, para que tais companheiros fossem colocados na galeria que tem sido reservada exclusivamente aos presos políticos ("Ala C"), seguindo nisto à recomendação expressa pelo Sr. Procurador Geral da Justiça Militar há mais tempo, de se separar os presos políticos dos presos comuns; e não obstante tais afirmativas e recomendações, demorou-se três meses para que se concretizasse a transferência dos companheiros para a nossa galeria. Em verdade, esta não foi a primeira vez que isto aconteceu, e agora como antes, a vinda dos companheiros para a nossa galeria só se deu em função de uma insistente luta por parte dos interessados, dos seus familiares, dos seus advogados, e dos outros presos políticos.

Sr. Arcebispo.

Creemos ter fornecido subsídios para o conhecimento de nossa situação, além de explicitar as razões fundamentais porque nós e nossos familiares estamos lutando pela TRANSFERÊNCIA DE TODOS OS PRESOS POLÍTICOS DESTA PARA OUTRO ESTABELECIMENTO PENAL CIVIL LOCALIZADO EM BELO HORIZONTE, OU EM SEUS ARREDORES, próximo à residência de nossos familiares (e advogados), onde prevaleçam condições carcerárias -

FIGURA 28 – Carta escrita por presos políticos da Penitenciária de Linhares (Juiz de Fora) em denúncia às más condições carcerárias da instituição prisional, p.3. Fonte: Processo indenizatório às vítimas da ditadura de Gilney Amorim Viana, sob a guarda e organização do Arquivo Público Mineiro para ser disponibilizado à consulta.

das condignas e adequadas, sob inteira responsabilidade das autoridades judiciárias.

Antes de terminar assinalaremos que esta nossa luta pela transferência coletiva já soma quase um ano e meio, como bem demonstra a sequência de nossos requerimentos-coletivos ao Sr. Juiz Auditor da 4ª C.J.M. a respeito : 24/julho/1975; 11/outubro/1975; 08/março/1976; bem como nossos documentos-coletivos enviados ao Sr. Secretário do Interior e Justiça do Estado de Minas Gerais, a 11/outubro/1975, e ao Superior Tribunal Militar, a 25/outubro/1976. Mesmo antes, em junho de 1975, nossos familiares já tinham começado a sua luta pela a nossa transferência coletiva, quando se entrevistaram com o Sr. Juiz Auditor da 4ª C.J.M., Dr. Mauro de Souza Telles.

O tempo vai passando, e nós ficando em Linhares. As autoridades a que está afeto o problema, o Sr. Juiz Auditor da 4ª C.J.M., de um lado, e o Sr. Secretário do Interior e Justiça do Estado de Minas Gerais, de outro; ambos expressaram claramente suas opiniões favoráveis à nossa reivindicação - povante nós, presos políticos, e perante os nossos familiares, em diferentes oportunidades. Entretanto, até hoje não tivemos notícia de qualquer providência concreta.

Tendo em vista tudo isto, e assim como nossos familiares, resolvemos nos dirigir a V. Excelência, na expectativa de sua compreensão e interferência. Desde já agradecemos pela atenção com que V. Exa. recebeu os nossos familiares, bem como expressamos o nosso desejo de que possamos nos entrevistar com V. Exa. quando de uma próxima e eventual visita à Penitenciária Regional de Juiz de Fora-MG.

Respeitosamente, assinamos, os presos políticos,

GILNEY AMORIM VIANA

ANTÔNIO PEREIRA MATTOS

PAULO EUSÍARIO NUNES

JOSE FRANCISCO NERY

CECÍLIO EMÍGOTO SATURNINO

LÚCIO DIAS NOGUEIRA

MONIA TAHAN JAB

FIGURA 29 – Carta escrita por presos políticos da Penitenciária de Linhares (Juiz de Fora) em denúncia às más condições carcerárias da instituição prisional, p.4. Fonte: Processo indenizatório às vítimas da ditadura de Gilney Amorim Viana, sob a guarda e organização do Arquivo Público Mineiro para ser disponibilizado à consulta.

ANEXO V

Lista dos materiais bélicos da Corrente Revolucionária de Minas Gerais apreendidos pelo DOPS/MG ¹⁹⁶

- 1 carabina marca Urko calibre 22, n°2724
- 2 Winchester calibre 44, n° 696610 e 641969
- 1 pistola automática calibre 7.65, n° 496246
- 1 punhal de 75 milímetros
- 1 pistola semi-automática calibre 7.65, tipo Beretta, com 6 cartuchos, n° 529916
- 1 pistola marca FN calibre 7.65, de fabricação belga, com 29 unidades de carga
- 1 revólver calibre 22, com 38 cartuchos, n° 281405
- 1 revólver marca INA, n° 337752
- 1 revólver calibre 38
- 1 pistola marca FN calibre 7.65, com 30 unidades de carga
- 1 faca de campanha
- 1 revólver Rossi calibre 32
- 1 revólver calibre 38, desmontado
- 1 pistola automática, marca Gezichert, n° 3615
- 1 winchester calibre 32.20 CBC, modelo 611, n° 02559
- 25 cartuchos de munição calibre 20, para cartucheira, marca CBC
- 25 cartuchos de munição calibre 7 milímetros
- 11 cartuchos de munição calibre 30
- 141 cartuchos de munição calibre 32.20 marca CBC
- 7 cartuchos de munição calibre 7 milímetro, para fuzil
- 10 cartuchos de munição calibre 36

¹⁹⁶ Fonte: APM, Fundo DOPS/MG, Rolo 003, Pasta 0028, imagem 363.

- 88 cartuchos de munição calibre 38
- 5 cartuchos de munição calibre 44 marca CBC
- 66 cartuchos de munição calibre 22 marca CBC
- 500 cartuchos de munição calibre 7.65
- 11 cartuchos de munição calibre 6.35.